



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 624 - DE 22 DE NOVEMBRO A 6 DE DEZEMBRO DE 2020 - R\$ 4,00

Bárbaro assassinato do operário negro João Alberto pelos seguranças do Carrefour transforma o Dia da Consciência Negra em dia de luta

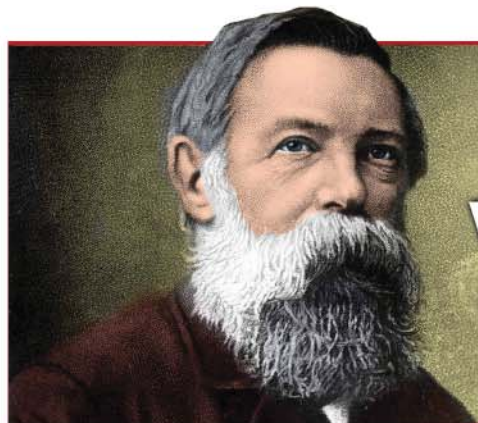
O FIM DO RACISMO E DE TODA SORTE DE VIOLÊNCIA CONTRA OS NEGROS VIRÁ COM A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

CONCLUÍDO O 1º ATO DO CIRCO ELEITORAL

Os trabalhadores só podem esperar dos vencedores mais exploração, pobreza e miséria

O Partido Operário Revolucionário continua sua luta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública

Rechaçar o 2º ato do circo eleitoral com o Voto Nulo



Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels

Viva o socialismo científico!

Lutemos sob o programa da revolução e ditadura proletárias!

Não se luta consequentemente contra o racismo, se não se luta pelo fim do capitalismo

O racismo é uma expressão ideológica da opressão de classe sofrida pelos negros. Toda forma de discriminação social é expressão da opressão de classe. Eis por que o racismo se manifesta contra os negros trabalhadores, pobres e miseráveis. Esse odioso arcaísmo da sociedade de classes, não apenas vem sendo preservado, como agravado, nas condições de desintegração do capitalismo, em que os explorados em geral, pretos e brancos, arcam com todo o seu peso.

A política burguesa se divide entre a que coloca a necessidade de cercear a virulência das manifestações raciais e a que considera desnecessário, por não ver na discriminação e na violência contra os negros a presença do racismo. O espancamento que levou à morte do operário negro João Alberto Silveira Freitas expôs essa diferença. O governo Bolsonaro lamentou o acontecimento, mas não admitiu o motivo racial. Certamente, diante da repercussão nacional e internacional, o governo racista não poderia deixar de se lamentar, como cristão evangélico. Representantes do Congresso Nacional, do Judiciário e da grande imprensa assinalaram o assassinato de João Alberto, por dois seguranças patrimoniais do Carrefour, como consequência do racismo. Uns lamentaram e condenaram a discriminação contra o negro; outros exortaram as autoridades a levar a sério as políticas públicas de inclusão dos negros na sociedade; e ainda outros lembraram que o racismo é crime no Brasil. Por outro lado, há aqueles, como o vice-presidente Mourão, que negam a existência do racismo no Brasil.

Essas diferenças somente aparecem diante de acontecimentos bárbaros, como o assassinato de João Alberto. Passada a comoção, o racismo deixa de existir como um problema nacional. Racistas e antirracistas burgueses colocam suas diferenças abaixo do poder econômico e dos interesses particulares dos capitalistas. Está mais do que demonstrado que a discriminação do negro é um fator econômico de enorme importância para o processo de exploração do trabalho, extração da mais-valia e acumulação de capital.

As estatísticas evidenciam a discriminação praticada pelo patronato, no momento de contratar o trabalhador negro e branco, e, o negro, uma vez contratado, recebe salário menor. A pobreza e a miséria são mais vastas entre a população preta. O encarceramento e os homicídios atingem muito mais os negros, principalmente a juventude. Na composição de classe, apenas uma pequena camada de negros ascende à classe média, e a burguesia é quase que inteiramente formada de brancos. A classe operária é composta majoritariamente de negros. Somente se leva a sério o racismo, se se partir da composição e das relações de classe.

Intelectuais e representantes do movimento negro afirmam corretamente que o racismo é estrutural. O que significa, para ser consequente com a caracterização, que somente se eliminará a discriminação e a violência contra a população negra, caso se elimine a sua base estrutural. Explicam que os mais de trezentos anos de escravismo determinaram as condições raciais presentes. No entanto, se negam a reconhecer que o escravismo pré-capitalista se transformou em capitalista. A condição estrutural do racismo deita suas raízes históricas no colonialismo escravista. Tais raízes permanecem no capitalismo, uma vez que são raízes de classe, de exploração e opressão.

Evidentemente, modificadas pelas transformações que levaram à formação do capitalismo no Brasil. A escravidão colonial foi substituída pela escravidão assalariada. O que constituiu o proletariado, integrado de pretos e brancos.

Há que se dizer ainda que a burguesia branca capitalista deita suas raízes nos senhores de escravos. Essas raízes permanecem vigentes, sob a forma da propriedade capitalista dos meios de produção e da exploração do trabalho, por meio da qual os negros são discriminados. Eis por que o racismo, de fato, é estrutural no Brasil.

O capitalismo tem de ser transformado em socialismo, por meio da revolução proletária, para acabar com a discriminação dos negros e com todo tipo de opressão de classe. O programa de reivindicação das massas negras se choca com os interesses da burguesia. Isso porque é parte do programa do proletariado. Trata-se das massas operárias tomarem em suas mãos a luta pelo fim da opressão racial.

É sintomático que se constituiu um movimento pequeno-burguês antirracista. O ingresso de uma camada de pretos na classe média serviu, no passado, e vem servindo, no presente, de base do movimento reformista, em que um dos problemas fundamentais é o da discriminação racial. O PT se encarregou de impulsionar a tese reformista de que é possível solucionar o racismo gradualmente, por meio de um governo democrático e popular e adoção de políticas públicas. O Estatuto da Igualdade Racial foi sua principal contribuição. Partidos centristas, como o PSOL, PSTU e outros, se agarram à questão racial, para seguir os passos do reformismo.

A farsa da igualdade jurídica se desmancha dia a dia, na marcha dos acontecimentos, em que o assassinato de João Alberto é apenas um caso entre milhares (é conhecido o dado de que, a cada 21 minutos, é assassinado um preto no Brasil). Como disse o Ministro do Supremo Tribunal, Gilmar Mendes, racismo é crime. É com esse tipo de máscara que racistas e antirracistas burgueses mantêm a ordem capitalista, que oprime os explorados em geral e, as massas negras, em particular.

Na véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto foi espancado e sufocado até a morte, aos olhos dos funcionários do Carrefour. A festividade eleitoreira que a esquerda reformista e centrista preparava foi atingida pelo sangue do operário negro. Seus organizadores não deixaram de cumprir seu objetivo, mas foram obrigados a transformar a passividade festiva em ação de protesto, principalmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Os eleitores e festeiros continuarão condenando a violência dos manifestantes, que expressaram sua revolta depredando o Carrefour. Negam-se a aprender com a violência da burguesia branca contra os explorados negros. Ainda que as manifestações foram limitadas, refletiram o ódio à burguesia representada pelo Carrefour. É pela via da luta de classes – oposta à da colaboração de classes – que os explorados negros e brancos enterrarão o capitalismo, e com ele a opressão sobre os negros.

O POR participou do Dia da Consciência Negra, com a bandeira estratégica da revolução proletária, que acabará definitivamente com a infâmia da discriminação. Seu Manifesto e seu pronunciamento na tribuna do ato se entroncaram com o ódio que despertou em todo o país, diante do assassinato de João Alberto.

Marcha da consciência negra em São Paulo

Assassinato do operário negro João Alberto Silveira Freitas transformou o Dia da Consciência Negra em manifestações e revoltas



Aconteceu em São Paulo, na Avenida Paulista, a 17ª Marcha da Consciência Negra. Apesar da pandemia, os organizadores decidiram manter o ato presencial, e o seu caráter festivo tradicional foi logo substituído por revolta e falas mais duras por parte das direções dos movimentos e partidos. A abrupta mudança se deveu ao assassinato do negro, João Alberto, no supermercado Carrefour, em Porto Alegre.

O ato contou com pouco mais de mil pessoas, e ganhou um caráter eleitoral, ao acontecer no meio da disputa para o segundo turno em São Paulo, com o PSOL no páreo. Diversos vereadores eleitos, o ex-candidato à prefeitura, Orlando Silva, e os organizadores do ato cumpriram o papel de chamar voto em Boulos, como um passo para resolver o problema da opressão racial. Pudemos notar falas radicalizadas na forma, mas vazias no conteúdo, como o da vereadora eleita Erika Hilton, que esbravejou, para dizer que a saída para os negros era aumentar a representatividade nos “espaços de poder”.

O POR distribuiu seu manifesto e defendeu, em sua fala, a raiz de classe da opressão racial, e a construção de uma frente única, em defesa dos empregos, dos salários e das condições sanitárias das massas negras e do proletariado em geral. Dissemos que era necessário retomar a luta com os métodos próprios dos trabalhadores, mas que, para isso, era necessário abandonar as ilusões democráticas no parlamento e nas eleições. Reforçamos que era preciso abandonar a política de colaboração de classes.

A direção da marcha foi obrigada a mudar o trajeto. Ao invés de ir até o Teatro Municipal, como é de costume, o ato se dirigiu ao Carrefour da Av. Pamplona, na região, tendo como bandeira a denúncia do assassinato de João Alberto.

O POR foi a única organização a levantar palavras de ordem que incluíam, em seu conteúdo, desde a defesa dos empregos e salários para as massas negras, até as palavras revolução, controle operário, ditadura do proletariado, etc. Por esse motivo, fomos hostilizados, ao longo da marcha, por alguns manifestantes por “não estarmos falando do tema do ato”. Esse tipo de ataque, que se repetiu algumas vezes, mostra o profundo atraso político do movimento social no país, e a presença do autoritarismo de representantes do reformismo. Não se admite que, ao defendermos os empregos, estamos lutando da forma mais coerente possível em defesa da vida

dos explorados negros, que foram a classe operária e a maioria oprimida do país. Ao defender a revolução, estávamos apontando que a única saída para toda forma de opressão é a destruição do capitalismo e a construção do socialismo, através da revolução e ditadura proletária. Não se acaba com o racismo dentro do capitalismo.

O ato chegou ao Carrefour, e logo alguns manifestantes, a maioria anarquista, passou a atirar pedras e paus na vidraça do mercado. A direção da Marcha tomou as seguintes atitudes: primeiro fez um cordão de isolamento, deixando algumas pessoas de fora; em seguida, começou a dizer que se tratava de um ato pacífico, e que era errado fazer aquilo, chegou ao ponto de defender a propriedade do capitalista; e depois, como os pedidos desesperados não surtiam efeito, decidiu abandonar uma parte do ato, e mandou o caminhão seguir (vale lembrar que aquele era o ponto final da manifestação). No afã de sair dali o mais rápido possível, um dos dirigentes do ato gritou ao microfone: “Vamos embora, vamos embora, deixem eles aí, que a polícia resolve!”

Em última instância, a direção da Marcha entregou uma parte dos manifestantes, negros, para a polícia militar. A hipocrisia é tamanha que, ao ver o tamanho da besteira, um outro dirigente pegou o microfone, para puxar a palavra de ordem “fim da polícia militar”. Já não dava mais tempo, a verborragia foi amplamente rechaçada pelos manifestantes, que ficaram na frente do mercado. Tudo indica que o medo dos organizadores era de que aquela ação respingasse negativamente na campanha eleitoral de Boulos/PSOL.

Entendemos a enorme importância do movimento negro na luta pela emancipação do proletariado, em geral, da escravidão assalariada. Mas, sua direção se encontra corrompida pelo pacifismo pequeno burguês, pelo eleitoralismo e por seus laços umbilicais com o reformismo petista, psolista e pedecobista. Dessa forma, a posição do POR em seu manifesto, onde chamava as massas negras a abandonar as ilusões democráticas e a colaboração de classes, foi completamente acertada.

No momento em que o Manifesto foi transformado em pronunciamento na tribuna do ato, e o militante do POR levantou a bandeira “*É só fazendo a revolução, para acabar com toda a forma de opressão*”, o ato tomou vida. Os presentes, com uma só voz, ergueram os punhos e ecoaram a bandeira: “*É só fazendo a revolução, para acabar com toda a forma de opressão*”.

Manifesto do Dia da Consciência Negra

Que as manifestações levantem as reivindicações que unam a maioria oprimida contra a burguesia e seus governos.

Que abram o caminho para a luta independente dos negros contra o racismo, a discriminação e a consequente violência. Que o movimento negro seja parte da luta do proletariado por sua emancipação do capitalismo e pelo socialismo.

O ano de 2020 certamente ficará marcado na história como um ano muito duro na vida dos explorados, em particular, na dos negros do Brasil. A piora em suas condições de vida, e a incapacidade da burguesia e de seus governos em responder, aparecem à vista. O papel que cumpre o reformismo nesse processo é desastroso, pois, desvia os instintos de luta e revolta das massas exploradas para o parlamento e para as eleições. Alimenta as ilusões de que a brutal opressão racial, o desemprego e a miséria dos explorados serão resolvidos pela troca de um governo burguês por outro. A vanguarda negra com consciência de classe está diante da necessidade de superar a política burguesa e pequeno-burguesa, que submete o movimento ao Estado e aos interesses dos partidos que se vestem com a máscara da “igualdade social”.

Situação dos negros na pandemia

Chegamos ao dia 20 de novembro com a possibilidade de uma segunda onda da pandemia. Já são mais de 1,3 milhão de mortos no mundo, e mais de 165 mil no Brasil (sem contar as subnotificações). A pandemia, outra face da barbárie capitalista, provocou um aprofundamento da crise econômica e das condições precárias de vida dos mais pobres. A burguesia descarregou todo o seu peso sobre os explorados. E é sobre a maioria negra que é descarregado o maior peso. Nota-se que, dentre o desemprego recorde de 14,4%, destacam-se 29,6%, que atingem a juventude. Quanto às mortes causadas pelo coronavírus, 57% são de negros, e 41%, de brancos.

Os explorados, brancos e negros, diante da paralisia de suas organizações sindicais e populares, não se beneficiaram do método científico do isolamento, para evitar a transmissão do vírus, e se viram sujeitos à política burguesa do isolamento social. Uma parte saiu em busca do sustento, do emprego, do auxílio emergencial; outra parte seguiu trabalhando e sendo contaminada nos transportes lotados. E, enquanto o proletariado se virava como podia para tentar sobreviver, os governos aproveitavam para impor medidas de proteção ao capital. Despejavam, assim, a crise sob as costas dos trabalhadores. A falsa polêmica interburguesa sobre salvar vidas ou empregos se desmascarou, quando não foram capazes de salvar nem as vidas, nem os empregos. Embora seja reconhecida a existência de milhões de brancos explorados, foram as massas negras as

mais atingidas pelas crises econômica e sanitária.

As organizações sindicais, estudantis e populares, incluídos os coletivos negros, não estiveram à altura de compreender que jamais os explorados devem depositar a confiança de suas vidas nas mãos da burguesia. Pelo contrário, suas direções colaboraram, por meio de assembleias virtuais, para aprovar medidas de ataques aos trabalhadores, como a MP 936, quando era necessário construir um movimento independente dos governos, com os métodos próprios da luta de classes. Era preciso encarar o medo do vírus, para impor as condições sanitárias necessárias à sobrevivência da população preta e pobre.

Não será com leis que se acabará com o racismo

Em plena pandemia, o Estatuto da Igualdade Racial completou 10 anos. Não se fez uma avaliação crítica de sua aplicabilidade, diante da situação real vivida pela maioria negra. O Estatuto, e sua consequente falência, expõe a impotência da tese reformista, de que é possível, sob o capitalismo imperialista e em decomposição, aplicar reformas progressivas, por meio de leis para mitigar a opressão racial. Uma impostura que está enraizada na tese de que a opressão racial é separada e paralela à opressão de classe. A consequência política dessa distorção é que a opressão racial poderia ser resolvida através da educação, prevenção e coerção. Educação anti-racista nas escolas, prevenção através de leis, e punição exemplar para aqueles que cometerem esse crime.

O caminho a seguir é outro: mostrar que a opressão racial tem raiz histórica e sustentação material na sociedade de classes, na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado. A opressão racial é uma manifestação da opressão de classe. É sintomático que a redação do Estatuto tenha ocultado o sistema escravista brasileiro, quando trata da “formação social do país”, afinal, teriam de explicar como as massas escravizadas no Brasil colonial e imperial se transformaram em escravos assalariados do capital, uma força de trabalho profundamente rebaixada e submetida à concorrência com trabalhadores europeus mais qualificados. Teriam então de reconhecer que toda a opressão racial está cravada na formação da força de trabalho no Brasil, e reconhecer que o fim da opressão racial só pode estar ligado ao fim da exploração do trabalho.

A condição política para o reformismo aplicar seu programa foi cumprida, com o ascenso do PT ao poder do Estado. O próprio Estatuto é fruto desse processo, com sua aprovação em 2010. No entanto, 10 anos depois, podemos comprovar sua completa falência. Além de não cumprir o proposto, vimos a condição concreta dos negros piorar. A exceção fica a cargo das cotas raciais para universidades. Esse foi o único indicador que melhorou, ainda que de forma consentida pela burguesia para uma pequena parcela da população negra, e não mudando a condição de vida da ampla maioria.

Destacamos apenas um ponto fundamental na luta dos negros, em especial desse ano: a violência policial. No artigo IV do Estatuto, aparece que “o Estado adotará medidas para coibir a violência policial incidente sobre a população negra”. Letra morta. A violência policial sobre as massas negras nunca cessou, mas ganhou novo fôlego, neste último período. Os assassinatos de jovens negros, como João Pedro, David Santos, João Vitor Gomes, Rodrigo Cerqueira etc., pela polícia, são apenas alguns exemplos. Em 2019, no RJ, do total das mortes por policiais, 78% foram de negros, os outros estados não possuem números muito melhores. Lula chegou ao reacionarismo de dizer, na “live de comemoração” dos 10 anos do Estatuto, que os policiais são “despreparados” e, diante de números tão gritantes da violência policial contra os pretos, defendeu o reforço do aparato repressivo do Estado. Vale sublinhar que, justamente nos governos petistas, o encarceramento da juventude preta e pobre explodiu. Hoje, temos mais de 750 mil detentos, numa capacidade de 415 mil e 22 mil menores de 18 anos, presos em “Unidades Socioeducativas”. A absoluta maioria é negra.

A violência policial é tão somente uma consequência da sociedade de classes, em que a ultraminoria burguesa impõe condições de existência subumanas à maioria oprimida. O fato de recair principalmente sobre os negros indica que suportam o maior peso da exploração, do desemprego e subemprego. A discriminação pela cor da pele tem suas raízes na economia e na dominação de classe.

Nossa luta

Pouco depois do começo da pandemia, explodiram nos EUA manifestações de negros, em resposta à violência policial. O caso de George Floyd foi o mais emblemático, mas não o único. O instinto de revolta das massas ignorou os riscos de contaminação e os obrigou a ir às ruas, para exigir o fim da violência policial. O Black Lives Matter se projetou e dirigiu o movimento, mas seu caráter pequeno-burguês o limitou, na tarefa de construir um poderoso movimento negro independente da burguesia. Além disso, a ausência de um partido revolucionário nos EUA determinou o destino desse levante. O resultado foi a canalização das reivindicações para a via eleitoral, que concluiu com a vitória do partido burguês Democrata,

tendo à frente Biden e Harris, mulher negra, escolhida a dedo pelo partido, para ocultar o caráter racista da burguesia e seus partidos. A radicalidade inicial foi substituída pela palavra “VOTE” em todo país.

No Brasil, também pudemos verificar uma ampliação nas ilusões democráticas, sem que houvesse a necessidade de um levante expressivo. Coube aos partidos reformistas eleitorais, como PT, PCdoB, PSOL e satélites, iludirem os explorados, de que a solução dos seus problemas se daria nas urnas. Saíram do refúgio virtual e se lançaram, com pandemia e tudo, à caça dos votos. Diante de uma ofensiva tão violenta da burguesia aos empregos, salários e direitos, os reformistas e centristas impulsionaram as campanhas de candidatos negros, mulheres, trans, jovens etc. Vale lembrar que mesmo a burguesia vê

essas candidaturas com bons olhos, e apoia sua ampliação, através de cotas e distribuição de fundos.

O atraso histórico na construção do partido da revolução proletária favorece e explica a canalização da maioria oprimida para as ilusões de que é possível reformar o capitalismo, usar a democracia para a “participação popular” e, em particular, reduzir a discriminação e permitir a igualdade de oportunidades. Esse liberalismo vulgar dos reformistas se choca com as condições de desintegração do capitalismo, e necessidade de a burguesia aumentar a exploração do trabalho. Não por acaso, um setor da burguesia vem promovendo a propaganda da igualdade racial, enquanto outra se aferra no odioso racismo e obscurantismo. A independência da luta dos explorados negros diante dessas duas frações será alcançada desenvolvendo

as reivindicações das massas, e construindo o partido operário revolucionário.

O Partido Operário Revolucionário luta para que as massas negras superem as ilusões democráticas e a política de conciliação com a burguesia e seus governos. É preciso combater os ataques da burguesia no campo próprio dos explorados, nas greves, atos massivos, nos comitês de fábrica e de bairro. Essa luta conduz à independência de classe e à construção do partido revolucionário. Que o dia 20 de novembro de 2020 não seja de festividades culturais, como é tradicional, nem de lamentações. Que seja um dia que abra o caminho da luta independente, em defesa das necessidades mais sentidas dos pretos. A luta das massas negras se funde com a luta do proletariado como um todo. Está aí a necessidade de usar o dia da consciência negra para chamar as centrais sindicais, sindicatos, movimentos populares e estudantis, coletivos negros e de mulheres, para construir uma ampla frente em defesa dos empregos, salários, condições sanitárias e fim da violência policial (que só pode acontecer com o fim do aparato repressivo do Estado burguês). A luta por essas necessidades deve conduzir à luta estratégica pela revolução e ditadura proletárias, único caminho para pôr fim a todas as formas de opressão.

1º turno das municipais fortalece direita, e enfraquece Bolsonaro e PT

O 1º turno das eleições municipais fortaleceu os grandes partidos oligárquicos burgueses. O MDB, ainda que tenha retrocedido em relação a 2016, quando teve 1.035 prefeitos eleitos, foi o partido que mais elegeu em 2020, um total de 774 (10.924.918 votos). O PSDB também recuou, de 785 para 512 (10.701.951 votos). O DEM caiu, de 459 para 266 prefeitos (8.300.991 votos), mas deve ficar com várias capitais – já ganhou em Salvador, Curitiba e Florianópolis, e disputa em mais oito grandes cidades, com previsão de vitória em quatro. O PSD, cisão kassabista do DEM, avançou de 537 para 650 prefeitos (10.615.207 votos). E o PP, de origem malufista, saltou de 495 para 682 prefeitos (7.573.697 votos), ocupando o 2º lugar. O PL subiu, de 294 para 345 prefeitos, ocupando a sexta posição. Atrás todos esses, vieram o PDT, quase estável, de 331 para 311 prefeitos, e o PSB, que desabou de 403 para 250 prefeitos.

As eleições municipais mostraram o bolsonarismo como um fenômeno circunstancial na história política do país. Foi a alternativa encontrada pelos partidos que dirigiram o golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, diante da falência da candidatura de Alckmin (PSDB), e da possibilidade de retorno do PT ao poder do Estado, por meio de Haddad, em 2018.

O PT, que em 2016 tomou um tombo por conta da campanha burguesa pelo impeachment, caiu ainda mais. Foi, de 254, para 179 prefeitos, 11º lugar (6.972.246 votos, 6º lugar nesse quesito). O PSOL, que teve expressão em duas capitais, teve 2.236.455 votos, metade deles na cidade de S. Paulo – elegeu 4 prefeitos. O PSL de Bolsonaro ganhou apenas 90 prefeituras (2.792.016 votos). E os candidatos que apoiou no 1º turno, sofreram, na sua maioria, um grande revés eleitoral (dos 74 apoiados diretamente, entre vereadores e prefeitos, apenas 15 se elegeram, ou vão ao segundo turno).

No segundo turno, que acontecerá em 57 cidades, o PT será o que mais vai disputar – 15 delas. No entanto, somente em duas capitais, Recife e Vitória.

O número de abstenções, nulos e brancos cresceu pouco (30,6%), em relação a 2016 (27,8%). Destacam-se, nesse ponto, Rio de Janeiro e São Paulo, as duas com maiores índices, no Brasil: 39,16% e 37,22%.

Retomada das rédeas pelos partidos oligárquicos

As eleições municipais mostraram o bolsonarismo como um fenômeno circunstancial na história política do país. Foi a alternativa encontrada pelos partidos que dirigiram o golpe

de Estado que derrubou Dilma Rousseff, em 2016, diante da falência da candidatura de Alckmin (PSDB), e da possibilidade de retorno do PT ao poder do Estado, por meio de Haddad, em 2018. Embora Bolsonaro seja ele mesmo um fascistoide, não poderia constituir um regime fascista no país. Essa possibilidade foi apenas uma fraude, levantada pelo PT e aliados, para arrebatar votos para Haddad, no que teve sucesso, já que a esquerda em peso se colocou pela campanha do #EleNão. Sequer conseguiu concretizar seu pretendido governo de tipo bonapartista, teve de recorrer ao Congresso Nacional para aprovar as contrarreformas, exigidas pelo capital financeiro internacional e capitalistas nacionais.

O que se viu nos dois anos de governo Bolsonaro foi que dependeu, em todos os principais momentos, da articulação política entre os partidos oligárquicos no Congresso Nacional, e da concessão de cargos e fatias do orçamento ao agrupamento “Centrão”, para se sustentar politicamente.

As denúncias sucessivas contra os filhos de Bolsonaro, ligados às milícias cariocas, a prisão de seu assessor Queiroz, os processos no STF de fraude eleitoral e fake news, tudo isso serviu de elemento de desgaste de Bolsonaro e crise interna no PSL, o partido pelo qual se elegeu.

A pandemia do Covid-19 aprofundou as rachaduras dentro do governo e de sua base política, e aumentou sua dependência do Congresso Nacional. Os choques sucessivos com o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ao redor da política burguesa de isolamento social, que concluíram com a demissão do ministro, levaram a um primeiro grande desgaste. A seguir, a saída de Sergio Moro do governo, com acusações de ingerência na Polícia Federal, desidratou um pouco mais sua sustentação. A concessão do auxílio emergencial, de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00, reverteu sua popularidade, especialmente no Nordeste. Mas a sua redução para R\$ 300,00 e R\$ 600,00, realizada pouco antes das eleições, acabou se voltando contra o Presidente.

Bolsonaro fez pouco caso de tudo. Utilizou as redes sociais para fazer, de dentro do Palácio da Alvorada, campanha eleitoral em favor de uma série de candidatos, escolhidos por ele. O Capitão Wagner (PROS), em Fortaleza, chegou a rejeitar publicamente o apoio bolsonarista. Celso Russomano, em SP, saiu na frente nas pesquisas, com 29%, mas, bastou o apoio de Bolsonaro, para despencar, semana a semana. Concluiu com 10% dos votos, longe do segundo turno em S. Paulo. No Rio, o prefeito Crivella conseguiu 20% no 1º turno, apesar de chegar a pontuar 13% nas pesquisas. No Rio, tem a maior rejeição, identificado com Bolsonaro.

Tudo indica que os tradicionais partidos oligárquicos estão retomando as rédeas da política no País. Na maioria das capitais, se colocaram em oposição aos candidatos apoiados por Bolsonaro, e críticos ao governo federal. A maior parte dos

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por**

candidatos desses partidos se acobertou com a política burguesa de isolamento social, em oposição ao “negacionismo” bolsonarista. É certo que as eleições norte-americanas já tiveram influência na disputa eleitoral municipal brasileira, em especial nas maiores capitais. A imprensa burguesa destacou a vitória dos candidatos distantes dos chamados “radicais”, de esquerda e de direita, como se apresentou o democrata Biden, nos EUA.

Mas, o elemento mais importante para que os partidos oligárquicos pudessem ter esse desempenho é, sem dúvida, a subordinação política das direções das organizações de massas à política burguesa de isolamento social. Mesmo diante de brutais ataques dos governos, nos diferentes níveis de administração, aos empregos, salários e direitos dos assalariados, as direções se mantiveram na política de desorganizar as massas, rechaçando a convocação de assembleias presenciais e de impulso à luta direta, nas fábricas e nas ruas. A política de avestruz, de manter a cabeça enfiada na areia, escondida, bloqueou as possibilidades de enfrentamento, pelas massas, às medidas da burguesia e dos governos. Sem que as massas se mobilizassem, não seria possível que expressassem, nas urnas, um deslocamento à esquerda. A maior parte da população assalariada foi então arrastada facilmente pelos candidatos dos partidos burgueses tradicionais, oligárquicos, que dominaram as eleições municipais de 2020.

O desempenho da esquerda, subordinada à política burguesa de isolamento social, e às mudanças na legislação eleitoral

O PT se ressentiu do apoio de seus aliados tradicionais, PCdoB, PDT, PSB. A nova legislação eleitoral, que suprimiu a eleição por coligação no parlamento, e favoreceu o lançamento de candidatura própria para o acesso ao Fundo Eleitoral, incentivou as candidaturas em separado; em geral, na maioria das cidades, houve bastante fragmentação na disputa pelas prefeituras. Não foi só o PT que decidiu priorizar suas candidaturas próprias; a maioria dos partidos fez o mesmo. Todos priorizaram o acesso ao dinheiro do Fundo. Dessa forma, se nota que há casos como o do PT, que teve votação expressiva no estado de S. Paulo, mas que elegeu pouquíssimos prefeitos. Ou seja, lançou muitos candidatos, mas todos com votação baixa.

Mas, o elemento determinante no resultado em geral fraco das esquerdas se encontra na sua subordinação à política burguesa de isolamento social. Durante a pandemia do Covid-19, os partidos oligárquicos, por meio dos governadores e prefeitos, agiram para colocar parte dos assalariados em casa, parte trabalhando, parte demitidos, e parte com redução de jornada e salários. Cortaram direitos, impondo ajustes fiscais, cortes de orçamento, privatizações e fechamento de empresas públicas. Os partidos de esquerda se esconderam debaixo do cobertor, apoiando, aberta ou veladamente, de forma ativa ou passiva, as políticas dos governadores/prefeitos.

O avanço do PSOL

O PSOL surpreendeu, ao colocar Guilherme Boulos no segundo turno da disputa em S. Paulo, com 20% dos votos, mais de um milhão e cem mil votos. Também aumentou sua bancada de vereadores pelo país, passando de 56 para 75. Mas, é preciso lembrar que disputou o 2º turno, com Freixo, em 2016, no Rio de Janeiro, e este ano teve uma votação de 3% ali. Em

Belém do Pará, Edmilson Rodrigues, ex-prefeito, liderou a votação, e vai ao 2º turno.

Em S. Paulo, Boulos teve como candidata a vice a ex-prefeita Luiza Erundina. O candidato petista Jilmar Tatto amargou 8,65%, menos que Celso Russomano (PSC), e até que o franco atirador Arthur do Val (Patriotas). O que indica que boa parte da base petista migrou para apoiar o psolista, antes mesmo da declaração do caudilho Lula.

Boulos se apresentou como o candidato do “diálogo”. Não rechaçou o apoio de todos os partidos não bolsonaristas. O PT oficializou sua adesão,

assim que terminou a apuração. O PDT e seu caudilho Ciro Gomes já anunciaram seu apoio. Será mais difícil a França, ex-vice de Alckmin, declarar-se por Boulos. Não é impossível que a negociação ao redor de cargos consiga fazer, do inaceitável, palatável.

Boulos teve uma forte votação na juventude. Muitos idosos, votantes em Covas, deixaram de comparecer às urnas, o que impediu a possibilidade de vitória em 1º turno.

Mas, é preciso assinalar que Boulos não ganhou em nenhum bairro da cidade. Nem naqueles mais periféricos, onde as ocupações e movimentos por moradia proliferam. Seu resultado contém muitos votos da pequena burguesia petista. O PSOL elegeu apenas seis vereadores, na capital paulista.

Boulos se apresenta como um candidato a gerir a Prefeitura, voltando-a para a periferia. Mas, é certo que a máquina burguesa de exercício da sua ditadura de classe não poderá ser transformada no seu contrário. Tudo indica a vitória de Bruno Covas no 2º turno (já conta com apoio dos partidos mais direitistas, Solidariedade, Republicanos e PTB, além dos que já o apoiavam no 1º turno - PP, DEM, PL, PSC e Pros), mas, no caso improvável da vitória de Boulos/Erundina, se verá mais uma gestão burguesa da Prefeitura, ainda que com tinturas e discursos esquerdistas. O poder econômico continuará a exercer seu controle sobre suas instituições, e os reformistas do PSOL acabarão ainda mais submetidos a elas.

Nos próximos dias, as esquerdas em geral se colocarão a fazer campanha eleitoral por Boulos/Erundina, sob os mais diversos pretextos. É quase certo que somente o POR permanecerá no campo da independência de classe, na defesa de que as massas se levantem por suas reivindicações mais sentidas, com sua organização e métodos próprios de luta, e sob sua estratégia própria de poder. A defesa dessa linha se dará pelo do Voto Nulo, pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Tudo indica a vitória de Bruno Covas no 2º turno (já conta com apoio dos partidos mais direitistas, Solidariedade, Republicanos e PTB, além dos que já o apoiavam no 1º turno - PP, DEM, PL, PSC e Pros), mas, no caso improvável da vitória de Boulos/Erundina, se verá mais uma gestão burguesa da Prefeitura, ainda que com tinturas e discursos esquerdistas.

Declaração do POR sobre o 2º turno das eleições

18 de novembro de 2020

Não temos o objetivo de expor o resultado numérico do 1º turno das eleições municipais. É obrigatório fixar uma posição sobre a disputa final entre Bruno Covas, PSDB, e Guilherme Boulos, PSOL. Essa é a intenção básica dessa declaração. Está claro que a grande novidade do pleito municipal deste ano foi a derrocada do candidato bolsonarista Celso Russomano, Republicanos. A imprensa demonstrou, com os números, que a maioria dos candidatos apoiados por Bolsonaro naufragou. Dentre eles, no entanto, nenhum tinha importância como o de São Paulo. Isso porque se trata da capital do estado mais poderoso da federação. Sendo assim, a derrota de Bruno Covas para Celso Russomano resultaria em um golpe de força sobre o governador João Doria, PSDB.

Muito se comentou que estas eleições têm especial importância para as eleições presidenciais de 2022. Doria, certamente, liderará uma frente eleitoral contra a reeleição de Bolsonaro. A vitória de Covas servirá a esse objetivo.

O acerto do POR, em não se deixar arrastar pela vaga eleitoral da esquerda reformista, se comprovou definitivamente.

Russomano tomou a frente no início da disputa. Aventou-se a possibilidade do candidato de Bolsonaro ir para o 2º turno. Russomano foi o principal adversário de Covas. Os demais candidatos tiveram um papel secundário. Doria e seu candidato respiraram aliviados, no momento em que ficou clara a queda de intenção de votos de seu forte concorrente. Passado esse perigo, nenhum outro se apresentava com a estatura do bolsonarista.

O PT se mostrou logo de início incapaz de arrastar as massas exploradas, como havia feito no passado. O perigo do petismo estava em que se diferenciava dos demais candidatos opositores, pelo fato de contar com um portentoso aparato e recursos financeiros. Depois do desabamento de Russomano, a questão era saber se o adversário do 2º turno seria Boulos ou França, PSB. Poucos dias antes da votação, ficou mais claro que França não tinha como ultrapassar Boulos. De forma que todos os candidatos opositores dos vários partidos burgueses perderam a corrida para um candidato de um partido pequeno-burguês, o PSOL, que não conta com um significativo aparato partidário e financeiro.

Distintamente dos demais partidos, o PSOL se apoiou, em grande medida, em uma camada da pequena-burguesia, que vinha rejeitando, tanto a direita liberal, quanto a ultradireita. Essa camada vem padecendo com as contrarreformas, aplicadas por Bolsonaro, Doria e Covas. Chamou a atenção, que Boulos não tenha obtido uma grande adesão dos explorados, pobres e miseráveis, da denominada periferia.

A surpresa dos analistas diz respeito a que o candidato do PSOL se ergueu na política eleitoral como representante do movimento dos sem-teto (MTST), e da frente política “Povo sem Medo”. Não se confirmou a relação mecânica, no âmbito eleitoral, entre o MTST e as massas sofridas dos bairros operários e favelas. Os movimentos corporativos de moradia não abarcam as massas que vivem em brutal penúria nas “periferias” de São Paulo. Eis por que seria esquemático deduzir que operários, informais, pe-

quenos comerciantes e desempregados reconheceriam no organizador do MTST um dirigente das massas urbanas. Covas conta com a permanência dessa situação.

O PT e PCdoB declararam apoio a Boulos. O PSTU ainda vacila sobre que decisão tomar, o mais provável é que repita o seu invariável “voto crítico”. Nada indica que o PSB reverta a indisposição de seu candidato em convocar seus eleitores a apoiar Boulos, sendo mais provável que mantenha seus laços com o PSDB. Covas, por sua vez, reunirá a maior parte das forças burguesas. A sua máquina estatal e os fartos recursos serão reforçados com o apoio dos partidos burgueses, que se apresentaram como opositores no 1º turno. Tudo indica, portanto, que sairá vitorioso. Somente uma mudança drástica no interior das massas pobres e miseráveis poderá romper a camisa de força montada em torno à reeleição de Covas. Não há nenhuma demonstração de que isso possa ocorrer.

O PSOL e seus aliados de 2º turno se esforçam por insuflar a ilusão de que esses fatores adversos poderão ser removidos. De qualquer forma, já foi um grande feito ter derrubado os demais concorrentes e chegado à disputa final. Assim, destacou-se como oposição eleitoral ao PSDB, que comanda, há décadas, o estado de São Paulo. Melhor ainda na situação em que o PT caiu no fundo do poço. Não possuindo estrutura, dinheiro e uma rede de agentes no interior dos bairros pobres, a disputa com Covas, sem dúvida, é um importante feito, do ponto de vista eleitoral. Esse dado objetivo não pode ser confundido com as ilusões democrático-eleitorais da pequena-burguesia.

O POR se colocou pelo voto nulo no 1º turno, e continua com a mesma posição no 2º turno. A pergunta que se faz é se, no caso particular de São Paulo, e também no de Pernambuco, não seria obrigatório declarar o voto nos candidatos do PSOL e PT, respectivamente. Afirmamos que se trata do mesmo fundamento político, tanto no 1º quanto no 2º turno.

O PT demonstrou fartamente que o reformismo conclui de joelhos diante do poder econômico e, obrigatoriamente, se adapta à democracia oligárquica. Não se pode pôr de lado ou desconhecer essa experiência. O essencial está em que o reformismo é um obstáculo à independência de classe do proletariado, e um amortecedor das tendências de luta das massas. O período de governo de conciliação de classes de Lula e Dilma foi de maior estatização das organizações sindicais e do movimento camponês e popular. O acerto do POR, em não se deixar arrastar pela vaga eleitoral da esquerda reformista, se comprovou definitivamente. O exemplo mais recente foi a defesa do voto nulo nas eleições presidenciais, rechaçando a farsa petista, de que se tratava da disputa entre a democracia e o fascismo. No dia seguinte às eleições, Haddad desejou sucesso a Bolsonaro.

O PSOL é produto das contradições e impasses da política reformista. Originado da cisão com o PT, não fez um ajuste de contas com o reformismo, e a consequente política de conciliação de classes. Constituiu-se como um novo partido sem programa, abrindo as mais variadas tendências centristas e oportunistas. O ingresso de Boulos no PSOL foi por essa porta. Incorporou-se no momento em que o PSOL necessitava de um nome popularmente conhecido para a disputa presidencial de 2018, e quando o PT se

achava em desgraça. O fascínio pequeno-burguês diante do MTST e da “Frente Povo sem Medo” obscureceu a vista dos psolistas, diante do fato de Boulos já ter demonstrado suficientemente que se tratava de um carreirista, que se valia dos sem-teto e da política do PT expressa no programa “Minha Casa, Minha Vida”. Somente os oportunistas não se lembram das negociatas de Boulos com o prefeito Haddad e com a presidente Dilma, envolvendo a questão da moradia e do Plano Diretor do município de São Paulo, para desmontar o movimento “Ocupação Copa do Povo” e recuar na luta de ocupação de terreno.

O POR denunciou a atitude política do líder do MTST, mostrando que, sob as bandeiras “Poder do Povo” e “Construir o Poder Popular”, se ocultavam o reformismo e o carreirismo eleitoral. O que se confirmou, com o ingresso de Boulos ao PSOL, em virtude de sua candidatura à presidência. A sua presença na disputa municipal é um resultado desse percurso político. Eis por que procurou, em sua campanha, desfazer a incorreta pecha de radical. De um lado, acenou à pequena-burguesia como um humanitarista, que decidiu se dedicar à causa dos sem-teto. De outro, mostrou a setores da burguesia que não oferecia perigo à propriedade privada, a não ser àquela que os capitalistas haviam abandonado, e que o poder público poderia transformar em moradia popular. É visível a impostura do pequeno caudilho do MTST e da “Frente Povo sem Medo”. Não é necessário entrar em detalhes quanto às inúmeras promessas de solução dos problemas da pobreza e miséria que afetam as massas urbanas.

Votar em Boulos resulta em apoio ao reformismo pequeno-burguês impotente. Votar em Covas resulta em manutenção da política burguesa. O voto nulo resulta na defesa da organização independente da classe operária e demais explorados, de suas reivindicações, dos métodos da ação direta, da estratégia revolucionária, e da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

É importante desmascarar e rejeitar a propaganda oportunista de que o que está em jogo é a disputa entre a direita e a esquerda, entre o pior e o melhor para a população. Essa armadilha, via-de-regra, é montada pelo reformismo, que oculta o caráter de classe dos partidos de direita e de esquerda nas disputas eleitorais. A esquerda eleitoral é uma das variantes da política burguesa, que segue o fundamento da democracia formal de alternância na condução do poder do Estado, cabendo às massas apenas decidirem formalmente quem deve ocupar o posto. Ocorre que a direita burguesa, com suas nuances, que vão do centro à ultradireita, enfeixa em suas mãos o real poder político, que se sustenta sobre o poder econômico. As esquerdas burguesa e pequeno-burguesa jamais alcançarão o mesmo poder da direita. Essa condição de subordinação ao poder real obriga a esquerda a ocupar o lugar de segundo violino na política burguesa.

Esse é o motivo por que a esquerda eleitoral sempre será mais débil quanto à capacidade de aparato e de dinheiro, para as milionárias campanhas. Potencia-se eleitoralmente, quando as massas, cansadas de suportar a pobreza, miséria e fome, se deslocam do domínio dos velhos partidos burgueses, e procuram uma nova via para expressar o descontentamento e a revolta. É nessa situação que a esquerda reformista comparece como um conduto para canalizar o deslocamento social. Sua tarefa histórica é a de evitar que o descontentamento e a revolta se transformem em luta de classes.

Uma fração da burguesia, mesmo contra sua vontade, também se desloca para calçar e condicionar o percurso do reformismo, que passou a ter o apoio político-eleitoral de um grande contingente da população. Fora dessas condições objetivas, o reformismo tem a cumprir apenas a função de oposição burguesa. Essa explicação é comprovada pela história do nascimento, ascensão e queda do PT. Não há como o PSOL romper com essa lei da política burguesa. As eleições constituem apenas um momento particular da luta da vanguarda revolucionária pela independência do proletariado diante de seus escravizadores.

Embora as eleições sejam realizadas de tempo em tempo, e logo passam, têm importância porque revelam as divisões interburguesas, as forças em choque em torno ao poder, as manobras voltadas a arrastar as massas por trás dos partidos da ordem, a profundi-

Os explorados não poderiam se deslocar à esquerda, estando premidos, de um lado, pelo patronato; e de outro, pela política de conciliação de classe da burocracia sindical e dos partidos de esquerda.

dade da crise política, o descontentamento dos explorados, e os obstáculos à sua luta independente. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de nadar contra a corrente, demonstrando e alertando sobre o domínio burguês que se oculta por trás das eleições e da democracia formal. Isso se faz, defendendo clara e exaustivamente a estratégia da revolução proletária.

As eleições municipais ocorreram sob o impacto da pandemia, que já matou mais de 160 mil brasileiros, da crise econômica e do massivo desemprego. Precedeu ao período eleitoral, longos meses de paralisia do movimento operário e dos demais explorados. As direções sindicais e populares se dedicaram a aplicar a política burguesa do isolamento social e o plano de emergência do governo e do Congresso Nacional. Assim, a classe operária permaneceu desarmada política e organizativamente, diante da brutal ofensiva dos capitalistas, que demitiram à vontade, reduziram salários, e quebraram direitos. Essa política de conciliação se refletiu nas eleições municipais, em favor dos velhos partidos burgueses dominantes. Os explorados não poderiam se deslocar à esquerda, estando premidos, de um lado, pelo patronato; e de outro, pela política de conciliação de classe da burocracia sindical e dos partidos de esquerda. É sintomático que tenha aumentado o número de abstenções, votos nulos e brancos. A defesa da independência de classe no período eleitoral dependia e depende de se ter lutado no período anterior pelas necessidades mais elementares da maioria oprimida. O voto nulo do POR, nestas eleições, decorre de sua luta contra a política burguesa do isolamento social e da capitulação das direções sindicais e políticas.

Trabalhadores e juventude oprimida, rechacem os candidatos da burguesia. Não se deixem enganar pelas promessas dos candidatos da esquerda reformista. Votem Nulo, em defesa dos empregos, salários, direitos, saúde pública. Votem Nulo, em defesa da independência de classe, da organização coletiva e dos métodos da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, etc.). Votem Nulo, em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário, que luta em todas as circunstâncias, sob o programa da revolução e ditadura proletárias, a constituição de um governo operário e camponês, o fim da sociedade de classes capitalista e a edificação da sociedade socialista.

Paraná**MANTÊM-SE NO PODER MUNICIPAL
AS VELHAS FORÇAS OLIGÁRQUICAS**

Como era previsto, vários prefeitos se reelegeram, no primeiro turno das eleições municipais no Paraná. Rafael Greca (DEM), em Curitiba; Marcelo Belinati (Progressistas), em Londrina; Ulisses Maia (PSD), em Maringá; e Leonaldo Paranhos (PSC), em Cascavel.

O principal beneficiário dos resultados eleitorais foi o governador Ratinho Jr. (PSD) e seu partido. O PSD foi o partido que mais recebeu votos para prefeitos em 2020, no Paraná: 1.076.877. Também foi a legenda que mais conquistou prefeituras (128), e a que mais cresceu, em relação às eleições de 2016, evolução de 357%. O partido do governador Carlos Massa Ratinho Junior encabeçou ou compôs a chapa de 245 prefeitos eleitos no Paraná, 61,4% do total de 399, vencendo em 73 das 100 maiores cidades e, dentro dessas, 8 das 10 maiores. O PSD ainda disputará o segundo turno em Ponta Grossa, com a Professora Elizabeth, e pode chegar a 129 prefeituras e 246 com apoio direto do governador.

A evolução orgânica do partido também será sentida nas Câmaras Municipais. Foram eleitos 658 vereadores do PSD, quase o dobro do segundo colocado, o MDB (395), e mais do que a soma do terceiro (PP) e quarto (PL) colocados.

Confirma-se um clássico alinhamento da política burguesa no estado, concentrando, em torno ao ocupante do Palácio Iguaçu, diversas manifestações partidárias das oligarquias paranaenses. Além das 128 prefeituras capturadas pelo PSD, em outras 117 o governador compôs a aliança vencedora. Esse resultado, certamente, pavimenta o caminho do Ratinho Jr. para reeleição em 2022.

Nessa direção, terá um apoio de peso, vindo de Rafael

Greca, reeleito prefeito de Curitiba, graças aos bons ofícios do governador. Um dia depois de ser reeleito, com quase 60% dos votos, o prefeito afirmou que pretende apoiar a reeleição do governador Ratinho Júnior, em 2022. Greca deixa clara a intenção de retribuir o apoio decisivo de Ratinho Jr na articulação das alianças que o ajudaram a conquistar o terceiro mandato no comando da capital paranaense, pois, este interveio decisivamente, para tirar do caminho de Greca os deputados federais Ney Leprevost (PSD), Luciano Ducci (PSB) e Luizão Goulart (Repub), abrindo caminho para a reeleição do prefeito no primeiro turno.

Votos nulos, brancos e abstenções: em todo o estado, registraram-se 1.894.243 de abstenções, ou seja, (15,42%), abaixo da média nacional. Contudo, em Curitiba, os que preferiram votar em branco, anular ou não votar, alcançou 38,02% do eleitorado da capital (513.256). O número é superior aos 499.821 votos obtidos pelo prefeito Rafael Greca (DEM). Desses, 58.780 anularam, e 47.055 votaram em branco.

PT e PSOL fracassam: tiveram um desempenho pífio. O PSOL no Paraná conseguiu eleger 2 vereadores, um em Ponta Grossa, e outro em Quedas do Iguaçu. O PT, que já esteve no comando do estado burguês por 13 anos, conseguiu eleger 8 prefeitos, 10 vices e 122 vereadores.

Confirma-se dessa forma a tese marxista de que as eleições são o método próprio do Estado burguês, e a falência da pretensão do reformismo de “avançar por dentro” desse Estado, para conquistar “direitos” e disputar a “hegemonia” no quadro do regime capitalista.

Balanço das eleições no Ceará**Oligarquia Ferreira Gomes confirma sua força**

As eleições municipais de Fortaleza se encerraram, com a vitória de Sarto, no primeiro turno, que obteve 457.622 votos (35,72%), contra 426.803 (33,32%) de Wagner, e 227.470 (17,76%) de Luizianne. A vitória de Sarto confirma a força da máquina partidária da coligação liderada pela oligarquia Ferreira Gomes, detentora do maior tempo de TV, coligação e recursos. Semanas antes das eleições, as intenções de voto em Sarto, apesar do crescimento anterior, indicavam que não passaria ao segundo turno, a ser disputado entre Wagner e Luizianne. A coordenação de campanha ligou o sinal de alerta, e passou a fazer ataques diuturnos contra Luizianne em sua propaganda. A presença do governador Camilo Santana foi exigida, e assim foi feito. O que provou mais uma vez que o PT se tornou num instrumento político das oligarquias na região. Sarto ultrapassou a concorrente petista, e foi ao empate técnico com Wagner, superando-o na reta final. A arregimentação das massas pela fração burguesa ligada aos pedetistas mostra que o domínio da oligarquia dos Ferreira Gomes ainda está longe de esgotar-se.

Chamou a atenção a inesperada divisão da ultradireita nas

eleições. O PSL, que recusou integrar a coligação de Wagner, lançou candidatura própria, e a manteve até o fim. O reacionário Heitor Freire (PSL), intitulando-se a autêntica direita de Fortaleza, acusou Wagner de receber apoio de Bolsonaro, e tentar esconder isso dos eleitores. Os inexpressivos 21 mil votos alcançados por Freire (apenas 1,66%) mostraram que, a despeito da abundância de recursos e tempo de TV, não conseguiu impedir que os setores conservadores e ultradireitistas se aglutinassem em torno do capitão. Wagner, por sua vez, procurou desvincular sua imagem da de Bolsonaro, buscando um tom mais moderado e conciliador. Chegou mesmo a elogiar aspectos positivos das gestões anteriores de Luizianne Lins e Roberto Cláudio, numa tentativa de flertar com seus eleitores. A eleição de 5 vereadores (a maioria ligada às polícias civis e militares) amplia a bancada de Wagner. A votação massiva dada ao candidato evangélico, Ronaldo Martins (Republicanos), assim como a reeleição de 2 vereadores do PSC, mostram que as igrejas evangélicas continuarão a ter sua força na Câmara.

A candidatura de Heitor Férrer (Solidariedade), que alcan-

cou pífios 63.199 votos (apenas 4,93%), mostrou, não apenas a decadência deste velho político burguês, como a do MDB, de Eunício Oliveira, que sai ainda mais enfraquecido destas eleições. O MDB perdeu seu único vereador em Fortaleza. O declínio deste velho e tradicional partido da burguesia em Fortaleza não é um fenômeno isolado. O PSDB passa por situação parecida, com a redução de sua bancada de 2 vereadores para 1. O mesmo ocorre com o DEM, que elegeu apenas 1 vereador.

PDT dos Ferreira Gomes amplia influência política no estado

No Ceará, o PDT foi o grande vitorioso das eleições de 15 de novembro, obtendo uma força ainda maior que nos anos anteriores. Apesar do recuo de sua bancada na Câmara Municipal de Fortaleza, de 16 para 10 eleitos (derrota que pode ser revertida com a cooptação de vereadores de outras siglas, como em 2016), o número de prefeituras da legenda saltou, de 52 para 65, no estado. O PDT venceu em Sobral, com Cid Gomes, em municípios importantes da região metropolitana, como Horizonte e Pacajus, e em inúmeras pequenas prefeituras do interior. A vitória em Fortaleza, que já é dada como certa, confirma a previsão de aumento da hegemonia dos Ferreira Gomes no estado. Contudo, a derrota em duas importantes cidades: Maracanaú, para Roberto Pessoa (PSDB), seu desafeto político; e Juazeiro do Norte, para Glêdson Bezerra (Podemos), apoiado por Wagner, indicam as dificuldades que terão de enfrentar no xadrez político das disputas interburguesas.

Derrota de Luizianne, com ajuda do PT estadual e Camilo Santana

Apoiadores próximos e coordenadores de campanha têm denunciado que Luizianne Lins foi derrotada pelo próprio partido. De fato, a candidatura de Luizianne foi aprovada contra a vontade do diretório estadual, que almejava a coligação com Sarto. Em grande medida, os parlamentares petistas mais notórios viraram as costas a Luizianne, dedicando-se à eleição de seus vereadores ou prefeitos no interior. Sem coligações, com menos tempo de TV que Sarto, abandonada pelos diretórios nacional/estadual, e rifada por Camilo, que aderiu à candidatura de Sarto – e avalizou os ataques ferozes deste contra sua gestão na prefeitura – Luizianne não poderia sair vitoriosa. Assim é narrada e justificada a ‘derrota’ por seus correligionários. Creditar todo o fracasso da campanha petista a estes fatos tem por objetivo esconder que Luizianne não é mais capaz de

empolgar as imensas camadas da pequena burguesia, proletariado e juventude pobre, como no passado. Os anos de gestão petista ajudaram uma parcela das massas a se convencer, com sua própria experiência, de que sua vida não muda pelo simples fato de o reformismo fazer promessas, tal como os demais partidos burgueses. Por outro lado, o PT estadual, isto é, as correntes mais atreladas às oligarquias locais e à política de colaboração de classe, ampliaram, ainda que pouco, as suas forças. O PT passou, de 15 para 17 prefeitos, e conquistou a

Esta tendência abstencionista, que está presente no seio dos explorados, se alimenta da angústia diária, da maioria oprimida, de não ver qualquer perspectiva futura de melhoria de suas miseráveis condições de vida. Esta revolta instintiva, direcionada ao não comparecimento às urnas, não pode transformar-se em repúdio consciente à democracia dos ricos e seus governos, senão por meio das lutas concretas em torno das reivindicações vitais.

cidade de Crato, importante município, no Cariri; porém, perdeu seu reduto histórico de Quixadá (no sertão central), para a coligação de direita, liderada por Ricardo Silveira (PSD). O balanço feito por este setor é um só: no momento, não há outra via para o crescimento do PT, senão à sombra da força política mais poderosa do estado.

Fracasso do PSTU e fortalecimento eleitoral do PSOL

O PSTU retirou, de última hora, sua candidatura própria à prefeitura, e lançou apenas 3 candidatos a vereador. Os cálculos do PSTU foram de que os custos de uma campanha a prefeito sem tempo de TV, recursos do fundo eleitoral, e com reduzida militância seria inviável. O resultado conjunto, obtido por seus três candidatos, contudo, não alcançou o montante de 350 votos (teve 2.187 nas últimas eleições). O PSTU sai ainda mais debilitado destas eleições, o que expressa, não apenas a fraqueza militante da campanha, como o visível distanciamento dos centristas da base de trabalhadores/juventude, depois de sua cisão em 2016.

A candidatura de Renato Roseno (PSOL) esteve marcada, do princípio ao fim, pela pressão quanto ao voto útil no PT. O discurso de ‘combate ao fascismo’ voltou-se contra a própria candidatura psolista, à medida que as intenções de voto no capitão Wagner se mantinham altas; parte significativa de seus eleitores optou por fortalecer Luizianne. Roseno terminou com pouco mais de 34 mil votos, um avanço se comparado às eleições de 2016 (18 mil votos), mas ainda um grande recuo frente ao resultado de 2012 (148 mil votos). A eleição de 2 vereadores pelo



PSOL, para a Câmara Municipal de Fortaleza, tal como a eleição do primeiro prefeito no estado, Edson Veriato, em Potengi, expressam, sem dúvida, o fortalecimento do reformismo psolista. Tal crescimento, como se sabe, não resultou no fortalecimento de sua 'ala esquerda'; tampouco expressou uma maior penetração no seio do proletariado. Refletiu, de um lado, a adaptação do partido à opinião pública em moda; o apelo às pautas identitárias, às lutas ecológicas de cunho burguês; de outro, o rechaço à política marxista e à independência de classe.

Votos nulos, brancos e abstenções superaram o 1º colocado, Sarto

Pelo menos 397.774 eleitores (21,84%), deixaram de votar. A abstenção registrada foi a maior desde 1992. Somados aos nulos, 92.295 (6,48%) e aos brancos, 50.234 (3,53%), chega-se ao patamar de 540.303 eleitores que não votaram em ninguém, número superior aos votos recebidos pelo vencedor do 1º turno, José Sarto (457.622). Certamente, o ano atípico pela presença da pandemia, e o risco à saúde, contribuíram sobremaneira para as ausências. Seja como for, acabou-se potencializando uma tendência já existente de repúdio espontâneo às eleições, o que elevou os números de abstenções em todo o país. Em Fortaleza, que ficou abaixo da média nacional, é visível que uma parte das massas não tem qualquer encanto com velha baboseira de que sua vida mudará escolhendo bons candidatos, como repetem os reformistas de toda laia.

Recife

Marília (PT) e João Campos (PSB) disputam apoios da direita

A disputa do segundo turno em Recife se dará entre os primos João Campos (PSB) e Marília Arraes (PT), bisneto e neta de Miguel Arraes. A fragmentação e derrota da oposição de direita fazem com que a principal disputa, agora, seja pelos apoios e votos deste segmento da política burguesa.

João Campos teve, em sua coligação, 12 partidos, arrecadação de R\$ 7,5 milhões, cerca de 400 candidatos a vereadores pedindo voto para sua chapa, além do peso da máquina estatal, considerando que o PSB está há oito anos na prefeitura, e ocupa o governo do estado. O resultado de 29,17%, contra os 27,95% de Marília Arraes, mostra que João Campos terá dificuldades neste segundo turno. Marília arrecadou R\$ 2,5 milhões, e tinha apenas 50 candidatos a vereador na sua coligação (PSOL, PTC e PMB), sendo que o grupo ligado a Humberto Costa (PT) defendeu que o PT se mantivesse junto ao PSB, não entregou cargos, e até fizeram campanha para João Campos. O PT, que foi mal nessas

eleições em todo o país, em Pernambuco, só foi bem por conta de se ter convertido em instrumento político de um setor oligárquico.

A direita e extrema direita compareceram no pleito com várias candidaturas. Houve um grande embate entre a Delegada Patrícia (Podemos/Cidadania) e Mendonça Filho (DEM, PSDB, PTB e PL). Conhecida como "Moro de saias", a delegada chegou a aparecer nas pesquisas como quem iria para o segundo turno, mas teve sua campanha torpedeada, sobretudo por Mendonça. Bolsonaro manifestou seu apoio a ela, quando já naufragava, não reverteu a tendência de queda, mas impediu que mais votos migrassem para Mendonça, bloqueando mais um ponto de fortalecimento do DEM no cenário nacional.

Mesmo que os candidatos da direita digam que não vão apoiar ninguém no segundo turno, os partidos já se movimentam em direção ao PT. O Podemos já declarou apoio à coligação do PT, assim como Armando Monteiro (PTB), e o pre-

Esta tendência abstencionista, que está presente no seio dos explorados, se alimenta da angústia diária, da maioria oprimida, de não ver qualquer perspectiva futura de melhoria de suas miseráveis condições de vida. Esta revolta instintiva, direcionada ao não comparecimento às urnas, não pode transformar-se em repúdio consciente à democracia dos ricos e seus governos, senão por meio das lutas concretas em torno das reivindicações vitais. A batalha para que as massas fortaleçam seus métodos próprios de luta e superem as ilusões democráticas é dificultada pela ação das correntes de esquerda democratizantes, que procuram canalizar a revolta das massas para o parlamento, a fim de se projetarem como oposição burguesa. O POR interveio defendendo o voto nulo, em razão de não poder lançar seus próprios candidatos. Panfletou em bairros operários e nas portas de fábrica, chamando os explorados a confiarem em suas próprias forças, e denunciando a superexploração, o desemprego, as contrarreformas e as privatizações.

Concluimos esse balanço com um chamado à vanguarda e aos explorados, em geral, para que organizemos desde já, a luta contra os governos, que, nem bem eleitos, já se preparam para descarregar sobre nossas costas o peso da desintegração econômica capitalista. Por uma frente única de luta por empregos, salários, direitos e saúde a todos. Eis o caminho para armar os oprimidos contra a ofensiva dos capitalistas.

feito reeleito de Jaboatão, do PL. Somam-se aos dois pequenos partidos de direita que já compunham a coligação com o PT e PSOL. Daniel Coelho (Cidadania) anunciou que não descarta o apoio crítico a Marília, a ser definido nos próximos dias, pesa o propósito de enfraquecer o PSB no estado. João Campos tem reforçado o discurso antipetista e anticorrupção, ainda que seja atacado pelos escândalos envolvendo seu próprio partido.

Cerca de 20% do eleitorado não foi votar, em parte pela pandemia, mas em grande medida pela indiferença quanto às eleições. Os votos brancos somaram 4,9%, e nulos, 8,94%. Ao todo, quase 34% dos eleitores não se engajaram em nenhuma candidatura.

Famílias e oligarquias

A disputa entre os primos ressalta a presença das famílias políticas, e seu vínculo com as oligarquias que dominam o Estado. O avô de Marília e bisavô de João, Miguel Arraes, foi eleito pela primeira vez em 1959, tem em sua trajetória

também o nacional-desenvolvimentismo, e a perseguição pela ditadura. Nas maiores cidades do interior, o fenômeno se repete. A família Coelho, oriunda de um coronel do sertão, emplacou a reeleição de Miguel Coelho (MDB), em Petrolina. Raquel Lyra (PSDB) foi reeleita, em Caruaru, e dá continuidade ao legado de João Lyra e João Lyra Neto, seu pai.

Movimentos

Uma das marcas das eleições de 2020 foi o fortalecimento do discurso da representação e do “identitário”. Em Pernambuco, não foi diferente. O quadro geral é de fortalecimento dos partidos do chamado “Centrão”, mas as esquerdas, sobretudo o PSOL, comemoram a eleição de mulheres, negros, indígenas, quilombolas e LGBT.

A vereadora mais votada do Recife foi Dani Portela, do PSOL, advogada, negra, afirma que irá “centralizar o

mandato no enfrentamento às opressões, sejam elas de gênero, raça ou cor”. O PSOL reelegeu Ivan Moraes, com mandato que se articula com movimentos sociais (transporte, antiproibicionista, etc.). Apesar de haver ao menos dez candidaturas coletivas na cidade, que expressam uma visão corporativista e subordinada à política da representatividade, nenhuma foi eleita na capital. O quadro geral da Câmara é de grande peso do PSB. Das 39 cadeiras, 12 são do partido, e mais treze da coligação em torno de João Campos. A coligação de Marília (PT, PSOL, PTC e PMB) conseguiu cinco vereadores. Os evangélicos também garantiram sua presença.

Considerando o estado de Pernambuco, destacamos também as candidaturas indígenas e quilombolas. Foram 7 quilombolas eleitos, os partidos muitas vezes são da direita. Em relação aos

indígenas, chamou a atenção a eleição de Marquinhos Xukuru, para a prefeitura de Pesqueira, mesmo concorrendo pelo Republicanos (partido de Crivella, da Igreja Universal), em coligação com PT, PTB e PL, o cacique teve o apoio de Sônia Guajajara, Boulos, e lideranças de sindicatos rurais. Ao todo, no estado, 125 candidatos se declararam indígenas, eles concorreram majoritariamente por partidos de direita (Avante, 18; DEM, 15; MDB, 13; PP, 13; PL, 12; Republicanos, 8; PSL, 7; PT, 7; PDT, 5; PSB, 5).

Nota-se que a subordinação dos movimentos às correntes pequeno-burguesas e burguesas se expressa nas eleições, por meio dos apoios e candidaturas e reforça as ilusões democráticas. O POR fez campanha em defesa do voto nulo, contra as ilusões nas eleições burguesas, pela organização da luta em torno das reivindicações e construção do partido da revolução socialista.

Rio Grande do Norte Candidatos da oligarquia conservam seu poder nos municípios

As eleições no Rio Grande do Norte expressaram, como no restante do país, a reorganização das forças políticas burguesas no seio do Estado capitalista. Os municípios, com ausência de industrialização e enorme peso do latifúndio, com uma economia voltada predominantemente à agropecuária, comércio e serviços, muitos deles totalmente dependentes de verbas federais com o FPM, a Previdência e royalties (Petrobrás, aeroporto), terão prefeitos que governarão em favor dos latifundiários e da fração burguesa comercial, seguindo as diretrizes de ajuste fiscal e corte de gastos, do governo federal e capital financeiro.

No geral, as eleições municipais no RN seguiram a tendência nacional de avanço dos partidos ditos de “direita” e “centro-direita” burgueses, e de derrota dos candidatos apoiados por Bolsonaro nas capitais. Em Natal, o atual prefeito Álvaro Dias (PSDB), vinculado à oligarquia Alves, venceu com esmagadora maioria de votos, estando em segundo lugar o senador Jean Paul (PT), ficando à frente do candidato bolsonarista Delegado Leocádio (PSL), em terceiro. A Câmara manteve maioria governista, que assegurará tranquila governabilidade para o prefeito reeleito.

Em São Gonçalo do Amarante, município da Região Metropolitana de Natal, manteve-se a hegemonia da vertente da oligarquia Maia, ligada à senadora Zenaide Maia, e ao atual Secretário de Desenvolvimento Econômico do governo Fátima/PT, Jaime Calado, por meio da reeleição de Paulo Emídio (PROS), apoiado pelo PT. A aliança do PT com essa oligarquia expressa a adaptação do PT ao Estado burguês, que necessita

fazer alianças com frações da classe burguesa para se eleger e manter sua governabilidade no estado.

O PT se mantém pequeno no estado, ampliando suas prefeituras, de duas para três, e mantendo a prefeitura de Currais Novos, pequena cidade de importância sub-regional. A insignificância numérica das prefeituras do PT no estado contrasta com a vitória eleitoral para governo do RN, em 2018, demonstrando que isso se deveu, não ao crescimento político do reformismo petista, mas à sua política de alianças oligárquicas, que lhe garantiu maioria de votos no interior do estado em 2018.

O PSOL recuou, de duas para uma prefeitura no estado. Manteve a prefeitura de Janduí, uma pequena cidade do interior do estado, assim como 6 das 9 vagas na Câmara de Vereadores desse município. Seu candidato eleito nada mais é do que um político burguês antigo na cidade, Salomão Gurgel, que já assumiu a prefeitura na década de 80 pelo PMDB, e em 2005-2012, pelo PT. O fato de assumir a terceira vez pelo PSOL, como continuidade do atual prefeito também do PSOL, demonstra o caminho de decomposição que esse partido pequeno-burguês tem traçado na política burguesa, que chega a assumir um caráter oligárquico nos pequenos municípios.

Mais uma vez, os explorados foram arrastados a votar pelos seus futuros algozes. O POR manteve a defesa do voto nulo, por estar impossibilitado pelas leis eleitorais draconianas de lançar candidaturas próprias. Chamou a defesa da independência de classe contra a farsa eleitoral, e em defesa dos empregos, salários e direitos, e dos métodos próprios de luta dos explorados (ação direta).

Mossoró

A oligarquia do Rosado perdeu a eleição, mas não o poder político

Perderam o controle do governo municipal de Mossoró. No entanto, está muito longe da oligarquia Rosado perder o poder político, uma vez que continua exercendo o poder econômico. Certamente, a perda da prefeitura de Mossoró lhe traz transtornos. Afinal, Mossoró é a segunda cidade do Estado e, portanto, o segundo maior colégio eleitoral. A oligarquia Maia (DEM), da qual os Rosados são satélites, se enfraqueceu politicamente.

(...) a maioria dos vereadores continuará representando a oligarquia Rosado. E os explorados permanecerão mergulhados na pobreza...

O grande derrotado mesmo foi o PT. Isolda Dantas (PT/DS) chegou a liderar as pesquisas de intenção de votos, antes da campanha iniciar. Cogitou a aliança com Alyson do Solidariedade, que após perceber seu potencial eleitoral, logo descartou ser vice de Isolda. A candidatura do PT obteve 6% (8.051 votos).

Os votos de Isolda migraram para a candidatura de Alyson, porque, por um lado, os explorados não veem diferença de sua candidatura para a candidatura burguesa de Alyson. A adaptação do PT ao capitalismo se expressa claramente na candidata da Democracia Socialista (DS), que pretendia ser “a prefeita dos empresários e dos trabalhadores”, e nas alianças do PT com frações oligarcas do estado, ora com os Alves (Henrique), ora com os Maia (Ezequiel/PSDB no governo do Estado). Essa política oportunista fez com que os explorados não a diferenciasssem da candidatura burguesa de Alyson. Por outro lado, há um forte sentimento entre os explorados de derrotar a oligarquia Rosado, mesmo que seja apenas na figura de Rosalba, mantedora do governo municipal durante décadas, com sua eleição ou com seus apoiadores. O PT fracassou em sua política de derrotar as oligarquias do estado, porque se adaptou a elas.

Alyson venceu, com 47,52% dos votos válidos (65.297 votos), porque a maioria dos explorados de Mossoró pretendiam derrotar Rosalba Rosado. Votaram no candidato mais próximo de realizar isso. Deputado estadual eleito em 2018, teve 22 mil votos, dos quais 13 mil deles foi somente em Mossoró. Ou seja, é um político sem expressão sequer estadual.

Alyson nasceu no Sítio Chafariz, como gosta de lembrar, filho de camponeses pobres, foi líder de grêmios estudantis pelas correntes políticas conservadoras, conselhos e comissões escolares, além de serviços voluntários em campanhas sociais, ou seja, desde cedo atuou na política burguesa. Um sindicalista dos técnicos administrativos da UFRSA, que, pelos seus sonhos arrivistas, concluiu aderindo inteiramente à ideologia burguesa.

É falsa a avaliação da imprensa de que houve uma renovação na Câmara dos Vereadores. Os vários partidos de direita e ultradireita continuam prevalecendo no legislativo, apesar da desmoralização dos grandes partidos da burguesia (MDB, DEM e PSDB). O PT manteve sua única cadeira (no passado, chegou a ter duas). O fato é que a maioria dos vereadores continuará representando a oligarquia Rosado. E os explorados permanecerão mergulhados na pobreza e miséria.

As eleições são um instrumento de dominação da burguesia. Os reformistas do PT, e agora do PSOL, procuraram convencer os explorados do contrário. Incentivaram a ilusão na possibilidade de reduzir o poder da oligarquia e favorecer os pobres da cidade e do campo. O PT acabou reproduzindo a velha política oligárquica, como se observa no governo do estado de Fátima Bezerra. O PSOL pequeno-burguês não tem como se potencializar eleitoralmente, e tende a se decompor. A luta contra a dominação oligárquica no RN é parte da luta geral do proletariado contra a burguesia e seu Estado. Não há outra via a não ser fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, que expressa o programa da revolução e ditadura proletárias.

Rondônia

Total fracasso do PT

Porto Velho, com uma população 539.354 habitantes, é a capital do estado, com muitos problemas de infraestrutura, desemprego, habitação, saneamento básico, dentre outros. Nas eleições, concorreram 15 candidatos. O processo ocorreu como o de sempre, com muitas promessas de todos os candidatos.

A cidade possui um total de votantes de 241.180, apenas 219.749 considerados válidos, que corresponde a 91,11%. Os votos brancos totalizaram 8.630,3,58%.

Os nulos, 12.801, 5,31%. As abstenções foram 27,58%.

O atual prefeito, Hildon Chaves/PSDB, obteve 34,01%. Disputará o 2º turno com a vereadora Cristiane Lopes/PP (14,32%), que tem como aliada a oligarquia Cassol. Os partidos de esquerda, em sua maioria, saíram com candidaturas próprias. O PT é o partido que tem maior penetração nos sindicatos e demais movimentos sociais, ficou em 9º lugar, com 3,22% dos votos, elegeu

um vereador para Câmara Municipal. O PSOL, PSTU e PCdoB tiveram baixíssima votação.

Hildon Chaves, por quatro anos, administrou o município de Porto Velho com mãos de ferro. Logo no início de 2017, tentou retirar o quinquênio dos servidores do município, privatizou a saúde pública municipal, por meio das OSs. Nas greves, perseguiu funcionários de todas as secretarias municipais, sucateou os serviços públicos, como as

escolas, unidades de saúde e as UPAS. Nos dois últimos anos, começou a asfaltar algumas ruas, para dar visibilidade de trabalho, e atrair eleitores para se re-eleger.

Dos 52 municípios de Rondônia, somente Porto Velho ficou para 2º turno. O partido que mais elegeu prefeitos foi o DEM, seguido do PSD, MDB e PP. O PT elegeu um prefeito.

O resultado das eleições dos demais municípios demonstra que as oligarquias latifundiárias e do agronegócio se expressam de forma abrangente no in-

terior do estado, com ascenso no crescimento dos partidos tradicionais.

O raquitismo eleitoral do PT é o que mais se destacou. Governou o município por dois mandatos – 2005 a 2012. Roberto Sobrinho acabou sofrendo um processo por corrupção, chegando a ser preso. É claro que não fez senão o que fazem todos os politiquinhos da burguesia. Um fato marcou seu caráter antipopular. Lançou a polícia para retirar os camelôs do centro, em nome da modernização. Essa experiência demonstrou que o prefeito petista agia da mesma forma que

os prefeitos anteriores oligárquicos. Essa trajetória explica, em grande medida, a desintegração do PT em Rondônia.

A militância do POR chamou os trabalhadores e a juventude oprimida a rechaçar as candidaturas burguesas, que saem nas ruas no período eleitoral, mentindo e pedindo voto. Os partidos de esquerda e reformistas também iludem as massas, com promessas eleitoreiras. O POR interveio com o voto nulo, em defesa do emprego, moradia e demais condições de vida das massas, e pela construção do partido revolucionário.

Amazonas

Dos velhos coronéis à compra de votos

A região Norte, embora ocupe a maior faixa territorial, apresenta a menor relação de municípios. São apenas 449, distribuídos nos sete estados. O Amazonas tem 62 municípios, mais de 50% da população vive na capital, Amazonas, com 2,2 milhões de habitantes estimados, e os outros 2 milhões vivem nas demais 61 cidades do estado.

Com pouquíssimo desenvolvimento econômico e social, a dinâmica política predominante é dos partidos oligárquicos, ligados a grandes detentores de terra ou a grandes comerciantes da região. Apenas na capital, verifica-se uma diversidade maior de partidos, com presença da esquerda eleitoral, a exemplo do PCdoB e PT. De forma mais incipiente, há militantes do PSOL, PCB e PSTU. Nestas eleições, o PSOL apoiou a candidatura do PT, que ficou em terceiro lugar, com Zé Ricardo, e PSTU e PCdoB lançaram candidaturas próprias, com votações inexpressivas (0,29% para o candidato do PCdoB, e 0,08%, do PSTU). O PCB não lançou, nem participou da coligação petista. O candidato do PT, embora filiado à legenda desde 1995, e tendo já concorrido a vários mandatos parlamentares, tendo já sido eleito vereador e deputado estadual, é apresentado como “consultor econômico para empresas do Polo Industrial de Manaus”. É um burocrata do partido, sem vínculos com a classe operária da região, ou com os trabalhadores em geral. Obteve 14,28% dos votos, o que equivaleu a 139.846 votos. Quer se potencializar para 2022, afirmando que os dois candidatos do 2º turno representam a “mesma política”.

Amazonino Mendes (PODE) é um velho político, tendo sido prefeito da cidade, já nos anos 1980. Foi prefeito e go-

vernador muitas vezes, ao longo destes 40 anos. Esteve já em oito partidos diferentes. Também se envolveu em muitos escândalos de corrupção. Representa o velho coronelismo, que predomina em todo o estado. Ao lado dele, está David Almeida (AVANTE), que já foi deputado por três mandatos, já fez parte de seis partidos, e comandou o estado como governador interino, depois da cassação da chapa de José Melo, em 2017, por compra de votos. Representa a direita tradicional, embora tenha passado pelo PSB, que quer se postar de “centro-esquerda”, no espectro das disputas interburguesas.

Nestas eleições, além dos velhos políticos reeleitos (34, dos 61 municípios), houve, como em outras eleições, muitas denúncias de compras de votos. Em Tonantins, o atual prefeito e candidato à reeleição, Lázaro de Souza Martins (PP), foi preso em flagrante, na noite anterior às eleições, dentro da própria casa, com dinheiro, armas e aparelhos celulares. Foi solto pagando fiança, mas é suspeito de compra de votos.

Assim, da pobreza estrutural do estado, ressaltada, em contraste, pelo poderoso polo industrial de Manaus, sobram, das eleições municipais deste ano, o mesmo resultado de sempre: o poder econômico ditando os rumos das cidades, a manutenção da miséria, da pobreza e da exploração do trabalho, com o acréscimo da destruição da floresta amazônica, que ocupa grande parte do território do Amazonas. A solução dos problemas e a independência de classe não passa pelas eleições burguesas, mas pela luta que deve ser retomada para fazer frente às demissões, reduções salariais e perda de direitos.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Pernambuco

Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe de novembro trouxe como política operária a campanha do POR pelo voto nulo. Com o chamado “Chega de promessas eleitorais! Nossas reivindicações serão conquistadas por meio da luta”, defendeu a luta direta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Rejeitou as promessas eleitoreiras. Denunciou a conduta das direções sindicais, que fizeram acordo de redução salarial, suspensão de contratos e de demissões (PDV). E que agora estão de corpo e alma caçando votos. E concluiu que “a defesa do voto nulo é a defesa da independência política da classe operária, diante dos partidos patronais,

e daqueles que se vestem com a máscara de trabalhadores”.

Fez campanha pela convocação de assembleia dos rodoviários. Eis: “Aprovada a Lei contra a dupla função dos Rodoviários: Todos à Assembleia de 17 de novembro! Organizar a luta pela implementação imediata da lei e reintegração de todos os demitidos!”. Diz que é preciso “discutir quais os métodos necessários para garantir a reintegração dos demitidos, a implantação da lei contra a dupla função, e as reivindicações da campanha salarial. O Boletim Nossa Classe alerta que os patrões

só escutam os trabalhadores quando sentem no bolso. É necessário organizar um movimento unificado e forte, com paralisações nas garagens e construção da greve”. Conclui defendendo o direito irrestrito de greve e manifestação.

E retoma a denúncia contra o fechamento da Kibon. E defende uma campanha geral dos sindicatos e centrais, para lutar pelos empregos e salários. Que convoquem assembleias e formem os comitês de empregados e desempregados. Que levanten a bandeira: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”.

Rio Grande do Norte

Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe de RN, de novembro, também fez a campanha pelo voto nulo. Mostrou a importância de se colocar pela independência de classe, diante dos partidos burgueses. Denunciou o eleitoralismo das burocracias sindicais, que se colocaram de corpo e alma na caça aos votos. Defendeu que as reivindicações de emprego, salário, direitos e saúde pública somente serão conquistadas pelos métodos próprios da classe operária, e não pela via das eleições. E concluiu com a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário, que tem como estratégia a revolução e ditadura proletárias.

O Boletim fez também a denúncia do que ocorre na fábrica Guararapes. Eis:

Guararapes impõe jornada de 9 horas e trabalho aos sábados

Os operários da fábrica Guararapes, em Natal, têm denunciado que a empresa aumentou a jornada de trabalho diária para 9 horas, e incluiu o trabalho aos sábados, utilizando-se do artifício do banco de horas. Sabe-se que o banco de horas

é mais uma invenção dos capitalistas, para que possam fazer os operários trabalharem mais, sem ter de pagar hora-extra. As horas excedentes, na teoria, seriam compensadas com folgas mais à frente, a critério do patrão, o que muitas vezes sequer acontece.

Os operários, sob o medo de perder o emprego, se sujeitam ao aumento da jornada. A resposta a mais esse ataque da empresa Guararapes às condições de trabalho deve ser respondido coletivamente, com luta. É dever da direção do sindicato chamar uma assembleia operária na fábrica, para deliberar a luta contra o aumento da jornada diária para 9 horas e o trabalho aos sábados. Só com a luta coletiva, com manifestações, greves e piquetes, é que podemos barrar a voracidade dos patrões contra os direitos e condições de trabalho. Sem luta e resistência, os patrões encontram o caminho livre para retirar mais e mais direitos. Os operários precisam reagir, e para isso, é necessário ter direções revolucionárias nos sindicatos, que estejam à altura de organizar a luta consequente contra os parasitas que lucram em cima da superexploração da classe operária.

São Paulo

Campanha do voto nulo nas fábricas

A entrega do último boletim Nossa Classe nas fábricas aconteceu dias antes das eleições municipais. Durante a entrega em algumas fábricas, encontramos a militância de outros partidos pedindo votos. Na Mercedes de São Bernardo, por exemplo, encontramos a militância do PT entregando panfletos, pedindo votos para seus candidatos, tentando enganar os operários com mais promessas e mentiras eleitorais.

A mesma burocracia do sindicato dos

Metalúrgicos do ABC, ligados à CUT e ao PT, que negociaram o acordo de fechamento da Ford, permitindo a demissão de mais de 3 mil operários diretos, que fizeram o recente acordo que permite a Volks demitir 5 mil operários, os acordos de redução de jornada com redução de salários, a suspensão dos contratos de trabalho, lay off e PDVs, essa mesma burocracia traidora, estava agora na porta das fábricas, mentindo aos operários,



prometendo que, se eleitos, irão melhorar a vida dos trabalhadores.

Na Mercedes e demais fábricas, o POR entregou o boletim Nossa Classe, chamando os operários a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas. Convocando a classe operária e demais explorados a VOTAREM NULO! A defenderem os empregos, salários, direitos e saúde pública, por meio da ação direta, greves, manifestações, ocupações. E a constituir o partido operário revolucionário.

Notamos que os operários já fazem a distinção entre o Boletim Nossa Classe das publicações da burocracia sindical. Ouvimos declaração como: “esse sim é o

boletim que eu pego”. O fato de alguns se animarem a conversar com os militantes do POR indica um reconhecimento do trabalho incessante na porta da fábrica. A experiência vem mostrando o quanto é difícil e morosa a penetração das ideias e posições revolucionárias no seio do proletariado. Mostra também que a propaganda e agitação regular e disciplinada furam o bloqueio ideológico e político armado pela burguesia, e fortalecido pela política burocrática de conciliação de classes. A campanha do POR em defesa do voto nulo foi bem recebida, e compreendida a ligação com a necessidade da luta pelos empregos e salários.



Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação/ RN

O Boletim da Corrente Proletária na Educação, de novembro, denunciou a política do governo do PT, Fátima Bezerra, que avança na implementação do Ensino a Distância (EaD). Diz que o EaD foi imposto desde o início da pandemia e que as ações foram centralizadas pelo governo Fátima (PT), através da SEEC, municípios, representantes de escolas particulares e os diversos conselhos criados para impor o EaD. A centralização das ações se dá através de decretos, portarias e documentos para fortalecer as ações unificadas em todo o estado. E que, em outubro, “os trabalhadores em educação, tanto os que não implementaram o EaD, quanto os que já haviam implementado, foram pegos de surpresa com a Portaria SEI n.º 438, que obriga a realização de 75% da carga horária anual de 2020, na forma de ensino a distância, até 18 dezembro, e os restantes 25% no próximo ano. Trata-se de uma grande arbitrariedade, pois, professores, por exemplo, que optaram por não implementar o EaD na pandemia, agora terão que realizar 75% da carga horária anual em apenas seis semanas”. Uma parcela dos professores exigiu que a direção do SINTE organizasse uma assembleia para discutir o problema, porém, a direção se omitiu, e preferiu fazer uma conversa virtual com o secretário de educação, Getúlio Marques, cujo resultado foi a capitulação e

passividade por parte da direção do sindicato, diante do ataque do governo. Resultado: os professores que ainda não tinham realizado o EaD foram pressionados a organizar uma proposta de reposição das atividades não presenciais para a DIREC, e aplicar na plataforma digital SIGEDUC. E conclui a nota: “A Corrente Proletária na Educação, desde o início da pandemia, tem colocado a necessidade de organização das assembleias presenciais, para que os trabalhadores em educação possam discutir um plano emergencial próprio, pois, quem está determinando o plano emergencial desde o início da pandemia é o governo do estado, desde o parcelamento do piso em três vezes, até a imposição do EaD”.

O boletim denuncia o prefeito de Natal, Álvaro Dias (agora reeleito), que até agora não repassou o piso do magistério, e ainda suspendeu o pagamento dos professores temporários do mês de outubro. E exige que a direção do sindicato convoque a assembleia presencial, para aprovar a luta pelo piso e o pagamento dos temporários.

Denuncia também o prefeito de São Gonçalo do Amarante que não paga os direitos dos servidores públicos, como quinquênio e pecuniária. E faz um chamado ao sindicato para organizar e unificar a luta dos servidores municipais pelos seus direitos.

Boletim da Corrente Proletária – CPE Universidade

O Boletim de 18 de novembro trouxe o chamado “Reforma Administrativa, desemprego, congelamento salarial e recessão: passadas as eleições municipais, todos os problemas se mantêm. Retomar as lutas contra a ofensiva dos governos e capitalistas!”. Diz: “Passado o primeiro turno das eleições, uma parcela importante de nossa categoria, que depositou fé nas eleições municipais, volta a enxergar os problemas, que não cessaram por um momento durante o circo eleitoral montado (...). A luta contra a Reforma Administrativa ... deve ser retomada, porque é parte das contrarreformas, que visam a enxugar o orçamento do Estado com serviços e direitos sociais, despejando os recursos “economizados” para o ralo da Dívida Pública. Do mesmo modo, a contrarreforma que atacará o funcionalismo público é parte da série de medidas que foram descarregadas este ano sobre os trabalhadores, em geral, e a classe operária, em particular, com o objetivo de

reduzir o valor médio da força de trabalho e retirar benefícios e direitos históricos. Conclui: “A retomada das lutas gerais ... é um imperativo para fazer frente aos ataques, que permanecerão no próximo ano. A retomada das campanhas salariais, a luta pelos direitos e o combate às contrarreformas exigem a mobilização coletiva, a retomada das assembleias presenciais e da luta geral. A política do isolamento social, ditada pelos governos e capitalistas, resultou até agora em mais de 160 mil mortos e no avanço destes ataques todos. A omissão dos sindicatos, inclusive de nosso sindicato, o ANDES-SN, é, objetivamente, colaboração com a situação colocada. Levantar a categoria, buscar a unidade com todos os setores que lutaram este ano e com o conjunto dos trabalhadores, é a tarefa que temos à frente, e que é preciso enfrentar”.

O Boletim faz um balanço das eleições virtuais para a direção do ANDES-SN. Diz: “a direção agora eleita, “Chapa 1 – Unidade para

Lutar”, é a mesma que dirige o sindicato há anos, com a diferença de que, agora, há uma presença mais aberta da política do PSOL e do PCB, e um afastamento do grupo de ex-diretores que formaram o coletivo Rosa Luxemburgo e o CAEL (PSTU). A mesma direção que defendeu que as novas eleições precisavam ocorrer ainda este ano, de forma remota, com as universidades fechadas e de forma despolitizada, é a que se elegeu para mais uma gestão. A Chapa 2, Renova Andes, ligada ao PT, não conseguiu chegar à direção da entidade. Embora também tenha defendido as eleições remotas, agora lamenta que o processo tenha sido marcado “por graves problemas relacionados ao modelo de votação telepresencial”.

Conclui: A questão, no entanto, de crítica ao processo eleitoral não pode estar ligada às dificuldades de acesso, aos “obstáculos” da votação “telepresencial”, mas ao processo como um todo, marcado pela despolitização e pelo aprofundamento da desmobilização da categoria. Além do congelamento salarial, festejado por Paulo Guedes, há os ataques ao orçamento das universidades, que, apesar de terem economizado em 2020 com o fechamento dos campi, também sofrerão com cortes em 2021, cerca de 1 bilhão, e o ataque à já pequena autonomia das instituições, com a imposição de reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas. Sem contar os ataques às agências de pesquisa, cuja política alinhada ao governo, é de reduzir gastos e redirecionar recursos para áreas escolhidas ideologicamente.

Nessas eleições, portanto, não estavam em jogo a “unidade para lutar”, como defendia a chapa 1, ou a “renovação do sindicato”, como apontava a chapa 2. Esteve em jogo a independência do sindicato frente a política dos governos e dos capitalistas, o que, de fato, não ocorreu, havendo, nesse momento exato, uma colaboração velada com a política de estender as atividades e aulas remotas para o início de 2021, sem qualquer luta para garantir mais verbas para as universidades e impossibilitando, assim, um retorno seguro e presencial.

O que esteve e está em jogo é a retomada das lutas presenciais para fazer frente a este quadro de ataques, que ocorrem dentro e fora das universidades e institutos de educação. O que está em jogo, portanto, não

passou por esta eleição despolitizada, em que se adotou um método antissindical, que quebra a unidade entre mobilização e direção, entre discussão e ação. A vitória da Chapa 1, que será confirmada em mais uma CONAD Extraordinário, em 1º de dezembro, não representa, neste momento, nenhuma vitória para a nossa categoria, nem para os milhões de trabalhadores golpeados ao longo deste ano. Representa, ao contrário, o aprofundamento de uma política, que, se não for combatida por meio das mobilizações e das lutas coletivas, levará a uma maior burocratização de nossa entidade, e uma colaboração maior com a política burguesa, o que inclui também, em curto prazo, a passividade diante da aprovada

O que esteve e está em jogo é a retomada das lutas presenciais para fazer frente a este quadro de ataques, que ocorrem dentro e fora das universidades e institutos de educação.

da reforma administrativa. Ou seja, apenas mais derrotas para o serviço público, para a educação e para os trabalhadores em geral”.

O Boletim denuncia também as eleições virtuais da Adufepe, que ocorrerão no início de dezembro. Diz que “A eleição virtual, com a universidade fechada e os professores atomizados, inevitavelmente reforçará a burocratização da entidade”.

O Boletim denuncia os métodos antidemocráticos e antissindicalistas na UDUNIR. Denuncia que “No dia 25 de setembro, ocorreu uma assembleia virtual, dirigida pela oposição, e com presença de membros da diretoria regional do ANDES-SN. Esta assembleia resolveu destituir a gestão, que acabaria mesmo este ano. Assim, a assembleia apresentou a lista dos 7 componentes da diretoria provisória, que não poderiam ser outros, senão os componentes da referida “Comissão Pró-Andes”. Aos métodos autoritários da gestão bolsonarista, opôs-se a métodos também antidemocráticos e antissindicalistas. A destituição poderia ocorrer sim em uma assembleia presencial, amplamente convocada e com participação de todos os campi. Não foi isso que ocorreu. Houve pequena participação de filiados, e aí se criou uma “diretoria provisória”. Conclui: “Não se combatem direitistas, burocratas e corruptos com métodos que se pautam na despolitização e desmobilização da categoria”.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária – Juventude em Luta

O Boletim faz um balanço do 1º turno das eleições municipais, mostrando que, de maneira geral, prevaleceram as candidaturas de direita. A ultradireita bolsonarista não conseguiu demonstrar a mesma força de 2018. Os partidos de esquerda também tiveram um desempenho fraco. Ressalta a ida de Guilherme Boulos, PSOL, para o 2º turno, disputando com o candidato da direita Bruno Covas, PSDB. Critica a posição do PSOL de não denunciar o conteúdo de classe das eleições, e a conduta de Boulos, em alimentar ilusão de que “caso vença a eleição, fará um governo para o povo”. Conclui: “das urnas só pode sair um governo burguês”.

O Boletim enfatiza que “Os estudantes não devem esperar que das eleições saiam as soluções de seus problemas e de suas famílias.

Devem combater, junto à classe operária, no terreno da independência de classe. Só a luta, com os métodos da ação direta, é que defenderá a educação pública, a saúde dos mais pobres e a fonte de sobrevivência dos explorados (que é o emprego e os salários)”.

Fez parte desse Boletim, a campanha pelos empregos. O artigo, “Desemprego explode na juventude”, traz os dados do enorme desemprego entre a juventude. E duas tarefas: a) pressionar suas entidades (UNE, UBES, UMES etc.) para sair da passividade, para que impulsionem, junto com as centrais sindicais e movimentos populares, uma campanha nacional por empregos e salários; b) combater a política de conciliação de classes das direções estudantis e sindicais, defendendo os métodos próprios dos explorados, que é



O que esperar das eleições?

O voto é opcional para a grande maioria dos estudantes secundaristas. Para convencê-los a participar, então, os partidos da burguesia e o Estado subornam os estudantes, desde muito cedo, à falsa propaganda de que, através das eleições, tudo pode melhorar, basta “votar consciente”. Uma variante dessa política é a ideia de que votando “errado”, tudo pode piorar. Essa propaganda é reforçada pelas entidades estudantis nacionalistas (UNE e UBES), em suas plataformas eleitorais.

Votando ou não votando, porém, a juventude continua sofrendo com as decisões que são tomadas

E nos Estados Unidos?

Nos EUA, o democrata Joe Biden venceu as eleições. A semelhança que há entre o processo nos EUA e no Brasil é o seu conteúdo de classe oculto: muito se falou sobre a necessidade de derrotar o intervencionismo unilateral e agressivo de Trump, além de sua política racista, misérgica e xenofóbica. Votar em Biden, de acordo com esse raciocínio, seria a forma de impor tal derrota ao trumpismo.

Mas, o que se passou de verdade foi que os explorados foram chamados a escolher os

a ação direta (greves, manifestações, ocupações, etc.), como a única via para conquistar as reivindicações.

O Boletim faz campanha para que as direções estudantis convoquem as assembleias presenciais, para que os estudantes coletivamente decidam sobre o retorno ou não das aulas. Também contém a formação política, destacando o tema sobre a “Opressão da Mulher”.

Recife**Frente Única de Lutas debate eleições e aprova a campanha por assembleia presencial na UFPE**

No dia 11 de novembro foi realizada a III plenária do comitê classista de lutas. O primeiro tema de discussão foi “eleições e independência de classe”, cada organização teve dez minutos para expor sua linha. A CPE/POR iniciou sua fala com a caracterização de que as eleições são o terreno da disputa interburguesa e que são parte fundamental da democracia burguesa, em que a formação de um novo governo passa pelo voto popular. O caráter de classe das eleições (assim como da democracia e do Estado) fica oculto. Apresentam-se as disputas como entre direita e esquerda ou, no caso atual, como bolsonarismo e antibolsonarismo, como antecipação das eleições presidenciais.

Os candidatos prometem solucionar os problemas das massas, e os movimentos sindicais, populares e estudantis são convertidos em cabos eleitorais. A pandemia agregou particularidades, em que a colaboração de classes das direções se expressou na subordinação à política burguesa do isolamento social. Em nome do “fique em casa”, as direções entraram em quarentena, enquanto as massas arcaram com o peso da mortandade, destruição de empregos, redução de salários, e outras mazelas. O limitado auxílio emergencial foi e é incapaz de fazer frente ao mar de miséria que se amplia. Sem lutar por suas reivindicações, as massas não conseguem se colocar no terreno da independência de classe, e são arrastadas pelas disputas interburguesas.

As esquerdas pequeno-burguesas reforçam as ilusões, afirmando ser possível criar um governo dos trabalhadores por meio das eleições burguesas. Enfeitam a tese de democratização do Estado, com pinceladas de referências a conselhos construídos na Comuna de Paris e Revolução Russa, ocultando que foram parte de processos revolucionários. A concepção marxista, há tempos, denunciou o cretinismo parlamentar e, com Lênin, alcançou um novo patamar com as linhas gerais sobre quando e como intervir no parlamento burguês. A estratégia revolucionária é que orienta a tática eleitoral. Enquanto as massas têm ilusões democráticas, a intervenção é necessária, porém, seu objetivo é combater estas ilusões, e não as reforçar.

Apresentamos que o POR, na condição de partido embrionário, sem a direção de uma fração do movimento operário, não teve as condições políticas para impor à burguesia sua legalização. Diante disso, nas eleições, chamamos as massas a votarem nulo, e confiarem em suas próprias forças e métodos de luta. A se organizarem em torno de suas reivindicações. Mostramos também que a classe operária precisa construir seu partido, para poder materializar a estratégia da revolução e ditadura proletária (governo operário e camponês).

Na sequência, um militante do Mangue Vermelho (Nova Democracia) fez uma fala de caracterização das eleições na pandemia e crise capitalista. Reforçaram que o sufrágio é um instrumento de dominação. Fez a crítica à esquerda eleitoreira, e expuseram que sua organização considera que a disputa eleitoral legitima este espaço. Uma nova face disto são os mandatos coletivos, como se pudessem fazer os setores oprimidos serem de fato direção do Estado. Afirmou que sua organização pretende educar as massas por meio do boicote às eleições, considerando que a bandeira de intervenção no parlamento corresponde ao cenário de início do século XX, em que as massas viam no Estado a possibilidade de mudança, hoje aqueles que votam apenas esperariam barganhar melhorias, mas não acreditariam nas eleições. Ilustrou esta ideia com o crescente número de votos nulos e abstenções, e episódios em que moradores de bairro expulsaram o prefeito de Olinda em

campanha pela reeleição.

Um companheiro do Movimento PPGE na Luta apontou para o apodrecimento do sistema político, em meio à crise monumental do capital, destacou a necessidade de analisar as particularidades, sem ocultar o caráter de classe. Analisou que, desde 2016, os partidos praticamente desapareceram das campanhas, mudaram de nome, e ficam escondidos. Mencionou o processo de direitização, necessidade de lutar pelas reivindicações, ao mesmo tempo em que as direções estudantis têm atuado meramente como cabos eleitorais, a exemplo do PT, PSOL, UP, PCB e PCdoB. Destacou como o identitarismo tem ampliado seu espaço, sobretudo na política do PSOL, e como a direitização se expressa no financiamento empresarial da campanha também deste partido. Afirmou que o crescimento dos votos brancos e nulos tem significados heterogêneos, e que a burguesia procura recompor o sistema político. Exemplificou com o caso dos Estados Unidos, que teve um aumento do voto de negros e latinos.

Um militante da FOB fez uma breve fala de crítica à esquerda institucional, que atua defendendo um projeto que não interessa à classe trabalhadora. Abriu-se o debate. Apontou-se para a crise de direção, e que as derrotas sofridas nos últimos anos foram fruto da canalização da luta contra o golpe e ataques de Temer e Bolsonaro, para as vias eleitorais. Destacou-se como as organizações de esquerda que se submeteram à política burguesa de isolamento social e suspenderam todas lutas presenciais, agora se subordinam à flexibilização capitalista e vão aos bairros, feiras e praças em busca de votos. Certamente, pós-eleições será divulgado o aumento de casos, e a esquerda pode, novamente, se escorar nas restrições sanitárias para não organizar as lutas. Identificou-se que há perspectivas comuns na análise, porém, foi importante não procurar fazer um documento conjunto que amalgamasse as diferentes estratégias das organizações.

O segundo ponto da plenária dedicou-se aos informes sobre as lutas, com destaque para as lutas na UFPB contra o reitor interventor, com ocupação, assembleias e paralisação. Analisou-se que está presente no movimento também a disputa no interior da burocracia universitária. Foi dado o informe sobre a assembleia setorial do DCE (virtual), em que os militantes do comitê defenderam e aprovaram a realização de uma Assembleia Presencial dos Estudantes, com indicativo para o dia 18 de novembro, além da rejeição ao EaD. A forma da “assembleia”, com aprovação de pautas contraditórias (de emenda ao EaD) já indicava que a direção do DCE só encaminharia o que era de seu interesse. O que se confirmou depois. O DCE emitiu uma carta com “pontos inegociáveis” para a retomada do semestre regular, com o pedido para não haver a condensação do calendário (3 semestres em um ano), garantia de inclusão digital, de não haver obrigatoriedade de abrir as câmeras nas aulas, e outras ninharias. No fim das contas, aceitam o EaD.

A plenária aprovou o documento “Construir a assembleia estudantil presencial para retomar as lutas na UFPE. Em defesa da educação pública! Contra a privatização! Abaixo o Ensino a Distância (Remoto)! Pelo financiamento integral da Educação por parte do Estado!”, que servirá de campanha da frente.

A próxima reunião ocorrerá no dia 25 de novembro, e terá como temas “a Educação Básica sob a pandemia” e “Quem decide os rumos das escolas e universidades?”, além de acompanhar as campanhas pelos empregos e contra o EaD.

Três anos da contrarreforma trabalhista

Novembro marca o terceiro ano da contrarreforma trabalhista, imposta pelo governo de ditadura civil de Michel Temer. O ataque foi violento aos empregos, salários e direitos. A promessa de ampliação das vagas de emprego caiu por terra, considerando que hoje já somos 14 milhões de desempregados. Soma-se a isso, o expressivo montante de trabalhadores no mercado informal, que atinge mais de 30 milhões de pessoas.

O levantamento do Dieese mostra o impacto negativo no mercado de trabalho, entre 2017 e setembro de 2020. Sobre o trabalho intermitente, há um total de 1.476.187 trabalhadores contratados com até 12 horas semanais. Sobre o contrato parcial, aponta que as empresas substituíram os trabalhadores com contrato integral pelo parcial. A estimativa de contratados parciais é de 404,3 mil. Desse total, 12% cumprem jornadas de até 15h semanais; 23%, de 16h a 20h; e 40%, de 21h a 30h. Com a terceirização das atividades-fim, os trabalhadores tiveram

redução de 25% nos salários, estão submetidos a uma maior jornada de trabalho, e à alta rotatividade.

Esse pequeno quadro revela o brutal ataque desfechado pela reforma trabalhista. Lembremos que essa contrarreforma foi aprovada porque as burocracias sindicais colaboraram, desmontando a greve geral, e participando das negociações no Congresso Nacional. Depois de aprovada, não moveram nenhuma campanha contra a sua implantação. Ao contrário, ajudaram o patronato a implementá-la, a exemplo dos acordos de redução salarial, suspensão de contratos, demissões pelo PDV, e avanço da terceirização e contratos temporários.

A luta em defesa dos empregos, salários e direitos se choca com a contrarreforma trabalhista. Necessariamente, se choca com as burocracias sindicais traidoras. E o caminho para pôr abaixo essa reforma dependerá da organização e da ação coletiva – greves, manifestações, ocupações – da classe operária e demais explorados. Essa tem de ser a nossa tarefa.

Direções das centrais: encolhidas diante das demissões, e acesas nas eleições

A Força Sindical, depois de fazer campanha pelos candidatos do Solidariedade, agora, rapidamente, arregaçou as mangas para apoiar os denominados candidatos “comprometidos com geração de emprego e renda, saúde, educação, etc. Sem apontar nomes, a central direitista diz que orientou seus sindicatos e federações a fazerem o mesmo. Portanto, para os burocratas, a prioridade são as eleições.

A Central Única dos Trabalhadores, mais que depressa, saudou a vitória de candidatos da “esquerda progressista”, e saiu em defesa das candidaturas dessa denominada esquerda, no 2º turno. Não escondeu que, nesses meses que antecederam as eleições, “contribuiu com sua participação ativa e decisiva para a construção desses resultados”. Fez campanha pelos candidatos do PT. E apresentou uma lista de vereadores eleitos no estado de São Paulo, dizendo que a maioria dos eleitos é dirigente de sindicatos filiados à CUT, e que farão a “luta na Câmara de Vereadores”.

Enquanto essas direções sindicais passaram os últimos meses caçando votos e fazendo lives com seus candidatos, a classe operária e demais explorados amargaram o desemprego, rebaixamento salarial, e violenta precarização das condições de trabalho. Como se vê, são direções inteiramente a serviço da política burguesa, do eleitoralismo. No entanto, estão no controle da grande maioria dos sindicatos, submetendo-os a essa maligna política. Está aí por que se torna cada vez mais urgente a construção de direções classistas, revolucionárias, para estarem à frente dos organismos de luta dos trabalhadores.

Recife

Assembleia dos Rodoviários aprova a greve

Na assembleia do dia 17/11, os rodoviários decidiram pela greve, a partir de 24/11. A reivindicação é o emprego, salário e direitos, com: retomada das negociações da campanha salarial, implementação da lei contra a dupla função, suspensão das demissões, e estabilidade de um ano. A categoria, que já estava sendo duramente atacada, sentiu o aumento da violência do patrão com a pandemia. A MP 936 só serviu para os empresários do transporte reduzirem os salários. A garantia dos empregos foi apenas uma falácia. Foram milhares de demissões, de março a novembro.

A aprovação da Lei contra a dupla função foi o caminho traçado pela direção do Sindicato (PSOL/Resistência) para garantir o emprego. Após aprovada a Lei, a burguesia está fazendo de tudo para não aplicar. Após quase nove meses de duros ataques, o PSOL afirma que agora é o momento da greve, que antes seria um erro. Diziam que a categoria não estava preparada para a greve. O que mudou agora?

A manobra do governo do Estado, que encaminhou a Lei para ser examinada e operacionalizada, de acordo com a Procuradoria Geral do Estado, sem previsão de aplicação e sob quais condições, pressionou o PSOL a convocar a categoria para a greve. A categoria não acredita que a patronal aplicará facilmente a Lei. Falam que a patronal fará de tudo para reverter a situação, após definição das eleições municipais.

O Boletim Nossa Classe/POR atuou nas garagens e assembleias, defendendo os métodos de ação direta para garantir a defesa do emprego, salários e direitos. Que sejam convocadas as assembleias nas garagens, para garantir o fortalecimento da greve unificada da categoria. Que não se restrinja ao município de Recife. Que as centrais sindicais convoquem plenárias para organizar a luta unificada, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e direitos de manifestação e greve.

Um reinado sem fim

O Sindicato Metalúrgico de São Paulo, dirigido pela Força Sindical, realizou mais uma eleição. Há muito, só existe a chapa da burocracia (Chapa 1), que compareceu, agora, com o slogan “A Luta Faz a Lei”. Como não poderia deixar de ser, foi eleita com 94,97% dos votos. Estará mais quatro anos na direção do sindicato. O atual presidente, Miguel Torres, continuará por mais quatro anos. O burocrata já dirige a Força Sindical, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

A chapa única expressa o controle burocrático, portanto, a eliminação da democracia operária. Depois que essa burocracia combateu a oposição metalúrgica, no início dos anos de 1980, extirpando-a, não houve mais tentativa por parte da CUT de constituir chapa nesse sindicato, e ganhá-lo para suas posições. Fato que ocorre também no Sindicato Metalúrgico do ABC, onde a Força Sindical não disputa sua direção. Arma-ram-se, assim, dois grandes feudos. A derrubada dessas burocracias, certamente, virá do choque entre a classe operária e suas direções. As duras consequências da crise econômica, a penetração das ideias revolucionárias e as traições das burocracias sindicais possibilitarão a constituição de uma vanguarda consciente, que tomará a tarefa de constituir novas direções para os sindicatos.

Eleição antidemocrática do Sintetel

Em 9 de novembro, o Sintetel convocou sua eleição para 15 a 17 de dezembro. A eleição foi divulgada exclusivamente pelo site do sindicato.

Não é a primeira vez que uma eleição para a direção do sindicato ocorre dessa forma. Esse método antidemocrático ocorre, ao menos, desde 1997, quando a atual direção, presidida por Almir Munhoz, foi eleita. Trata-se de um método que visa a preservar a mesma direção burocrática, que não convoca assembleias, negocia com os patrões às costas dos funcionários, e se mantém passiva e, em alguns casos, até conivente, frente às demissões e precarização das condições de trabalho.

A política do sindicato frente ao ataque da Atento aos seus funcionários é um dos exemplos mais recentes. O sindicato negociou com a empresa a manutenção do piso salarial bruto em R\$ 998,00, até o fim de 2020, abaixo do valor mínimo. Também se omitiu frente aos 480 demitidos na Atento de Santos, sem contar nas demais localidades.

Está colocada a necessidade de os trabalhadores de telecomunicações constituir uma nova direção, que se apoia na defesa da democracia operária, independência diante do patronato, e luta pelas reivindicações vitais, como emprego, salário e direitos. Trata-se, como vimos, de um setor que recebe salário inferior ao mínimo de fome do governo, e violentamente superexplorado. O descontentamento dos trabalhadores é crescente, mas que deve ser materializado na constituição de uma oposição à direção burocrática do sindicato.

Paraná

Professores da rede ocupam Assembleia Legislativa.

Que a direção do sindicato convoque a assembleia geral para aprovar a greve.

Nenhum contratado demitido. Efetivação imediata de todos

Professores da rede estadual ocuparam, no dia 18 de novembro, a Assembleia Legislativa, para pressionar o governador a revogar o edital 47, que prevê prova para selecionar professores temporários (PSS), no dia 13/12, e a prorrogação dos atuais contratos dos temporários. São mais de 20 mil professores temporários, e o edital prevê a contratação de apenas 4 mil.

No dia seguinte, por decisão judicial, foram retirados da ALEP. Diante da repressão e do não atendimento das reivindicações, uma parte dos professores se declarou em greve de fome, na frente do Palácio Iguaçu, sede do governo.

A oposição à diretoria da APP-Sindicato, contudo, denuncia que se trata de uma manobra da direção, para não convocar assembleia dos professores e funcionários, pois, a greve de fome foi deliberada pela diretoria, à margem da categoria. De acordo com a oposição, na última assembleia, a direção foi derrotada, e 90% dos professores se declararam em “estado de greve”, de modo que uma assembleia neste momento poderia decretar a greve, que a direção abomina.

Por outro lado, a direção do sindicato já procura, nas con-

versas com o governo, uma saída rebaixada, renunciando à revogação do edital 47, em troca da extensão do prazo de inscrição. Ou seja, ao invés de impulsionar a revolta dos trabalhadores da educação contra o governo, partindo da situação dos temporários, a burocracia sindical tenta um acordo, que certamente não anulará o edital, que demite 20 mil, para contratar apenas 4 mil.

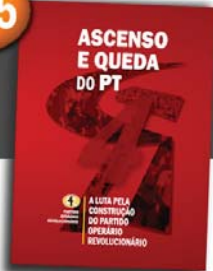
Todo apoio à luta dos professores temporários; pela efetivação de todos os temporários, e pela convocação de assembleia geral da classe para deliberar a greve!

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Ato em São Paulo

Denúncia da justiça de condenar a vítima e inocentar o réu

A repercussão do processo judicial, com direito a insultos e acusações à influenciadora e promotora de eventos catarinense Mariana Ferrer, vítima de estupro, em 2018, pelo empresário André Camargo Aranha, e a sentença de absolvição do réu, com o que ficou conhecido como “estupro culposo”, ou seja, com alegação de não ter havido dolo (intenção), levou a uma indignação, que mobilizou no domingo, dia 8/11, milhares de pessoas em Fortaleza, Porto Alegre e São Paulo.

Em São Paulo, o ato se concentrou no MASP, e terminou na praça Roosevelt. Contou com cerca de 5 mil manifestantes, a grande maioria mulheres. Foi possível perceber que a revolta foi canalizada para o eleitoralismo dos partidos, entre eles o PSOL, PCdoB, MRT, UP, PDT, e até PSDB. Assim, as ilusões democráticas e a confusão política, semeada pelos oportunistas, marcaram o ato. Vimos, por exemplo, pedidos de justiça abstrata

e punitivismo cego. Críticas ao judiciário brasileiro, ocultando o caráter burguês dessa justiça como um todo. Defesa da representatividade no poder, sem levantar a política de classe desses representantes. Gritos eleitoreiros de “Fora Bolsonaro”, e de “lutar nas ruas e nas urnas”, deram o tom. E cartazes pelo fim da “cultura do estupro” e do machismo, que colocavam essas manifestações sociais como causas, e não reflexos da opressão de classe sobre a mulher. Os oportunistas, para ocultar a raiz de classe da opressão, se apoiam em uma “questão de gênero”. Trata-se de uma pseudo teoria, pois, ignora e oculta a origem de classe da opressão sobre a mulher, de que não é possível mudar tal “cultura”, sem tocar nas bases materiais, no modo de produção capitalista, o que quer dizer, pôr abaixo a sociedade de classes e a propriedade privada.

Como se vê, o movimento identitário leva ao corporativismo, a um sectarismo e

ao desvio da luta classista. Nesse ato, não vimos a defesa dos empregos, salários e direitos, que estão sendo destruídos, que têm sido o maior ataque aos explorados, e afetam enormemente as mulheres. Tratou-se de um ato pequeno-burguês, que serviu de propaganda eleitoral das candidaturas “femininas” dos partidos.

O POR interveio com suas bandeiras e manifesto, onde denuncia a justiça burguesa e aponta aos explorados que a saída para o fim da opressão sobre as mulheres não está na política de educação e coerção. A solução só pode se dar com o fim da propriedade privada dos meios de produção, por meio da revolução proletária. Afirma que lutar por melhores condições de vida das mulheres não significa desconhecer o direito das vítimas de se defenderem e exigirem punição aos seus agressores. E que se deve ter claro que a punição, por mais rigorosa que seja, não atingirá as causas da opressão e violência sobre as mulheres.

Manifesto *Caso Mariana Ferrer*

Combater a violência sobre as mulheres com os métodos da luta de classes!

*Nenhuma ilusão na Justiça burguesa! Nada de desviar a indignação para a via eleitoral e pacífica!
Erguer um movimento nacional em defesa dos empregos, salários e direitos,
que incorpore a luta pelas reivindicações particulares das mulheres!*

Mariana Ferrer é uma promotora de eventos catarinense, que foi vítima de estupro em dezembro de 2018. O criminoso é o empresário André Camargo Aranha. O caso voltou à tona recentemente, com grande destaque na mídia e redes sociais, após a divulgação pelo site The Intercept Brasil de aspectos do processo judicial, principalmente de um vídeo de uma das audiências ocorrida em julho deste ano, em que o advogado de defesa Cláudio Gastão da Rosa Filho insulta a jovem repetidas vezes. The Intercept também revelou detalhes do pedido de absolvição do réu pelo Ministério Público, em que consta o entendimento de que o empresário não teve dolo (intenção), fato que provocou uma enorme indignação contra o que ficou conhecido como “estupro culposo”.

As evidências do crime são muito fortes. Contudo, o réu concluiu absolvido. Na sentença, o entendimento do juiz foi de que não havia provas suficientes para configurar estupro de vulnerável, pois seria necessário comprovar que a vítima não teve condições de oferecer resistência, e que o autor do crime deveria ter

ciência da vulnerabilidade dela. O juiz chegou a citar a frase, que também ganhou grande repercussão, de que achava “melhor absolver cem culpados do que condenar um inocente”.

Enfim, não cabe descrever todos os detalhes do processo, dado que já foram amplamente divulgados. O que interessa realmente é desnudar as raízes do problema e apontar a resposta política correspondente, desde um ponto de vista classista.

O caso de Mari Ferrer é um entre os inúmeros casos de estupro no Brasil, e a violência sexual é uma dentre as múltiplas formas de opressão sofridas pelas mulheres. Esta opressão, por sua vez, é uma dentre as várias manifestações específicas da opressão de classe, tal como o racismo, o ódio aos homossexuais, a xenofobia etc. Como se vê, o problema é bem mais profundo. Possui suas raízes na sociedade de classe, no capitalismo. Isso significa que as formas de opressão não pairam no ar, pelo contrário, se desenvolvem numa realidade material historicamente determinada.

É de suma importância tomar esses aspectos como pontos de

partida, por três razões principais: primeiro, pela necessidade de evitar as abordagens subjetivas, centradas no sofrimento da vítima – o que não implica, de maneira alguma, ignorar essa dimensão; segundo, para não incorrer no erro cometido pela maioria dos movimentos de mulheres, quase todos de extração social pequeno-burguesa, que identifica a raiz do problema na chamada “cultura do estupro” e, terceiro, pela necessidade prática de organizar a luta pela destruição de todas as formas de opressão, atacando a verdadeira raiz do problema.

É particularmente importante a explicação sobre a questão da “cultura do estupro”. Não se trata de negar que existam padrões comportamentais considerados “normais”, de escancarado conteúdo discriminatório contra as mulheres, e que servem de amparo para todo tipo de violência sobre as mesmas. Os exemplos são tão abundantes, que não vale a pena perder tempo os elencando. O problema é que, ao se postular que a raiz da violência se encontra na tal “cultura”, perde-se de vista justamente a sua origem. E não basta dizer genericamente que está no “patriarcado”, como muitos fazem. É preciso demonstrar como se deu o surgimento da opressão sobre a mulher, em tempos remotos, e como (e por que) a sociedade capitalista a preserva e reproduz.

Evidentemente, é preciso considerar a interrelação entre a cultura e as suas bases materiais. A tarefa, todavia, está em encontrar o termo fundamental dessa relação, que só pode ser a realidade material. E o caso Mari Ferrer demonstrou isso de maneira didática. André Aranha foi absolvido pela Justiça, a mesma Justiça que foi leniente com a atitude bizarra do advogado de defesa, que buscou imputar a responsabilidade do crime à própria vítima. E como se pode explicar a parcialidade do sistema judiciário, em favor de André? Ora, trata-se de um empresário, de uma família influente. Acaso o réu fosse pobre e negro, a conduta do juiz e o resultado do processo seriam os mesmos? Sabe-se que não, são inúmeros os exemplos que mostram que não.

Existem dois extremos que devem ser evitados na explicação: um deles é, ao situar a raiz do problema na realidade material, ou seja, na organização socioeconômica, o de acabar esvaziando o papel do indivíduo. O outro extremo é o de individualizar os casos, como fazem os liberais, como faz a mídia burguesa etc. É a visão que busca qualificar o agressor como “monstro”, tentando extrair razões exclusivamente psicológicas para a ação criminosa. O objetivo desse tipo de pseudoexplicação é óbvio: evitar que a natureza mais abrangente do fenômeno seja percebida, o que levaria obrigatoriamente a encontrar as suas raízes sociais. O defeito prático dessa abordagem é o de levar, inevitavelmente, a “enxugar gelo”: na medida em que não se ataca a origem, o problema se manifesta de novo, e de novo e de novo.

Por essa razão, não têm o menor cabimento as soluções centradas no punitivismo (cárcere, pena de morte etc.). É claro que ninguém deve questionar o direito da vítima de ver o seu agressor ser punido. O que não deve ser feito é a transformação do castigo em solução global. Essa é a saída considerada mais fácil de digerir e que, justamente por isso, é explorada por todo tipo de demagogo. Conclui sempre na defesa do reforço do aparato repressivo do Estado burguês, portanto, se voltando contra as massas. Além disso, é uma saída inútil, basta lembrar a experiência fracassada da Lei Maria da Penha: após aprovada, se verificou um breve período de diminuição dos casos de violência sobre a mulher, para, logo em seguida, aumentar vertiginosamente.

A opressão sobre as massas femininas é uma brutal manifestação da opressão de classe e, como tal, só pode ser combatida através dos métodos próprios da luta de classes.

Algo semelhante se passa com a saída centrada na educação. Os que defendem que Mariana Ferrer foi mais uma vítima da “cultura do estupro” estão indicando, no fundo, a possibilidade e a necessidade de se construir outra cultura, em que as pessoas teriam de “desconstruir” o seu machismo e colocar no lugar valores feministas. O erro dessa abordagem é supor que seja possível derrotar uma ideologia com outra, sem se referir às suas bases materiais. Não passa de puro idealismo. E serve igualmente aos demagogos, mais à direita ou mais à esquerda, visto que ampara propostas milagrosas de novas leis, visando uma “nova” educação.

É bem oportuno falar sobre as saídas demagógicas, quando se vive um período de campanha eleitoral. O que não faltam por aí são os candidatos “comprometidos” com a causa das mulheres, com mil propostas para “combater o machismo”. Estão todos alimentando a ilusão de que é possível resolver essa chaga através da via institucional burguesa. Certamente, não perderão a oportunidade de usar o caso trágico da Mariana Ferrer para pedir voto.

O Partido Operário Revolucionário rechaça esse caminho. Defende que não é possível alcançar a real libertação da mulher sob o capitalismo. A opressão sobre as massas femininas é uma brutal manifestação da opressão de classe e, como tal, só pode ser combatida através dos métodos próprios da luta de classes. É necessário erguer um amplo movimento, que una homens e mulheres em luta por suas reivindicações mais sentidas, construindo um sistema de reivindicações que integre as bandeiras de resposta aos problemas específicos das mulheres. Essa luta deve se ligar à perspectiva mais geral de combate anticapitalista, empregando o método da ação direta e no campo da independência de classe.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



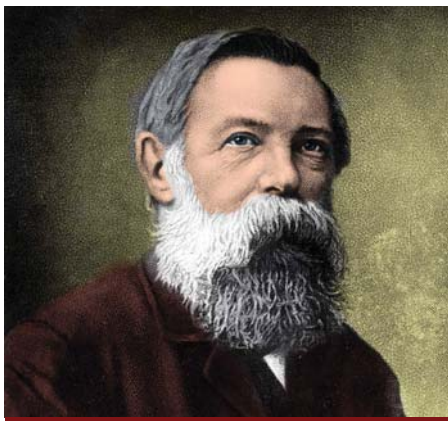
Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels**Viva o revolucionário Engels! Viva o marxismo!**

Engels foi um dos militantes revolucionários de maior envergadura. Ao lado de Marx, fundou o socialismo científico, que é a doutrina do proletariado moderno. Encarnou como poucos a unidade entre teoria e prática, de maneira que seu legado se tornou referência obrigatória aos oprimidos do mundo inteiro, em luta contra a ordem capitalista. A experiência concreta da luta de classes só tem reafirmado a vigência dos seus ensinamentos. Para o Partido Operário Revolucionário, a maior homenagem que se pode prestar ao grande mestre, agora, em 2020, implica assimilar e colocar em prática as suas ideias, visando a transformar a realidade.

Friedrich Engels nasceu em 28 de novembro de 1820, na cidade alemã de Barmen – cidade que se transformou, posteriormente, em um distrito da cidade de Wuppertal. Sua família era de negociantes prósperos e bastante religiosos. O pai herdou uma parte do negócio que havia sido montado pelo bisavô, uma indústria de fiação e branqueamento de fibras. A mãe era uma professora, de família proveniente da Holanda. Engels foi o primogênito de oito irmãos.

Ainda muito novo, foi-se aproximando da literatura, distanciando-se da religião e da vida imposta pelo pai. Chegou a se declarar discípulo do Movimento dos Jovens Alemães, com o qual rompeu posteriormente, grupo literário cujo membro mais proeminente foi o poeta Heinrich Heine. Não tardou para se voltar à filosofia e à política. Engajou-se no serviço militar. Por essa época, juntou-se aos Jovens Hegelianos, em Berlim, onde viveu o entusiasmo pela publicação das obras de outro pensador, Ludwig Feuerbach. Em 1842, findado o serviço militar, viajou à Colônia, com o intuito de se encontrar com os responsáveis pela Gazeta Renana, um periódico radical que publicava artigos dos Jovens Hegelianos, entre eles Moses Hess. As ideias deste, a quem se atribui a primazia na defesa de uma versão do comunismo entre os Jovens Hegelianos, exerceram uma forte influência sobre Engels. Foi nesse ínterim que acabou conhecendo Karl Marx.

A profícua colaboração entre ambos, tão amplamente conhecida, não começou exatamente nesse primeiro encontro. De volta à Inglaterra, em Manchester, Engels seguiu escrevendo para os jornais alemães. Enviou para os Anais Franco-Alemães, que eram editados em Paris, por Marx e Arnold Ruge (a Gazeta Renana havia sido fechada pelo governo), o ensaio *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, em 1844. Marx já havia publicado, além de sua tese de doutoramento (sobre Demócrito e Epicuro), as obras *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica* – além dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que só foram conhecidos postumamente. É nesse contexto que Marx e Engels se encontram novamente, dessa vez em Paris.



Para o Partido Operário Revolucionário, a maior homenagem que se pode prestar ao grande mestre, agora, em 2020, implica assimilar e colocar em prática as suas ideias, visando a transformar a realidade.

Marx havia sido profundamente impactado pelo *Esboço*, escrito por Engels, texto que chamou a sua atenção para o problema da Economia. Na prática, ambos já estavam se distanciando dos Jovens Hegelianos. Tanto que, da reunião em Paris, surgiu o projeto da redação de um livro crítico ao movimento, que será publicado em 1845, *A Sagrada Família*. Neste mesmo ano, em março, Engels concluiu o livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* e, logo mais, os dois começaram a redigir *A Ideologia Alemã*, obra em que ambos acertaram contas com os Jovens Hegelianos – um texto riquíssimo, publicado na íntegra somente no século XX. De Hegel, tomaram o método dialético; de Feuerbach, a concepção materialista. Desde então, a confluência política e ideológica entre os dois revolucionários perdurará até o final de suas vidas.

Sobre o *Esboço* e a *Situação*, cabe um parêntese importante. Essas obras possuem muitas qualidades excepcionais. Destacamos, contudo, duas caracterizações, bastante interligadas: o antagonismo entre capital e trabalho e o papel revolucionário do proletariado. Estão aí dois pilares do marxismo que seguem vigentes.

Marx e Engels, em seu tempo, perceberam a necessidade de se ligar ao movimento operário. Engels vinha se comunicando com os cartistas na Inglaterra (o nome “cartismo” deriva da “Carta do Povo”, que basicamente exigia direitos políticos e melhores condições para os trabalhadores na indústria), os quais, além disso, já estavam se dividindo e enfraquecendo. Além dos cartistas, Engels também passou a trocar correspondências e a intervir junto à Liga dos Justos, renomeada, em 1847, como Liga dos Comunistas. E foi justamente o II Congresso da Liga dos Justos, para o qual Engels havia redigido os *Princípios do Comunismo*, que encarregou ambos, Marx e Engels, de preparar um Programa, o qual foi redigido em finais de 1847, e publicado no começo de 1848, entrando para a história com o título de *Manifesto do Partido Comunista*.

Essa obra monumental e densa, profundamente atual, representou o coroamento da trajetória teórico-política de Marx e Engels, até então, ao mesmo tempo em que expressou o entroncamento de ambos com o movimento operário, dando expressão consciente a este. É no *Manifesto* que os dois revolucionários sintetizaram a estratégia da tomada do poder e a constituição do proletariado como classe dominante, tarefa mais tarde desenvolvida e resumida na fórmula da ditadura do proletariado. É no *Manifesto* que pode ser encontrada, sinteticamente, a explicação sobre as crises do capitalismo. É nele também que se pode ler acerca da necessidade da superação deste modo de produção, através da substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social, coletiva. Concebe a revolução proletária, que

começa em um país como parte da revolução internacional.

Como se vê, ambos realizaram uma trajetória praticamente simultânea de ruptura com a chamada Filosofia Clássica Alemã, assimilando as ideias do comunismo. Foram beber em várias fontes, de maneira que a fórmula consagrada das “Três Fontes” (Economia Política inglesa, Socialismo Utópico francês e a Filosofia alemã), embora correta em geral, não passa de uma simplificação. A síntese que eles elaboraram e reelaboraram continuamente até seus últimos dias, mantendo a essência revolucionária, é a moderna teoria do socialismo, o socialismo científico, ou simplesmente, marxismo. Trata-se de uma obra comum, resultado de toda a vida dedicada à militância pela causa do proletariado.

Foram várias as contribuições específicas de Engels: a crítica da economia política, os fundamentos do internacionalismo, o entendimento quanto à natureza de classe do Estado, a compreensão sobre as diversas manifestações da opressão de classe – principalmente a opressão sobre as mulheres, entre outras. Engels foi, ainda, um líder e profundo conhecedor do meio militar. Desenvolveu e aplicou em diversos âmbitos a dialética. Ao lado de Marx, foi um organizador da Primeira Internacional e, depois da morte do amigo, contribuiu para erguer a Segunda Internacional. Estabeleceram, juntos, os pilares da concepção de partido revolucionário. Participaram diretamente e analisaram criticamente a onda revolucionária de 1848-50. Tiraram as devidas conclusões da experiência da Comuna de Paris, de 1871.

Além de ter fornecido suporte material a Marx em vida, Engels concluiu a obra máxima deste, *O Capital*, após a morte daquele, tomando os manuscritos, organizando-os, e dando forma final

aos livros II e III. Trata-se de uma obra até hoje insuperável. Nela se encontram expostas as leis fundamentais de funcionamento da economia capitalista. É a partir do entendimento destas leis que a doutrina de Marx e Engels adquire um caráter científico, demarcando uma fronteira em relação aos socialistas anteriores, qualificados como “utópicos”, justamente pela incapacidade de deduzir a nova sociedade a partir das engrenagens da atual.

Com tamanha contribuição à luta revolucionária da classe operária, em todo o mundo, era de se esperar que o ódio de classe da burguesia se manifestasse violentamente, em contraposição. De fato, Engels, assim como Marx, foi um dos revolucionários mais atacados e deturpados da história. Não cabe abrir espaço aqui para reproduzir qualquer calúnia que seja. E não se trata de incorrer no equívoco do culto à personalidade, à moda estalinista. Os próprios Marx e Engels souberam manusear como poucos a crítica e a auto-crítica. Cumpre à vanguarda extrair os ensinamentos, assimilá-los e aplicá-los, não como uma receita infalível, mas sobretudo como método (a dialética materialista), tomando os seus princípios e análises como ferramentas para a transformação da realidade atual.

Engels faleceu em Londres, a 5 de agosto de 1895, portanto, perto de completar 75 anos. Lênin resumiu da seguinte maneira o legado deixado pelos dois revolucionários alemães: *“Pode exprimir-se em poucas palavras os serviços prestados por Marx e Engels à classe operária, dizendo que eles ensinaram a conhecer-se e a tomar consciência de si mesma, e que substituíram os sonhos pela ciência”*. E completa: *“É por isso que o nome e a vida de Engels devem ser conhecidos por todos os operários”*. Memória eterna ao grande mestre do proletariado! Viva Engels!

28 de novembro de 1820

Memória eterna a Friedrich Engels!

“Engels foi o primeiro a declarar que o proletariado não é só uma classe que sofre, mas que a miserável situação econômica em que se encontra empurra-o, irresistivelmente, para a frente, e obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta se ajudará a si mesmo”. (Lênin)

Nesse momento, em que se completam dois séculos do nascimento de Engels, o Partido Operário Revolucionário faz sua homenagem ao revolucionário, que deu os passos iniciais para erguer o socialismo científico. Ao lado de Marx, Engels escreveu a um velho amigo *“sempre toquei o segundo violino”*.

Engels, no início dos anos de 1840, vivenciou a luta dos membros da Liga dos Justos, contra as forças da reação na França e, a experiência da classe operária inglesa. Assim, pôde criticar as posições e a concepção organizativa das “sociedades secretas”.

No artigo *“Os Movimentos Revolucionários de 1847”*, Engels caracterizou os triunfos alcançados pela burguesia, fazendo uma ressalva no caso da França, dizendo que seria *“tão míope aqueles que imaginam que seu triunfo imprimirá ao mundo sua configuração definitiva. Não veem que seus esforços não fazem senão pavimentar o caminho para nós, os democratas e comunistas (...) A burguesia leva em todos os lugares o proletariado preso em seus calcanhares”*. Ressaltou, assim o triunfo momentâneo da burguesia, e a inevitabilidade do choque das duas classes opostas: a burguesia e o proletariado.

A Liga dos Justos, criada em 1836, em Paris, considerada um campo de batalha fundamental, era constituída de refugiados alemães, boa parte de artesãos (alfaiates, marceneiros). Continha concepções de justiça social, levante armado, e formas conspira-

tivas de organização. Portanto, caminhou, inicialmente, junto à denominada *“Société des Saisons”* (Sociedade das Estações), dirigida por Louis-Auguste Blanqui, Barbès, e Martin Bernard, que mesclava a propaganda de uma sociedade igualitária e o “putsch” (ação armada contra o Estado).

Engels, em seu livro *“A Guerra Civil na França”*, fez um balanço dos equívocos das posições dos blanquistas: *“Partiam do ponto de vista de que um número relativamente reduzido de homens resolutos e bem organizados era capaz, num dado momento propício, não somente de se apoderar do leme do Estado como de, desenvolvendo grande energia sem nada levar em conta, manter-se durante o tempo suficiente para arrastar a massa popular para a revolução, e agrupá-la ao redor do pequeno grupo dirigente. Para isso, era necessário, antes de mais nada, a mais severa centralização ditatorial de todo o poder nas mãos do novo governo revolucionário”*. Isso para mostrar os erros da nascente Liga dos Justos.

Em 12 de maio de 1839, as sociedades secretas francesas desfecharam um putsch contra a monarquia, e em defesa de uma república social. Nessa ação, a Liga dos Justos se incorporou, e lhe custou também o peso da derrota. Engels, em seu balanço, expôs da seguinte forma: *“Em 12 de maio de 1839, as Sociedades operárias secretas, dirigidas por Barbès e Blanqui, desencadearam uma insurrei-*

ção, que foi imediatamente afogada em sangue, e levou à prisão dos conspiradores”. Dois dos dirigentes da Liga dos Justos, Karl Schapper e Heinrich Bauer, foram presos e mais tarde expulsos, se juntando a Joseph Moll, em Londres, onde passaram a constituir o núcleo central da Liga.

Em um artigo, “Para a História da Liga dos Comunistas”, publicado em 8 de outubro de 1885, Engels mostrou sua admiração por esses três dirigentes da Liga. *“Schapper... membro da conspiração organizada por Georg Büchner, participou, em 3 de abril de 1833, no assalto à esquadra da polícia de Frankfurt, fugiu para o estrangeiro, e participou da marcha de Mazzini sobre a Sabóia, em fevereiro de 1834. Gigante de figura, resoluto e enérgico, sempre pronto a pôr em risco a existência civil e a vida, era o modelo do revolucionário profissional tal como, nos anos trinta, desempenhou um papel. (...) a sua paixão revolucionária levou, por vezes, a melhor sobre o seu entendimento; mas, depois, ele via sempre os seus erros, e os reconhecia abertamente. Era um homem íntegro, e o que fez pela fundação do movimento operário alemão permanece inesquecível”. Em relação ao operário sapateiro, Bauer, “um homenzinho vivo... cujo corpo pequeno, porém, continha tanto de astúcia como de decisão”. No caso do relojheiro Moll, destacou: “um homem que se igualava a seus dois companheiros em energia e decisão, mas que espiritualmente ultrapassava ambos... ele era acessível à compreensão teórica”. No entanto, essa admiração pela coragem e decisão não isentou Engels de criticá-los pela falta de preocupação teórica, o que dificultava ultrapassar os prejuízos das sociedades secretas.*

Engels cumpriu o papel de aproximar os revolucionários cartistas com a direção da Liga em Londres. O fundamental, nesse momento, estava em que a experiência negativa com a política do putsch tinha ficado para trás, e as velhas formas organizativas, conspirativas, abriram caminho para o salto na compreensão sobre o partido revolucionário, que se materializaria no 1º e 2º Congressos de 1847.

Engels conheceu os dirigentes da Liga dos Justos em 1843, em Londres. Período em que esteve na Inglaterra, particularmente em Manchester, entrando em contato com militantes do movimento operário inglês, e trabalhando na elaboração do livro *“A Situação da Classe Operária na Inglaterra”*, escrito entre 1842 e 1844. Nessa publicação, pôde expor a tragédia em que viviam os explorados, em um país de capitalismo industrial, e o papel revolucionário que cabia ao proletariado. Um trabalho que implicou a observação das condições de miserabilidade da classe operária e as duras consequências da exploração capitalista. Para isso, precisou estudar tudo o que havia sido escrito sobre os assalariados modernos, o que lhe permitiu questionar o comunismo igualitário da Liga dos Justos. Não por acaso, Lênin, na biografia sobre Engels, o colocou como o pioneiro em separar a dor que sofria o proletariado do papel que cabia a essa classe, na sua emancipação e de todos os oprimidos.

O contato que teve com os dirigentes da Liga, no entanto, lhe causou admiração, que foi expresso dessa forma: *“primeiros proletários revolucionários que via (...) nunca esquecerei, contudo, a imponente impressão que esses três homens autênticos me causaram”*. O convite para que ingressasse na Liga não foi aceito, nesse momento, por

Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels

Engels, em função das enormes diferenças políticas, teóricas e organizativas. A partir de Londres, a Liga se expandiu, conferindo um caráter internacional. Primeiramente, como dizia Engels, *ainda limitado, praticamente pela variedade de nacionalidade de seus membros, teoricamente pela compreensão de que toda revolução, para ser vitoriosa, teria de ser europeia. Não ia mais longe do que isso; mas, a base estava dada*. O fato era que a consigna da Liga *“Todos os homens são irmãos”* ganhava projeção, e começou a ser reproduzida em vários idiomas.

Na Inglaterra, dois movimentos caminhavam paralelos e separados. De um lado, o crescimento das Ligas e, de outro, o movimento político dos cartistas. Engels cumpriu o papel de aproximar os revolucionários cartistas com a direção da Liga em Londres. O fundamental, nesse momento, estava em que a experiência negativa com a política do putsch tinha ficado para trás, e as velhas formas organizativas, conspirativas, abriram caminho para o salto na compreensão sobre o partido revolucionário, que se materializaria no 1º e 2º Congressos de 1847.

Cabe destacar que, no artigo de 8 de outubro de 1885, Engels apontou algumas das razões que justificavam a doutrina social da Liga. Entre elas, o caráter de classe pequeno-burguês de seus membros. Embora fossem considerados operários, eram, na realidade, artesãos, que guardavam relações de exploração diferentes das que estavam submetidos os operários fabris. Assim, a exploração vinha de um pequeno-mestre, e havia a aspiração em se tornar, também, pequenos-mestres. Caracterizou, da seguinte forma, *“não sendo eles próprios ainda plenamente proletários, mas apenas um apêndice, em vias de transição para o proletariado moderno, da pequena burguesia, um apêndice que ainda não estava em oposição direta à burguesia, isto é, o grande capital”*. Trata-se, portanto, de uma caracterização fundamentada nas relações econômicas, que ainda não havia destruído todos os resquícios da velha sociedade feudal.

Conforme o capitalismo avançava, a compreensão do fator econômico determinante começou a ganhar corpo no interior da Liga dos Justos. Depois dessas primeiras formulações, Engels esteve pessoalmente com Marx, em 1844, embora tivesse contato por meio de cartas. Na narração desse encontro, Engels expressou a concordância de que era preciso explicar *“a política e sua história a partir de relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não o contrário”*, marcando o início do trabalho comum entre eles. Não deixou, no entanto, de dizer que *“Esta descoberta, que revolucionou a ciência histórica – que, como se vê, é essencialmente obra de Marx, e de que eu só me posso atribuir uma quota-parte muito insignificante, foi, porém, de importância imediata para o movimento operário desse tempo”*.

Somente três anos mais tarde, Engels e Marx se integraram à Liga. Em 1847, Moll, em nome dos dirigentes da Liga, convenceu-os de que era preciso se libertar das velhas concepções e formas conspirativas, fez o convite, tanto para Marx, quanto para Engels. A aceitação estava vinculada ao compromisso de se realizar um Congresso, onde as posições programáticas do comunismo científico pudessem se expressar. Imediatamente, Marx constituiu, em Bruxelas, uma comuna da Liga, e Engels começou a atuar nas comunas de Paris.

No comunicado que convocava o Congresso, a direção indicou a importância de redigir uma *“breve profissão de fé”*. Trouxe três perguntas que deveriam servir para as discussões em todas as partes em que estavam implantadas as Ligas, e que as discussões deviam ser publicadas para que as diferentes opiniões fossem de conhecimento de todos. Eis: *“1) o que é o comunismo e o que preten-*

dem os comunistas?; 2) o que é o socialismo e o que pretendem os socialistas? 3) de que modo se pode instaurar o comunismo o mais rápido e facilmente possível?”. O segundo comunicado, datado de fevereiro de 1847, diz: “Os tempos são cada vez mais duros. Precisamos de homens fortes e não de lunáticos e sonhadores, desses que, em vez de amaldiçoar a miséria da humanidade, empunhar a espada, não sabem mais que derramar lágrimas...”. O que mostra um certo desespero diante das confusões teóricas que ainda persistiam no interior das Ligas.

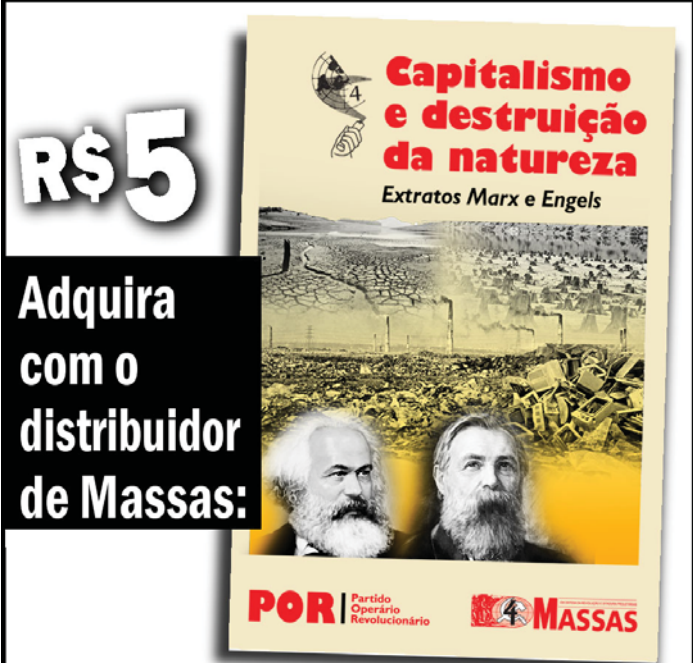
Engels teve uma atuação fundamental no 1º Congresso, realizado em Londres, em junho de 1847. Marx, impedido em função de suas condições econômicas, não pôde estar presente. Algumas decisões evidenciaram a concordância com Engels. Entre elas, a “carta circular”, que justificava a mudança do nome de Liga dos Justos para Liga dos Comunistas. Dizia: “Nós nos distinguimos, não por propugnar a justiça em geral (...), mas sim por repudiar o regime social existente e a propriedade privada”. A velha consigna “Todos os homens são irmãos” foi substituída por “Proletários de todos os países, uni-vos”, aparecendo na recém-criada Revista Comunista, de setembro de 1847. Houve, também, a apresentação de uma nova proposta de estatutos, cuja decisão final caberia ao próximo Congresso.

Duas grandes discussões marcaram os cinco meses que separaram o 1º e 2º Congressos. A discussão do “Projeto de Profissão de Fé Comunista” e os Estatutos. Em setembro, o Comitê Central da Liga enviou o Projeto. Engels, na reunião do Comitê distrital de Paris, datada de 22 de outubro, criticou duramente o projeto. O que o levou a redigir um outro Projeto, que se denominou “Princípios Básicos do Comunismo”, que serviram de fundamentos para o programa da Liga dos Comunistas, materializado no Manifesto do Partido Comunista. Dias antes do 2º Congresso, Engels enviou uma carta a Marx, onde diz: *Creio que seria melhor abandonar a forma de catecismo e chamar a coisa assim: Manifesto Comunista. Como é preciso fazer um relato histórico de certa extensão, a forma que tinha até agora não é a mais apropriada. Levarei o que fiz (...). Começo assim: que é o comunismo? E logo vou direto ao proletariado, origens históricas, diferenças com relação aos operários anteriores, o desenvolvimento da contradição entre o proletariado e a burguesia, as crises, as consequências. Mesclado com isso, toda espécie de assuntos secundários, e finalmente a política de partidos dos comunistas, naquilo que é possível tornar público*. Engels se referia ao encontro que teria com Marx, no dia 27 de novembro, de onde iriam juntos ao Congresso.

Os “Princípios Básicos do Comunismo” foi feito na forma de perguntas e respostas. Foram 25 perguntas, que podem ser agrupadas em temas: 1) o comunismo; 2) o proletariado; 3) a posição dos comunistas diante da família, nacionalidades, religião e a política de partido dos comunistas. Engels abriu o documento respondendo a primeira pergunta, dizendo que “o comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado”. Sobre o proletariado, reuniu várias perguntas, que vão até a 13ª, iniciando pela definição: “O proletariado é a classe da sociedade que retira sua subsistência unicamente da venda de seu trabalho, e não do lucro de um capital qualquer (...) O proletariado ou a classe dos proletários é, em uma palavra, a classe trabalhadora do século XIX”. Depois, caracterizando o seu nascimento, as condições em que se realizavam a venda do trabalho do proletariado à burguesia, as diferenças entre proletariado, escravo e artesão e as consequências da revolução industrial, e da divisão da sociedade em burgueses e proletários. As perguntas que vão da 14ª a 20ª tratam da nova ordem social, condensada na formulação: “A abolição da propriedade privada é, de fato, a síntese

se mais concisa e mais característica da transformação da ordem social em seu conjunto, transformação essa que deriva do desenvolvimento da indústria; é por isso que os comunistas fazem dela sua principal reivindicação”. Em seguida, refere-se à forma como se dará a abolição da propriedade privada, dizendo que não será por via pacífica, mas sim pela revolução. E conclui esse tema com a pergunta: “essa revolução poderá ser realizada em um só país?” A resposta é não. “A grande indústria, ao criar o mercado mundial, uniu todos os povos da terra, e principalmente, os povos civilizados, a tal ponto que cada povo depende daquilo que ocorre nos demais. (...) A revolução comunista não será uma revolução apenas nacional, mas ocorrerá simultaneamente em todos os países civilizados, quer dizer, pelo menos na Inglaterra, França, Alemanha, América”. As últimas questões mostram as consequências da nova ordem comunista sobre a família, as nacionalidades existentes, a atitude diante das religiões, e o comportamento dos comunistas frente a outros partidos. Dessas 25 perguntas, três ficaram sem resposta. Mais tarde, Engels precisou a resposta da 2ª pergunta, que dizia: “O proletariado é a classe da sociedade que retira sua subsistência unicamente da venda de seu trabalho...”, substituindo-a por “O proletariado é a classe da sociedade que retira sua subsistência unicamente da venda de sua força de trabalho...”. Os “Princípios Básicos do Comunismo”, assim, eram a rejeição às velhas concepções, que ainda se manifestavam no “Projeto de Profissão de Fé Comunista”.

O 2º Congresso, de 29 de novembro a 8 de dezembro, contou com a presença de Engels e Marx, e foi decisivo para a Liga dos Comunistas. Aprovaram-se os estatutos, que levou a assinatura de Engels e Schapper. Nele, contém, no 1º artigo, o seu objetivo estratégico. “A finalidade da Liga é a derrocada da burguesia, a instauração do regime do proletariado, a abolição da velha sociedade burguesa, baseada nos antagonismos de classe, e a criação de uma nova sociedade, sem classes, nem propriedade privada”. O artigo 5º determinava as formas organizativas “A Liga está organizada por Comunas, Círculos, Círculos diretivos, Comitê Central e Congressos”, centralizados pelo Comitê Central, um poder executivo sobre toda a Liga, e submetido ao Congresso. Como não poderia deixar de ser, os cuidados de segurança são apresentados em alguns artigos, a exemplo do 9º, “As Comunas não deverão conhecer-se uma a outras, nem manter



R\$5

Capitalismo e destruição da natureza
Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR | Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

correspondência entre si”. Outro aspecto se relaciona ao autofinanciamento, cabendo ao Congresso decidir a quota mínima que deve contribuir cada membro da Liga, sendo que metade deveria ir para a caixa do Comitê Central, e a outra parte aos Círculos ou à Comuna. Esses três pilares dos estatutos – estratégia, organização e auto sustentação – constituíram a base de um partido comunista, que comparecia com nome de Liga dos Comunistas.

Os movimentos revolucionários de 1848 serviram de prova de fogo para a Liga dos Comunistas. Engels explicou: “Com o 13 de junho em Paris, com a derrota das insurreições de maio alemãs, e a repressão da revolução húngara pelos russos, fechou-se um grande período da revolução de 1848. Mas, a vitória da reação não era de modo nenhum definitiva. Uma reorganização das forças revolucionárias dispersas era necessária, e, portanto, da Liga”. Coube a Marx e Engels darem a redação à “Mensagem do Comitê Central da Liga, março de 1850”, trazendo um balanço da atuação da Liga dos Comunistas durante a onda revolucionária de 1848 e 1849, conclamando a sua reorganização. Eis:

A história do proletariado contou com a imensa capacidade de Engels, de compreender as leis da história, que inevitavelmente levam ao fim da sociedade de classes, e à sua superação pela sociedade comunista.

“Nos dois anos de revolução 1848-49, a Liga afirmou-se duplamente; por um lado, porque os seus membros intervieram energeticamente no movimento por toda a parte, na imprensa, nas barricadas e nos campos de batalha, e na frente das fileiras do proletariado, da única classe decididamente revolucionária. A Liga afirmou-se, além disso, pelo fato de a sua concepção do movimento, tal como foi exposta nas circulares dos congressos e da Direção Central de 1847, assim como no Manifesto Comunista, se mostrarem a única correta; pelo fato de as expectativas formuladas nesses documentos terem plenamente realizado, e a concepção das condições sociais do momento, antes só em segredo propagada pela Liga, estar agora na boca dos povos, abertamente apregoada nas praças públicas. Ao mesmo tempo, a sólida organização inicial da Liga enfraqueceu significativamente. Uma grande parte dos membros, que participou diretamente no movimento revolucionário, acreditou que passara o tempo das sociedades secretas, e que bastava a ação pública. Alguns círculos e comunidades deixaram afrouxar e adormecer, pouco a pouco, as suas ligações com a Direção Central. Assim, enquanto o partido democrático, o partido da pequena burguesia se organizava cada vez mais na Alemanha, o partido operário perdia o seu único apoio sólido, quando muito permanecia organizado em algumas localidades para objetivos locais e, por isso, no movimento geral, caiu inteiramente sob o domínio e a direção dos democratas pequeno-burgueses. Tem de se pôr termo a este estado de coisas, tem de se estabelecer a autonomia dos operários. A Direção Central compreendeu esta necessidade e, por isso, logo no Inverno de 1848-49, enviou à Alemanha um emissário, Joseph Moll, para a reorganização da Liga. A missão de Moll não teve, entretanto, efeito duradouro, em parte porque os operários alemães não tinham, então, colhido ainda experiências suficientes, em parte porque se interrompeu a insurreição de maio passado. O próprio Moll pegou em armas, entrou no exército de Baden-Palatinado, e tombou, em 29 de junho, no combate de Murg. Nele, perdeu a Liga um dos seus mais antigos, mais ativos e mais seguros membros, que estivera em atividade em todos os congressos e Direções Centrais, e já antes realizara com grande êxito uma série de viagens em missão. Após a derrota

Bicentenário do nascimento de Friedrich Engels

dos partidos revolucionários da Alemanha e da França, em julho de 1849, quase todos os membros da Direção Central voltaram a se encontrar em Londres, completaram as suas fileiras com novas forças revolucionárias, e empreenderam com renovada energia a reorganização da Liga”.

O balanço da onda revolucionária e os prognósticos de Marx e Engels da nova etapa da situação política e da luta de classes provocaram divergências, que se materializaram na cisão da Liga dos Comunistas. A fração liderada por Willich e Schapper rompeu com as posições de Marx e Engels, mantendo-se em Londres. A outra, sob a direção de Marx e Engels, constituiu um novo Comitê Central, sediado em Colônia.

Em novembro 1851, o governo alemão (prussiano) iniciou o Julgamento de Colônia, que custou a condenação de dirigentes da Liga. Marx narrou esse julgamento no artigo “Revelações sobre o Processo dos Comunistas em Colônia”, mostrando as calúnias e falsificações armadas para criminalizar o núcleo dirigente da Liga. Essa brutal repressão acabou por dissolver o embrião do partido comunista alemão. A retomada da organização do proletariado se deu com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), em 1864.

Concluimos nossa homenagem a Engels ressaltando o marco da história da classe operária mundial, que foi o Manifesto Comunista, de 1848. E nada melhor do que reproduzir o que Engels disse no prefácio da edição alemã de 1883.

“Tenho de ser, infelizmente, o único a assinar o prefácio da presente edição. Marx, o homem a quem a classe operária da Europa e da América deve mais serviços do que a qualquer outro, repousa no cemitério de Highgate, e sobre o seu túmulo já cresce a primeira relva. Depois de sua morte, não se pode mais pensar em refazer ou completar o Manifesto. Por isso, considero ainda mais preciso lembrar aqui, expressamente, o seguinte:

O pensamento dominante e essencial do Manifesto: que em cada época histórica, a produção econômica e a estrutura social que dela necessariamente decorrem constituem a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comunal da terra) toda história tem sido a história da luta de classes, das lutas entre classes exploradas e exploradoras, entre as classes dominantes e dominadas, em diversos estágios do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora um estágio em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que o explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classes — este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx”.

O trabalho incessante de Engels esteve indissolúvelmente ligado ao de Marx. De forma que o socialismo científico, a luta pela construção do primeiro partido revolucionário, e a edificação da I Internacional se devem ao esforço e a disciplina da elaboração coletiva. A história do proletariado contou com a imensa capacidade de Engels, de compreender as leis da história, que inevitavelmente levam ao fim da sociedade de classes, e à sua superação pela sociedade comunista. Passaram-se 200 anos do nascimento de Engels, momento em que o capitalismo caminhava por se afirmar como sociedade industrial, baseada na exploração da força de trabalho do proletariado, e 172 anos do Manifesto do Partido Comunista, momento em que o proletariado se erguia como classe revolucionária capaz de gestar o socialismo científico.

Viva os 200 anos de nascimento de Friedrich Engels!

Argentina

Saiu o volume 2 das Obras Escolhidas de Guillermo Lora!

Temos a alegria de apresentar, à vanguarda proletária, a publicação do segundo volume das Obras Escolhidas de Guillermo Lora, como continuação do primeiro volume, dedicado exclusivamente à “Revolução Boliviana”. O presente volume é composto pelos seguintes documentos, essenciais para a formação política da vanguarda: 1) Teoria marxista do partido político; 2) A Frente Única Anti-imperialista; 3) Por que a classe operária não tomou o poder em 1952; 4) A total caducidade do nacionalismo burguês; 5) A inviabilidade da democracia burguesa; 6) Lição cubana; 7) Da Assembleia Popular ao golpe fascista; 8) Marxismo para operários; 9) Projeto de Informe da América Latina.

Reproduzimos a seguir alguns fragmentos do prólogo da presente edição:

“Em abril de 2019, o Partido Operário Revolucionário da Argentina assumiu uma ambiciosa tarefa editorial (portanto, também política) em nível nacional. O objetivo era colocar à disposição da vanguarda proletária as obras fundamentais de um dos revolucionários mais importantes da história em nível mundial. Estamos falando de Guillermo Lora, o militante trotskista da Bolívia. Como apontávamos no prólogo daquela primeira obra publicada - ‘A Revolução Boliviana’ - o fato de terem passado 10 anos de sua morte serviu de motivo para uma tarefa maior, que transcendia a simples efeméride. O camarada Lora tem sido objeto, ao longo de sua extensa atividade militante, de inúmeras calúnias e perseguições, muitas das quais – curiosamente – partem de nada mais nada menos que da própria esquerda.

(...) Publicamos a seguir uma formidável seleção de textos, que vínhamos editando e divulgando ao longo de nossa existência, e também pelas organizações de onde viemos. Tratam-se de verdadeiros clássicos do marxismo, elaborados com o método científico, que é o materialismo dialético. Esta é nossa homenagem ao grande revolucionário, dirigente do POR da Bolívia, e fundador do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

(...) Como se verá em vários dos documentos aqui publicados, Lora deu por certo que os revolucionários do mundo, pertencentes à Quarta Internacional, partiam de uma base programática para iniciar uma discussão séria. Em sua própria carne, ele experimentaria o papel criminoso desempenhado pelo revisionismo trotskista, como uma continuação do revisionismo marxista mais geral. Coube ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia, e à figura de Guillermo Lora, em particular, levar a cabo a monumental tarefa de resgatar as melhores

tradições do comunismo. Uma herança à qual não estamos dispostos a renunciar e que reivindicamos contra ventos e marés.

(...) O presente volume de Obras Escolhidas percorre aspectos fundamentais, e com uma atualidade assombrosa, em sua maior parte. Sem exceção, constituem uma delimitação política, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, do revisionismo trotskista, essencialmente corporificado no pablismo, mas com profundas implicações no morenismo, e em todos os seus outros seguidores. Mesmo aqueles que negam verbalmente o revisionismo trotskista, acabam incorporando-o na prática.

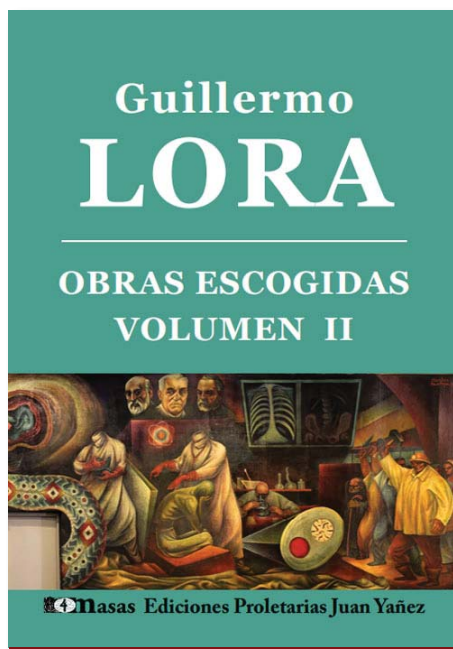
Guillermo Lora mostra a capacidade absoluta de colocar às claras, a fim de elucidar o conteúdo pequeno-burguês de todos esses desvios. Sua pena, em seu estilo de polemista, é de brilhantismo admirável, e isso por duas razões fundamentais. O primeiro aspecto tem a ver com a simplicidade com que procede o confronto e o debate de ideias. É comum que líderes centristas de “alto escalão”, que gozam de grande prestígio, tenham de recorrer a uma linguagem rebuscada, para ocultar sua fraqueza política. Um conjunto de militantes acaba aceitando como dogmas, não entendendo o que acaba de ler. Há um jogo duplo: pouca preparação da militância, aliada à linguagem ilegível de seus dirigentes.

O segundo aspecto é que sua elaboração política não é realizada a partir de seu laboratório individual. Não escreve de uma Torre de Marfim, alheio à realidade concreta. Os textos foram feitos no calor da luta, imersos nela, com todos os perigos que isso acarreta. Os observadores estrangeiros que tiveram a oportunidade de ver em perspectiva muitas das lutas que o Partido Revolucionário teve de realizar, quase que improvisadamente, caíram nas piores deformações possíveis.

Ao contrário, o Partido Operário Revolucionário saiu programaticamente fortalecido delas. Colocando-se na necessidade da mais

severa crítica e autocritica, conseguiu capitalizar todos os seus ensinamentos e superar seus eventuais erros. Para além das qualidades excepcionais de Guillermo Lora, este trabalho não pode ser realizado individualmente, cabe a toda a organização. Não é possível dissociar o revolucionário do seu partido... não é possível conceber um Guillermo Lora fora de um tipo de partido: um partido de estrutura bolchevique. Esses dois aspectos relacionados constituem um instrumento pedagógico transcendental (...).”

(Extraído do Jornal Massas, 381, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



[Lora] Não escreve de uma Torre de Marfim, alheio à realidade concreta. Os textos foram feitos no calor da luta, imersos nela, com todos os perigos que isso acarreta.

Argentina

Breve resenha da “Teoria marxista do partido político”, de Guillermo Lora

“Teoria marxista do partido político” é um texto inicial para a militância, que integra nossa biblioteca básica. Nele, estão concentrados os conceitos essenciais da teoria do partido político, suas origens históricas, bem como sua definição enquanto instrumento para ação política.

Guillermo Lora reivindica a experiência bolchevique de construção partidária, demonstrando que as formas organizativas adotadas pelo partido têm relação direta com sua finalidade estratégica, que não são meras questões técnicas, mas políticas. Os partidos expressam interesses de classes, mesmo que não os declarem explicitamente. Somente o partido revolucionário expõe seu objetivo estratégico abertamente, isto é, o seu programa. Devido à heterogeneidade da classe operária, esta pode dar origem a vários partidos operários, mas somente pode existir um partido revolucionário.

Muitos partidos que se dizem operários não têm programa, são empíricos, dão respostas conjunturais, e oscilam da direita à esquerda, porque não se guiam pela estratégia revolucionária, são centristas, por isso não podem encarnar a consciência de classe. Esses partidos rejeitam a propaganda comunista, o governo operário, a ditadura do proletariado, a violência revolucionária. Quando falam de independência política, essas organizações nunca explicam em que consiste essa independência. A classe operária se independizará politicamente, quando se transformar em classe para si. Quando adquirir consciência de classe, quando conhecer as tarefas que deve cumprir, reconhecendo as leis do capitalismo.

O partido revolucionário é a expressão da consciência do proletariado, se constrói em torno ao seu programa, baseado na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Guillermo Lora explica, seguindo a concepção leninista, porque o partido revolucionário não pode ser de “massas”, mas, necessariamente, de vanguarda, “uma minoria da minoria”, formado por revolucionários profissionais. Será a vanguarda da classe organizada politicamente. E trabalhará para que a classe operária se transforme em classe “para si”, para defender seus próprios interesses, e se independizar politicamente da burguesia. É necessariamente um longo processo, paciente, doloroso, de décadas de trabalho, de amadurecimento.

O partido objetiva transformar o programa em força material. Transformará a classe, esta é sua tarefa básica e, nesta tarefa, o partido também se transformará. Organizará aos elementos da vanguarda proletária para transformá-los, torná-los revolucionários profissionais.

A definição de militante profissional não tem relação alguma com os “rentados” dos partidos da esquerda, que vivem dos recursos do partido. O revolucionário profissional é aquele que organiza sua vida em torno à militância revolucionária, que se forma teoricamente, e intervém praticamente nas frentes em que atua.

Lora explica a importância da estrutura celular do partido, que corresponde à finalidade estratégica do partido, de dirigir a luta para tomar o poder. Um partido que tem por finalidade intervir nas eleições, conquistar deputados, não precisa desse tipo de estrutura. Pelo contrário, seria um obstáculo. Já mostramos como o Partido Obrero, da Argentina, dissolveu a estrutura herdada de Política Obrera, no processo de abandono de suas formulações revolucionárias, para desenvolver uma política eleitoreira, integrada à democracia burguesa.

Para que o partido revolucionário seja o estado-maior da classe operária, deve ser um partido conspirativo, que trabalhe pela derrubada da ditadura do capital. Organizado em torno ao método do centralismo democrático, com uma única linha para o exterior, combinada com a maior democracia para o seu interior. A formação teórica de todos os militantes, a elaboração coletiva da linha, o direito a tendência e a fração, são condições necessárias para que a linha do partido se aproxime com maior precisão da realidade, que procura transformar.

Recomendamos a leitura e releitura deste breve, mas imprescindível texto de Guillermo Lora para compreender a natureza do partido que construímos. Por isso, incluiremos, no Volume 3 das Obras Escolhidas, um conjunto de documentos publicados sob o título “O Partido e sua Organização”, onde cada aspecto da estrutura bolchevique do partido será exposto com maior detalhe.

(Extraído do Jornal Massas, nº 382, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nesta edição:

- **Argentina:** Eleições na Bolívia: a esquerda centrista a reboque do nacionalismo burguês.
- **Peru:** A crise de governabilidade e o levante das massas convulsionam o país.
- **EUA:** Eleições nos EUA: O que esperar da vitória de Biden / A desindustrialização condiciona a mudança e a permanência no governo / Participação de jovens bate recorde e contribuiu para vitória de Biden.
- *Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Eleições na Bolívia: a esquerda centrista a reboque do nacionalismo burguês

As eleições presidenciais na Bolívia atraíram a atenção da esquerda centrista na Argentina de maneira excepcional, talvez só comparada com o que aconteceu nas eleições de outubro de 2018, do Brasil, entre Bolsonaro e Haddad. Como neste caso, o atual processo eleitoral na Bolívia traz consigo uma conclusão fundamental: a subordinação da esquerda revisionista do trotskismo diante do nacionalismo de conteúdo burguês é um caminho sem volta.

Um esclarecimento inicial

Para o massismo, as mobilizações independentes faziam parte de manobras imperialistas ou da direita boliviana, diante de um governo “operário” e “camponês”. Qualquer tentativa de defesa de uma saída revolucionária, ou mesmo simplesmente reivindicatória, passava a ser caracterizada como “contrarrevolucionária”, porque enfrentava um governo que supostamente expressava os interesses das massas. Dessa forma, o processo que terminou por derrubar o governo massista, em novembro do ano passado, passou a ser caracterizado rapidamente pelos derrotados como “pró-imperialista”, como um “golpe de Estado”. O centrismo internacional não vacilou em seguir cegamente o MAS da Bolívia.

Mas, esta forma esquemática de apresentar a realidade não encara algumas questões fundamentais: a que classe social responde o governo do MAS? A esquerda capituladora evita responder a esta pergunta. Evo Morales desenvolveu durante o seu governo uma política burguesa, orientada a satisfazer os interesses imperialistas em seu país. Alinhou-se com o setor mais reacionário da Meia-Lua latifundiária, com os quais realizou fartas negociações, até o início do processo eleitoral de 2019. Foi um grande defensor da grande propriedade privada e o seu futuro está diretamente condicionado pelo mesmo objetivo: salvar os interesses dos capitalistas (a promessa de uma nova entrega de lítio não faz mais do que retratar abertamente isto).

No entanto, seria falso sentenciar que as massas concluíram o processo de emancipação política do MAS, ainda que este tenha caído com a mobilização popular, há menos de um ano. A recente experiência não foi devidamente assimilada, e ainda é necessário batalhar politicamente por desenvolver esta consciência. Somado a isto, o governo Añez insufla novos ares

ao nacional-reformismo indigenista. Mas não se trata aqui de definir prognósticos entre candidaturas, mas de compreender a mecânica da luta de classes naquele país, e o papel jogado por aqueles que se reivindicam do campo marxista.

Sobre o 18 de outubro

As eleições concentram o momento particular da situação política, e o Partido Revolucionário certamente deve intervir neste momento. Mas não se trata da intervenção como um fim em si mesmo. É o programa com o qual se intervém que marca o essencial do problema. A partir dele, se poderá discutir a intervenção com candidaturas próprias ou não. O programa levantado em um processo eleitoral, de nenhum modo e sob nenhuma circunstância, pode estar condicionado a este ou aquele candidato. Quem pensa assim, se coloca de pés para cima na luta de classes.

O programa levantado em um processo eleitoral, de nenhum modo e sob nenhuma circunstância, pode estar condicionado a este ou aquele candidato. Quem pensa assim, se coloca de pés para cima na luta de classes.

O que procuramos nas eleições? Concretamente, emancipar as massas da falsa ideia de que pode resolver os seus problemas fundamentais, por meio das vias institucionais, por exemplo, depositando o voto ou confiando em algum dos seus algozes. Ou seja, o eixo central sobre o qual se estabelece a intervenção eleitoral deve ser a politização das massas, principalmente do papel que está chamada a jogar a classe operária nesta politização, e não se adaptar ao nível imediato de consciência das massas. Esse é o papel do Partido Revolucionário... nem mais nem menos que o marxismo ensina, há mais de 150 anos.

O oportunismo historicamente apresentou as suas sistemáticas, e cada vez mais frequentes capitulações, como parte de uma “melhor leitura política”. O argumento preferido dos que renunciaram à estratégia da revolução e ditadura proletárias consiste essencialmente em apontar que as massas não estão maduras, portanto, devemos nos adaptar ao seu nível de

consciência. Se o seu nível de consciência está em apoiar um governo burguês: aí estaremos. Em resumo, é a subordinação às pressões da pequena burguesia e o temor de se isolar das massas.

Uma caracterização necessária

Os revolucionários não intervêm no vazio, de forma que precisam de um andaime teórico, que permita dar respostas programáticas diante das condições circunstanciais. Isto parece aos centristas – impossibilitados de se estruturarem por meio de uma estratégia revolucionária – como ultimatismo. O conteúdo de classe do governo passa inadvertidamente em todas as análises que os centristas realizam. Não lhes interessa, portanto, saber que posição adota um governo diante da grande propriedade privada dos meios de produção.

Qual a importância dessas caracterizações na Bolívia? Ter sido capaz de caracterizar, desde o início, o governo do MAS como um governo burguês, que, portanto, defenderia a grande propriedade privada, nos permitiu, como Partido, prognosticar o curso contrarrevolucionário de seu governo, enquanto boa parte dos revisionistas estavam preocupados em ressaltar os aparentes traços progressistas deste governo. Esta caracterização não nos foi gratuita para a militância partidária aqui

na Argentina, mas fundamentalmente ali na Bolívia. As massas deviam fazer a sua experiência com o MAS, e o Partido Operário Revolucionário foi acompanhando, a cada passo, a sua experiência, a princípio se chocando com as ilusões despertadas pelo MAS, mas sempre partindo de caracterizações de classe precisas. Isto permitiu ao POR boliviano intervir em cada momento concreto da luta de classes, nos 14 anos do governo masista. Sem dúvida, uma fortaleza conquistada à base de um abnegado e paciente trabalho.

Comodamente, os centristas foram realizando manobras, para se acomodar aos vai e vens que as massas realizaram. Nunca tiveram de colidir com elas, porque se adaptaram às suas ilusões, às suas expectativas, e aos seus desejos. Isto não é uma política revolucionária, isto é o vulgar seguidismo! Não é possível esquecer como a delegação argentina de centristas militavam a favor do voto ao MAS, com o seu jornal “O Operário Internacional”, em 2005; ou como outros apoiavam a nefasta experiência do Instrumento Político dos Trabalhadores (inclusive um setor centrista argentino continua tendo esperanças aí); ou viam na Assembleia Constituinte um possível órgão de duplo poder na Bolívia. As consequências estão à vista de todos.

(Artigo do jornal *Massas da Argentina*, publicado no *Massas do POR da Bolívia*, 2628)

Peru

A crise de governabilidade e o levante das massas convulsionam o país



Em 9 de novembro, o Congresso peruano destituiu o presidente Martín Vizcarra, acusado de “incapacidade moral permanente”, por favorecer empresas, em troca de dinheiro e favores. Eis como, após a tentativa fracassada de 17 de setembro, por 105 votos favoráveis (requeriam-se 87), 19 contra, e 4 abstenções, Vizcarra foi destituído da presidência.

A conspiração contra Vizcarra alastrava-se, desde que tentou dissolver o Congresso, apoiou os processos judiciais por corrupção contra mais da metade dos parlamentares, e pretendeu aprovar uma “reforma universitária”, que viria fechar as universidades que não contassem com “avaliação mínima de qualidade educacional”, abrindo dezenas de universidades públicas. Isso explica por que, entre os setores mais ativos do golpismo, estiveram os capitalistas da educação privada,



que passaram a denunciar que Vizcarra pretendia favorecer as empresas de construção.

Essas manobras golpistas levariam ao afastamento temporário de Vizcarra, em setembro. Foi sua vice-presidente, Mercedes Aráoz, quem assumiu o cargo. Mas, iria renunciar poucas horas depois, sob pressão da cúpula das Forças Armadas. Apesar de reinstalado na presidência, Vizcarra continuou sendo incapaz de afirmar suas posições políticas, conter a conspiração dos opositores, e frear a paralisia econômica, em que afundava o país. O que viria aumentar as pressões da burguesia e convencer o alto comando das Forças Armadas a não se manifestar em apoio ao presidente cambaleante.

Ao unificar a maioria das forças políticas adversárias, e contar com a passividade cúmplice das Forças Armadas, tudo

parecia indicar que o novo golpe institucional poderia, finalmente, fechar dois anos de conturbada e ininterrupta crise de governabilidade, desde que fora destituído Kuczynski. Mas o erro dos golpistas – acostumados a resolverem as disputas intestinas burguesas por cima das massas – foi o de assumir que os oprimidos ficariam passivos, e aceitariam o novo golpe como fato consumado.

No entanto, o certo é que o golpe abriu passagem à mais profunda crise dos últimos 20 anos. Se bem que frações da burguesia criticassem o golpe, denunciando-o como um atentado à estabilidade institucional e à democracia, foi a contestação dos explorados nas ruas que convulsionou o país. Segundo pesquisas, 82% da população não confia no Parlamento, e 78% disseram ser contrários ao golpe. O que não significava, porém, que aceitassem a continuidade de Vizcarra no poder do Estado. De fato, apenas 25% da população queriam que continuasse como presidente.

Na base desse percurso de desilusão e rejeição popular às instituições, acha-se o agravamento da miséria e pobreza das massas. A burguesia e seus governos sucessivos (três em quatro anos) demonstraram-se incapazes de garantir suas mínimas condições de existência, diante do agravamento da crise capitalista, que avança, destruindo empregos, salários e direitos sociais. Eis por que, desfechado o golpe, as massas tomaram massivamente as ruas. A irrupção generalizada e radicalizada dos explorados assombrou o recém empossado governo. O que levaria Merino a tentar afogar as manifestações com uma brutal repressão. Tombaram sob as balas da polícia, dois manifestantes, e centenas ficaram gravemente feridos. Entretanto, os explorados não se intimidaram, nem arrefeceram sua ofensiva. E logo todo o país se viu tomado por manifestações, barricadas, bloqueios e dezenas de milhares de jovens e trabalhadores, enfrentando a repressão com o que lhe vinha às mãos.

O avanço das tendências da luta de classes veio a confluir com a denúncia de setores da burguesia imperialista e dos organismos dos direitos humanos sobre os assassinatos de manifestantes pelas forças policiais. Vendo suas bases de sustentação nacional e internacionais sendo corroídas, e fundamentalmente ameaçados pela projeção insurrecional dos explorados, a burguesia e os partidos da ordem procuraram uma válvula de escape. Decidiram abandonar Merino à sua própria sorte, renunciando após cinco dias do golpe.

Reunidos de urgência, os parlamentares armaram uma “lista de consenso” de um novo governo, cujo presidente devia surgir dentre aqueles que votaram contra o impeachment. Após ser rejeitada a candidatura da Frente Ampla (reformista), foi instituído presidente, Francisco Sagasti, e formado um “gabinete interino” com representantes de todos os partidos.

O mais provável, porém, é que o novo governo não con-



No entanto, qualquer que seja o desfecho da crise, a burguesia demonstrou-se incapaz de solucionar os graves problemas da população e da nação oprimidas. Eis como o Peru entra na convulsiva situação política latino-americana, reproduzindo as tendências de decomposição de governos, de crise de poder, e de irrupção nacional e radicalizada da luta de classes, que se verificam por toda a parte.

signa equacionar a crise, e se veja obrigado a continuar a repressão contra os setores mais radicalizados das massas; isto, enquanto negocia pequenas concessões com a burocracia sindical – que já se mostrou disposta a paralisar as massas, sob a palavra de ordem de defesa das instituições – e reduzir os choques intestinos na burguesia e Forças Armadas.

No entanto, qualquer que seja o desfecho da crise, a burguesia demonstrou-se incapaz de solucionar os graves problemas da população e da nação oprimidas. Eis como o Peru entra na convulsiva situação política latino-americana, reproduzindo as tendências de decomposição de governos, de crise de poder, e de irrupção nacional e radicalizada da luta de classes, que se verificam por toda a parte.

É nesse quadro convulsivo que se destaca a ausência de uma direção revolucionária. Sem ela, as massas não podem transformar as explosões de fúria instintivas em combate por um governo revolucionário, operário e camponês.

Essa contradição na atual etapa de convulsões e decomposição capitalista está fartamente comprovada, pela experiência dos levantes de 2019 no Equador, Chile e Colômbia. À vanguarda com consciência de classe, cabe assimilar as experiências dos explorados e as tendências da decomposição burguesa, que abrem caminho à centralização autoritária e ao Estado policial. Trata-se, portanto, de trabalhar no seio das massas em luta, desenvolvendo a tática e os métodos que permitam avançar na independência política das massas, sob o programa do governo operário e camponês.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Manifesto

O que esperar da vitória de Biden

12 de novembro de 2020

Muitos foram os adjetivos para se comemorar a derrota de Trump. Venceu a posição “progressista contra a “conservadora”. Essa foi a principal distinção manejada pelos comentaristas e partidários do democrata. A consequência mais relevante, portanto, seria o “resgate da democracia”. Com o Estado nas mãos dos democratas, se tornará possível substituir, e, quem sabe, superar, a política trumpista, que primou pela divisão, pela radicalização e pelo confronto. Trump se tornou uma ameaça à democracia, ao fazer da oposição uma inimiga, quando não passa de uma adversária, que amanhã será conduzida ao poder pela “*vontade popular*”, como acaba de ocorrer. Ao tratar a oposição como inimiga, se acirrar o ódio no interior da população, se polariza a nação. A democracia, por sua natureza, não comporta uma política que joga uma parte contra outra. Eis por que o fundamental da derrota de Trump está em que a maioria dos americanos disse Sim à democracia, e Não ao autoritarismo.

O discurso de Biden se dirigiu nesse sentido. Sua disposição é a de “unir a nação”. E se une como nação, resolvendo as diferenças entre democratas e republicanos pacificamente, por meio do executivo, legislativo e judiciário. Passadas as eleições, é preciso “*ouvir uns aos outros e cuidar uns dos outros*”. No fundo do discurso conciliador, Biden deixou transparecer o fundamento da política burguesa, em tempos de democracia, que é o que há de comum e por aquilo que todos os partidos se devem guiar. O apelo ao que há de comum ficou oculto, permanecendo solto o desejo de resolver as diferenças por meio da compreensão e da governabilidade.

Concretamente, a democracia nos Estados Unidos responde muito mais que aos problemas e às políticas internos. Tem a função de estabelecer as diretrizes da dominação imperialista. As drásticas rupturas internas fragilizam a política externa.

A polarização entre os dois partidos dominantes prejudica a sustentabilidade do capitalismo, e dificulta descarregar a crise estrutural sobre a classe operária e demais explorados. A democracia é o melhor regime para a burguesia administrar os seus conflitos, e exercer sua ditadura de classe sobre o proletariado e a maioria oprimida. Concretamente, a democracia nos Estados Unidos responde muito mais que aos problemas e às políticas internos. Tem a função de estabelecer as diretrizes da dominação imperialista. As drásticas rupturas internas fragilizam a política externa. Não por acaso, o enfrentamento entre Biden e Trump desenvolveu um alinhamento da burguesia mundial mais favorável ao democrata. O apelo de Biden à concórdia e à superação do antagonismo, que se desenvolveu sob o governo de Trump, e que se expressou nas eleições, no entanto, não demonstrou nenhuma convicção. O presidente eleito reconheceu que as “*diferenças são profundas*”. Mas, que se deve fazer um esforço de aproximação entre os dois partidos, para o bem dos EUA. Ocorre que as diferenças, que sempre existiram e existirão no seio da mais poderosa fracção da burguesia

mundial, se aprofundaram e se transformaram em antagonismos e choques políticos. Reconciliá-los significa superar as contradições que estão em sua base.

Os conflitos de orientação entre republicanos e democratas se agravaram, sobretudo na administração de Trump, devido às enormes dificuldades em superar a crise mundial, que teve como ponto de partida as quebras financeiras nos Estados Unidos. A superprodução e a tendência à queda na taxa média de lucro dos monopólios vêm abalando as relações mundiais, cujos reflexos nos Estados Unidos têm afetado o equilíbrio político interno. A política externa de Trump, de assumir abertamente que há uma guerra comercial, é de um indiscutível realismo. Em torno às disputas comerciais, tecnológicas, industriais, energéticas, militares e geopolíticas externas, se movem as diferenças internas. Trump pôs em marcha seu programa de defesa de setores da burguesia, que se sentiram e se sentem ameaçados internamente, devido à perda, ou à séria ameaça de perda, de terreno na economia mundial.

O potencial político de um homem estranho ao partido republicano se alimentou da bandeira do nacionalismo imperialista. A truculência contra os imigrantes alcançou níveis fascizantes, graças ao consentimento de uma significativa parcela da população, que enfrenta o desemprego e a diminuição do valor da força de trabalho. Não por acaso, analistas favoráveis a Biden se mostraram indignados pelo fato de um importante contingente de imigrantes americanizados ter votado em Trump. Esse contingente assim o fez porque as novas levas de imigrantes concorrem no

mercado de trabalho. Não se trata de uma questão moral. Em certo sentido, também se passou com uma parcela de negros, que sente a violência da discriminação, mas que viu, em certas medidas e na retórica nacionalista de “*América Primeiro*”, uma proteção de seus interesses nas condições

da prolongada crise, que tem abalado os alicerces sociais dos Estados Unidos.

O segundo mandato de Barack Obama terminou esfacelado pelos impactos da crise de 2008/2009. Os republicanos, tendo Trump à frente, pintaram a imagem de um governo incapaz de responder à guerra comercial, aos conflitos regionais e à perda de espaço econômico e estratégico para a China. Condenaram a diretriz do “*multilateralismo*” como sendo de subordinação da América do Norte aos interesses dos aliados e à ofensiva da China. Assim, rompeu vários acordos, sob a denúncia de que os aliados, principalmente europeus, deveriam renunciar às vantagens indevidas. Foi assim com o acordo nuclear envolvendo o Irã e o Acordo de Paris sobre o clima; com as imposições ao governo do México sobre a questão da imigração. E foi assim com o abandono da OMC e a imposição de tarifas, primando o caso da China. Não foi capaz de direcionar os resultados da longa guerra civil na Síria. Mas não deixou de manter a influência no Oriente Médio, jogando com Israel e o cerco aos palestinos. O bombardeio e liquidação de uma

das lideranças militares mais expressivas do Irã representaram um ato de força, que demarcou a disposição de ir à guerra, se necessário.

A política econômica, baseada no expansionismo fiscal e monetário, sobretudo, evitou uma queda sensível do crescimento interno. O que garantiu uma baixa taxa de desemprego, assimilável pela população. O artificialismo das medidas de Trump – como foram também as de Obama, diante da debacle de 2008/2009 – permitiram manter em crescimento a economia americana, acima das demais potências europeias. O custo se verifica no crescimento trilionário da dívida e do déficit públicos, que tem de ser descarregado sobre os explorados do país e do mundo inteiro. É o que fará Biden, como faria Trump. Não há dúvida de que a situação de emprego se reflete poderosamente nas disputas eleitorais. A baixa taxa de desemprego – em fevereiro de 2020, registrou 3,5% –, no período de Trump, criou a ilusão nas massas de que resultava de sua política nacionalista, embora tenha fracassado em seu objetivo de rejuvenescer a indústria e trazer os empregos de volta no setor manufatureiro. As multinacionais não trouxeram de volta os postos de trabalho exportados para a China, Índia, etc., segundo a denúncia e a vontade de Trump. Os setores de comércio e serviços continuaram a ditar as tendências do nível de emprego, diante da manufatura, que representa apenas 11% do PIB. A crescente desindustrialização e o agigantamento do capital financeiro parasitário, que ocorre nas potências, correspondem à fase imperialista do capitalismo. Não há política econômica, por mais nacionalista que seja, capaz de inverter a principal condição do imperialismo de exportador de capital e saqueador das semicolônias. O que não impediu Trump de convencer vastas camadas da população de que o nacionalismo chauvinista é a condição para recuperar o terreno perdido pelos Estados Unidos, manter o crescimento acima da média mundial, dinamizar a indústria e, assim, proteger os empregos.

Uma significativa parcela da classe operária se deslocou, em 2016 – apesar dos esforços da AFL-CIO em apoiar a candidata democrata – para dar vitória a Trump, e ainda deve ter sido considerável o apoio nas atuais eleições, mesmo que uma boa parte das direções sindicais tenha trabalhado intensamente pela vitória de Biden. O que nos leva a essa hipótese é o fato de Trump ter obtido uma magistral votação, pouco menos que a de Biden. Os democratas esperavam ganhar por uma expressiva margem, tanto nos cálculos dos votos, quanto nos colégios eleitorais. E assim mudar a correlação de forças no Senado, que tem sido uma trincheira dos republicanos. Essa possibilidade se apresentou com a abrupta mudança na situação econômica do país. A tendência de queda do PIB, que foi de 2,9%, em 2018, se evidenciou com a sua diminuição para 2,3%, em 2019. O impacto da pandemia resultou em uma queda histórica, seguida de uma brutal elevação da taxa de desemprego, que de 3,5%, em novembro de 2019, saltou para 14,7%, assim que a pandemia, em abril, tomou conta do país. Uma onda gigantesca de fechamento de postos de trabalho se espalhou, praticamente a todos os setores da economia. Milhões de



Embora as eleições reflitam deformadamente as tendências da luta de classes, que se gestam no seio das massas, não deixam de expor a confiança de que o nacionalismo é a via de proteção dos Estados Unidos. Trump fez emergir das profundezas o que há de mais reacionário na vasta classe média.

trabalhadores se viram desempregados, da noite para o dia. Apesar de Trump, com apoio dos democratas, ter lançado um plano emergencial de mais de US\$ 3 trilhões, o máximo que se obteve foi reduzir o desemprego para a taxa de 7,9%, em maio. Inevitavelmente, a virada brusca repercutiria contra o governo Trump. Mesmo assim, conseguiu dividir os votantes e alegar fraude eleitoral. Tudo indica que, se não fosse a alteração drástica do quadro de empregos, principalmente, Trump teria derrotado Biden. O apoio de mais de 70 milhões de americanos indica que o nacionalismo chauvinista do republicano penetrou fundo na população, atingindo, da classe operária, à pequena-burguesia. Certamente, a classe média, temerosa diante da desintegração do capitalismo, se tornou o esteio do trumpismo, expressando as tendências fascistas do nacionalismo imperialista.

Embora as eleições reflitam deformadamente as tendências da luta de classes, que se gestam no seio das massas, não deixam de expor a confiança de que o nacionalismo é a via de proteção dos Estados Unidos. Trump fez emergir das profundezas o que há de mais reacionário na vasta classe média. Recolocou em um novo patamar o chauvinismo, racismo e obscurantismo religioso, que permaneceram latentes, sob o disfarce de mudanças qualificadas de “progressistas”. A reestruturação de movimentos reacionários, inclusive ostentando as formas de milícias armadas, deu a dimensão mais precisa do que é real e do que é legislativo. O recrudescimento de conflitos raciais e imigracionais, dentre outros, vem sendo alimentado e impulsionado pelo retrocesso da economia norte-americana, pela impossibilidade de desenvolver as forças produtivas, pela exacerbação da concorrência por um posto de trabalho e pelo acirramento da guerra comercial. Essas profundas e contundentes contradições econômicas e sociais estão na base do que se denominou trumpismo.

Biden, em seu discurso como presidente, transpareceu a maior das dificuldades, que é a de como vencer a resistência de metade da população, que permaneceu com o nacionalismo. O discurso da unidade é típico de partidos que se diferenciam da ultradireita por seguir a legalidade democrática. Mas, o apelo do democrata não foi um simples aceno diplomático aos republicanos e às suas bases. Revelou a dificuldade de cumprir as mudanças na condução da política burguesa, tanto interna como externa. Desfazer-se do nacionalismo em geral, e de sua forma particular chauvinista, significa superar as travas mundiais, que bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas nas entranhas da mais avançada potência. Trump se deparou com essa contradição do capitalismo em decomposição; Biden não terá melhor sorte. Mudanças na política econômica podem interferir no ritmo do desenvolvimento da crise estrutural, mas não têm como reverter as tendências desintegradoras. É o que demonstraram as crises mais amplas, que levaram as duas grandes guerras da época imperialista. A tendência de destruir maciçamente forças produtivas resulta do seu choque com as relações capitalistas de produção, altamente monopolizadas e condicionadas pelo parasitismo do capital financeiro, controlado pelo restrito número de potências, tendo à frente os Estados Unidos.

A bandeira trumpista do “*unilateralismo*” teve por consequência romper acordos considerados lesivos aos interesses dos Estados Unidos, incluindo ameaça de ruptura com acordos militares de defesa comum, como os da Otan. Foi nesse governo que se conseguiu realizar a demanda já existente de aumentar a participação financeira dos demais consorciados. Ao se chegar a esse ponto, verifica-se que a estrutura de relações “*multilaterais*”, que se ergueu no pós Segunda Guerra, está ruída. Lembremos que, na guerra contra o Iraque, o governo republicano desconheceu o Conselho de Segurança da ONU, passando por cima dos aliados. Por um período, foi possível que as potências caminhassem de mãos dadas, uma vez que se reconstruíam as forças produtivas devastadas, sob a condução dos Estados Unidos e de seu Plano Marshall, em 1948. Assim se passou nas condições de uma nova partilha do mundo, que resultou da acensão da América do Norte como potência dominante. A reconstrução da Europa culminou com a aspiração do antigo objetivo de unificação, que se mostrou limitada e fracassou, como evidenciam os desequilíbrios internos e a decisão da Inglaterra de romper o acordo de 1992.

A Revolução Chinesa, em 1949, rompeu um elo da nova ordem, na qual se integrava a União Soviética. Com a expropriação da burguesia e independência nacional, abriu caminho para superar o atraso semifeudal e impulsionar as forças produtivas internas. O nacionalismo socialista, que manteve a União Soviética de Josef Stalin e a China de Mao Tse Tung separadas e em choque, favoreceu o processo de restauração capitalista, que foi impulsionado nas condições de esgotamento das relações mundiais, que se estabeleceram no pós-guerra. Coube ao presidente republicano, Richard Nixon, em 1971, reconhecer que o isolamento da China deveria ser desfeito. O momento era de penetrar os capitais no mais populoso país, que oferecia, tanto uma abundante força de trabalho barata,

Eleições nos Estados Unidos

quanto um amplo mercado. Essa iniciativa respondia à retomada da crise mundial. Quase meio século depois, a China emergiu com uma vigorosa economia, enquanto os Estados Unidos se ressentiam da perda de força no quadro da economia mundial. Ao mesmo tempo, as potências da Europa Ocidental se encontram em estado de estagnação e o Japão regride a olhos vistos.

As forças produtivas mundiais já não podem se movimentar progressivamente na camisa de força da ordem mundial do pós-guerra. O processo de restauração capitalista, que se acentuou com o desmoronamento da União Soviética, no início de 1990, permitiu um respiro ao capitalismo, mas já não tem como cumprir essa função. A necessidade da China, de se expandir mundialmente, expressa o esgotamento interno de sua economia em processo de restauração, conduzido pelo capitalismo de Estado. A Rússia se acha premida pela perda de influência regional. As ex-repúblicas soviéticas sobrevivem à base de conflitos, que potenciam as tendências bélicas, impulsionadas pelo imperialismo. O Leste Europeu se ressentido da impossibilidade de desenvolver suas economias, presas que estão às determinações imperiais da União Europeia, que se esfaca. Como se vê, não há como os Estados Unidos praticarem a diplomacia do multilateralismo, sem que aceitem continuar a perder terreno. A China se tornou um concorrente capitalista,

que deve ter seu alcance mundial limitado pelos Estados Unidos. As potências europeias, por sua vez, não podem se desfazer de seus interesses com a China, e mesmo com a Rússia, para acatar integralmente as diretrizes dos aliados americanos. O objetivo de condicionar os passos da burocracia chinesa se alcança com os meios da guerra comercial e do cerco militar. Esse foi o curso determinado por Trump. Biden não terá como mudá-lo na prática.

A repercussão da derrota de Trump na América Latina e, em particular no Brasil,

A repercussão da derrota de Trump na América Latina e, em particular no Brasil, se fez imediatamente. Uma importante fração da burguesia quer fazer crer que serão mudados os métodos autoritários por democráticos; as formas de imposição pelas de negociação.

se fez imediatamente. Uma importante fração da burguesia quer fazer crer que serão mudados os métodos autoritários por democráticos; as formas de imposição pelas de negociação. Há quem entenda no campo da esquerda reformista que a vitória de Biden reflete uma mudança de tendência mundial, que pendia para o nacionalismo chauvinista e o fascismo. O que fortaleceria a esquerda democrática na América Latina. Fenômeno que se verifica na troca de governos autoritários no México, Argentina, Bolívia, e nos impasses dos governos ditatoriais no Chile e Brasil. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) publicou uma nota de apoio à posição da AFL-CIO norte americana, que diz: “*a democracia está prevalecendo*”, “*a vitória de Joe Biden e Kamala Harris nesta eleição justa e livre é uma vitória para o movimento operário dos Estados Unidos*”. Os burocratas dos Estados Unidos e do Brasil mentem desavergonhadamente para a classe operária.

A vitória de Biden é a vitória de uma fração da burguesia imperialista sobre outra, que amanhã poderá voltar ao poder, como comprova a alternância dos republicanos e democratas na condução do país. As diferenças políticas não são de essência. No fundamental, exercem a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e aos demais explorados. Quando os democratas não dão conta da crise, cedem passagem aos republicanos. Assistimos à incapacidade da AFL-CIO de organizar a luta da classe operária

contra as violentas medidas de Trump. Agora, espera que as migalhas caiam da mesa dos monopólios e do governo democrata, para continuar submetendo o proletariado norte-americano e mundial à exploração capitalista. O apoio da CUT aos serviços da mais poderosa burguesia imperialista corresponde ao seu lugar de serviços das multinacionais no Brasil. Biden continuará descarregando a crise sobre as massas oprimidas e sobre a maioria dos países semicoloniais. Os burocratas vestem a máscara da democracia, para melhor praticar sua política de conciliação de classes. A burguesia os usa, enquanto se mostram capazes de bloquear a revolta instintiva dos explorados. Se as contradições econômicas e de classes se agravam, dispensa-os, recorrendo aos métodos antidemocráticos e fascizantes. É o que se passa nos Estados Unidos imperialista, e no Brasil semicolonial. Bolsonaro terá de se adaptar a Biden. Os interesses do imperialismo no Brasil são de grande alcance.

É necessário combater, tanto a política de Trump, quanto a de Biden, independente de suas diferenças circunstanciais. A vanguarda com consciência de classe tem a tarefa de evidenciar o caráter de classe dos dois representantes da burguesia imperialista. É uma tarefa que se impõe em nível mundial. O capitalismo em decomposição não comporta reformas, e a democracia burguesa apodrece a olhos vistos em toda a parte. As tendências ditatoriais e fascizantes se acham em consonância com o processo de destruição de forças produtivas, das contrarreformas e do acirramento da luta de classes. O ponto de partida da luta independente se encontra na defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Todo descuido

e desvio em relação à necessidade de derrubar as contrarreformas favorecem as diretrizes do imperialismo, do capital financeiro. As ilusões da AFL-CIO, de que com Biden se tornarão possíveis reformas econômicas, políticas, raciais, ambientais, etc., favoráveis aos explorados e oprimidos, têm de ser desmascaradas por meio da defesa do Programa de Transição, que vincula as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Novas experiências de enfrentamento à opressão imperialista, sobretudo na América Latina, se colocarão com a ofensiva de Biden. As velhas experiências indicam que a conquista da independência nacional depende de o proletariado dirigir a maioria oprimida, sob o programa da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, socialista. A luta pela independência e soberania nacionais passa pela expropriação dos monopólios e estatização do capital financeiro. A classe operária mundial tem seu programa para enfrentar o capitalismo em decomposição, basta aplicá-lo nas condições particulares de cada país. O que lhe falta é a direção revolucionária, os partidos marxista-leninista-trotskistas, como seções do Partido Mundial da Revolução Socialista, a ser reconstruído. As condições de desintegração do capitalismo e de acirramento da luta de classes, porém, favorecem o trabalho da vanguarda com consciência de classe. Uma clara e precisa compreensão e formulação estratégica sobre o significado da eleição de Biden distinguem os campos de classe, e permitem fortalecer no seio do proletariado o sentido da luta anti-imperialista, como parte da revolução proletária.

Eleições nos EUA: a desindustrialização condicional a mudança e a permanência no governo

Os resultados das eleições norte-americanas, disputadas voto a voto, surpreenderam, pelo fato de as pesquisas terem indicado uma vitória folgada de Biden contra Trump. A pequena margem, que deu vitória ao democrata, porém, obscurece as profundas contradições que levaram a esse resultado final. Os votos revelaram uma grande divisão no país.

Trump: esgotado na forma, mas não no conteúdo

A eleição de Donald Trump, em 2016, expressou a necessidade de mudança no governo norte-americano, de forma a adaptá-lo às novas condições políticas e econômicas mundiais. O multilateralismo de Barak Obama, que foi vigente anteriormente, se encontrava esgotado, diante do avanço da crise mundial do capitalismo. Qualquer busca de crescimento industrial em um país somente poderia processar-se à custa de amplo retrocesso de outra nação. Os EUA se encontravam no momento de maior recuo da sua indústria, desde o fim da 2ª guerra mundial, e em processo de desindustrialização.

Trump se elegeu com o objetivo de retomar o protagonismo industrial dos EUA, tomando medidas para desestimular a expatriação de indústrias, e retomar a produção interna. Prometeu romper qualquer tratado ambiental, de forma a retomar a exploração do carvão e gerar empregos aos operários carvoeiros. Traçou o rumo da guerra comercial geral, de forma a proteger e estimular a produção agrícola e de aço. Tomou várias medidas de desregulamentação da economia, de forma a liberar a maior exploração da força de trabalho. Acirrou conflitos externos, pressionando para uma maior influência norte-americana em toda parte.

O conjunto de medidas tomado por Trump desacelerou a desindustrialização, mas não a deteve. Dessa forma, para os capitalistas, é necessário avançar suas medidas de guerra comercial e protecionismo. O entrave é o desgaste político de Trump. Seu governo, na sua forma, estava esgotado, uma vez que as medidas nacionalistas por si mesmas não tinham como recuperar o terreno perdido.

O Partido Democrata começou suas prévias com uma liderança folgada do pré-candidato Sanders, defensor da volta do multilateralismo de Obama. Biden ocupava uma posição insignificante. Repentinamente, passou a receber doações milionárias para sua campanha, que o impulsionou, e atropelou o “esquerdista” Sanders. Biden aglomerou atrás de si os capitalistas que temiam a continuidade de um governo desgastado diante das demais frações do imperialismo mundial e das necessidades da economia norte-americana, em declínio, frente ao avanço da China. As frações do capital financeiro inflaram a candidatura de Biden, que seria capaz de manter a essência da política trumpista, e, ao mesmo tempo, dar ao governo uma aparência de negociador. Biden sempre foi considerado um senador com bom trânsito entre os dois maiores partidos norte-americanos. Seu perfil conservador conseguiu, inclusive, atrair políticos do partido Republicano para apoiar sua campanha.

Os meios de comunicação, em geral, fizeram uma campanha mais ou menos aberta para Biden. Sua candidatura ganhou apoios na Europa e América Latina. Com tamanha envergadura, não seria estranho que as pesquisas lhe dessem ampla margem sobre Trump.

Os votos nas grandes cidades e no interior

A desindustrialização dos EUA tem levado a um processo migratório, dos grandes centros para os subúrbios e cidades do interior. Esse processo tem suas raízes no desenvolvimento da crise, principalmente a de 2008, intensificando a transferência de indústrias, do norte para o sul, e, depois, daí para o exterior. Os capitalistas fugiram, primeiro, da regulamentação sindical nos estados mais industrializados, preferindo aqueles que permitiam rebaixar o valor da força de trabalho. Depois, nos anos 2010, preferiram instalar suas fábricas principalmente na China. Esse processo de migração das fábricas arrastou parte da população para fora das grandes cidades industriais. Parte dos assalariados passou da indústria aos serviços. Parte, ao trabalho home office. Parte, ao trabalho agrícola. O que aumentou o peso eleitoral da população no interior. Esse processo esteve na base da vitória de Trump, em 2016 (de 18 mil cidades interioranas, 13 mil votaram em Trump), e avançou com a sua expressiva votação de mais de 71 milhões de votos, em 2020.

O capital financeiro maneja as eleições, mas não de forma mecânica. Tem de utilizar da mediação dos meios de comunicação, igrejas, escolas, etc. Ainda que a maior parte dos capitalistas estivesse pela candidatura de Biden, isso não se expressou plenamente nos resultados finais das votações, a não ser nos polos industriais. A desindustrialização comparece como elemento decisivo, tanto nas eleições que deram a vitória a Trump, como nas que o removem do governo.

Observa-se que, nos grandes centros urbanos, de concentração fabril, de influência mais direta do capital financeiro sobre as votações, Biden teve mais de 70% dos votos, chegando a mais de 80% nos maiores centros urbanos. Enquanto Trump teve sua maior votação nas regiões mais afastadas, nos estados de maior produção agrícola, e nas cidades de maior concentração de população branca e evangélica (82%). Nota-se que o voto em Trump expressou, em grande medida, a desindustrialização geral dos EUA, que passou pelos estados do centro e sul, levando uma grande parte da população assalariada a apoiá-lo, pois, prometeu e realizou a volta de parte do emprego aos carvoeiros e outros setores operários, e vantagens comerciais aos médios proprietários, fossem eles agricultores ou pequenos comerciantes. Ou ainda, fossem eles negros ou latinos – na Flórida, foram esses setores que deram a vitória a Trump. Sem falar do avanço da exportação agrícola, à custa de maior pressão na guerra comercial com a Europa e China. Certamente, setores do agronegócio permaneceram sustentando Trump.

O capital financeiro maneja as eleições, mas não de forma mecânica. Tem de utilizar da mediação dos meios de comunicação, igrejas, escolas, etc. Ainda que a maior parte dos capitalistas estivesse pela candidatura de Biden, isso não se expressou plenamente nos resultados finais das votações, a não ser nos polos industriais. A desindustrialização comparece como elemento decisivo, tanto nas eleições que deram a vitória a Trump, como nas que o removem do governo.

O peso da pandemia e das manifestações

Os EUA foram o país mais afetado pela pandemia, no mundo. Já na primeira onda, foram mais de 200 mil mortos. Trump vacilou durante todo o transcorrer da pandemia. Inicialmente, teve

Eleições nos Estados Unidos

a atitude “negacionista” e de abertura da economia, preservando apenas o chamado “grupo de risco”. O fato é que a pandemia avançou sobre a população mais pobre e desassistida. Depois, passou a adotar o discurso de relativa proteção, assimilando parte do discurso da Organização Mundial da Saúde (OMS). Trump se desgastou, diante da falta de uma ação organizada e centralizada pelo governo federal. Os governos democratas, nos estados, passaram a atacá-lo de forma mais sistemática.

As mobilizações contra os assassinatos de negros pela polícia racista romperam o isolamento e saíram às ruas, em centenas de cidades do país. Uma grande parcela da juventude branca participou dos protestos, que atingiram radicalidade em alguns setores. Houve queima de carros de polícia, quebras de lojas e bancos, ocupações de delegacias de polícia e prédios públicos, e até a formação de uma milícia negra armada, anti-repressão policial. Mas, todos esses movimentos esbarraram na ausência de uma direção revolucionária, que expressasse, no interior do movimento, a independência de classe, o rechaço ao legalismo, eleitoralismo

e pacifismo, e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Dessa forma, predominou a política de votar pela queda de Trump na disputa com Biden. Uma atração a mais foi utilizada pela burguesia: a candidatura a vice-presidente de Kamala Harris, filha de uma indiana e de um jamaicano, apontada como a presença do movimento negro na chapa burguesa democrata. As manifestações massivas fo-

ram desviadas do campo da ação direta para a via eleitoral e legal, e refluíram. Chegaram a se expressar na votação massiva de Biden nos centros onde os protestos foram mais massivos. Na cidade de Nova York, conquistou 85% da votação.

Os ataques e defesas da democracia

A conduta de Trump se mostrou perigosa para a instituição do voto popular no regime democrático norte-americano. Suas acusações, desde antes das eleições, de que haveria fraude, por conta do voto pelos Correios, e outras particularidades nas votações de cada estado (não existe uma legislação federal única que imponha as regras de votação), criaram um ambiente de desconfiança por parte da população, ao ponto de se realizar um protesto massivo de ultradireita dias após a confirmação de Biden como vencedor das eleições.

Durante a apuração final, Trump chegou a fazer uma declaração em rede nacional de televisão, de que as eleições teriam sido roubadas, fala que foi sendo cortada em todos os canais, desde os mais liberais, até os de direita. Essa ação orquestrada demonstra a posição da maior parte do capital financeiro em consolidar a vitória de Biden.

Dias após a eleição, a porta-voz do governo vestiu a camisa republicana trumpista e foi à TV acusar de fraude e roubo o processo eleitoral. A rede de TV Fox, conhecida pelo seu histórico direitismo, também exerceu a censura e interrompeu a transmissão, acusando-a de fake news.

Uma grande frente se formou em defesa da aceitação dos resultados eleitorais, que incluiu membros do partido Republicano. Por outro lado, todo um setor dos republicanos se manteve fiel ao negacionismo trumpista, afirmando que ainda não estava tudo

certificado, e que poderia haver mudanças nos resultados. O mesmo fez no Brasil o setor ideológico do governo, incluindo Bolsonaro, que se negou a admitir a vitória de Biden, enquanto os militares declararam seu apoio e reconheceram a vitória democrata.

A maior parte da burguesia imperialista tem noção de que a democracia é o melhor meio para manter as massas subordinadas à sua ditadura e exploração de classe. Ainda que haja problemas nas eleições de 3 de novembro, devem ser anulados, em favor da defesa da democracia burguesa, que faz com que as massas busquem nela, e não nos seus métodos próprios de luta, a satisfação de suas reivindicações. A crise mundial do capitalismo, que leva a burguesia a atacar mais a fundo as massas, e aumentar a opressão

nacional e social, em toda parte, por meios cada vez mais repressivos e antidemocráticos, estrangula a democracia mais elevada dos países imperialistas, e mais ainda as débeis democracias dos países atrasados. A tendência geral é a da decomposição da democracia burguesa, em todo o lugar, como parte da decomposição geral do modo de produção capitalista.

A tendência geral das massas é a de se chocar cada vez mais com a moribunda democracia burguesa, e ir pondo em pé os organismos próprios das massas, base da democracia proletária. A chave da situação está na construção do partido revolucionário e de sua penetração no proletariado, única classe capaz de encabeçar essa luta no sentido da revolução social.

Eleições nos EUA: participação de jovens bate recorde e contribuiu para vitória de Biden

A juventude estadunidense teve um importante papel para a vitória de Biden. O número de jovens, entre 18 e 29 anos, que compareceu às urnas, duplicou, em relação às eleições de 2016. Se o recorte etário for dos 18 aos 35 anos, 13% do eleitorado, 61% votaram nos democratas.

No Estado da Flórida, em que, em 2018, os jovens organizaram a tão conhecida “Marcha por nossas vidas” – em resposta ao massacre no colégio de Parkland, que deixou dezessete mortos, incluindo menores – registrou um aumento considerável de eleitores jovens: cinco vezes a mais, em relação à penúltima eleição. Apesar de Trump ter conseguido a maioria do colégio eleitoral, nesse estado, a votação da juventude em Biden foi surpreendente.

Este processo de crescimento das ilusões democráticas se expressou em outros setores oprimidos, como as mulheres e os negros. No caso do voto feminino, a maioria foi para Biden/Harris, 55%. Entre os negros, que representam 11% do eleitorado, 90% votaram nos Democratas.

Algumas das bandeiras levantadas pelos jovens, que votaram nos democratas, são o controle do uso de armas, condenação ao racismo, defesa do ambientalismo, igualdade de “gênero”, respeito aos direitos humanos e tolerância à diversidade. Como temos apontado, tanto Democratas como Republicanos expressam diferentes variantes da política burguesa, e não têm como resolver tarefas democráticas, como o fim da opressão racial ou igualdade entre homens e mulheres. A juventude apostou na possibilidade de ampliar a representatividade de jovens negros e mulheres na política burguesa – devido à sua vice Kamala, mulher e filha de

imigrantes – e de rechaçar as ideias fascizantes de Trump. Essa inclinação da juventude à candidatura de Biden/Kamala, como sendo progressista, foi inclusive reforçada por personalidades populares entre as massas jovens, como a ex-Pantera Negra Ângela Davis. Vale lembrar que o discurso de governo progressista foi fartamente utilizado na eleição de Obama. Seu governo não deu um passo capaz de proteger os negros contra o racismo e a violência policial. Um outro balanço desse presidente negro mostra que deixou a presidência, tendo passado seu mandato como interventor mundial e promotor de guerras, realizando mais de 26 mil bombardeios pelo mundo.

O próprio desenvolvimento do governo eleito se encarregará de evidenciar as ilusões destes setores oprimidos. No entanto, a luta para acabar com esperanças utópicas depende da construção do partido revolucionário. Cabe à vanguarda com consciência de classe trabalhar pela superação da direção de direção. O instinto de revolta dos jovens, negros, mulheres contra a opressão capitalista favorece a tarefa de organizar um partido que tenha como programa a revolução e o internacionalismo proletários.

Essa experiência nos Estados Unidos possibilita à juventude, aos negros que padecem do racismo, e as mulheres, que se encontram submetidas à escravidão do lar, no Brasil, a entender que as ilusões em qualquer partido da burguesia, incluindo os partidos reformistas, servem à manutenção das causas da opressão. A juventude é uma poderosa força criadora, que tem um importante lugar na luta de classes e na construção do partido marxista-leninista-trotskista.

LANÇAMENTO

R\$ 35



100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas anterior, expusemos o processo de fundação da III Internacional. Lênin ficou encarregado de inaugurar o Congresso, e apresentar as *“Teses e Informes sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado”*. Tratava-se de expressar a experiência da Revolução Russa, e as conquistas práticas e teóricas. Esse era o 1º Congresso internacional que se assentava na derrocada da burguesia e conquista do poder pelo proletariado.

O princípio da ditadura do proletariado foi elaborado de forma mais precisa por Marx e Engels, tendo como experiência o triunfo da classe operária francesa, na Comuna de Paris de 1871, e a sua derrota. Esse princípio histórico completou a concepção marxista da luta de classes, e deu precisão à teoria da revolução proletária. O bolchevismo demonstrou a sua aplicabilidade programática. Na luta entre tendências no interior da socialdemocracia russa, a estratégia e a tática desenvolvidas por Lênin separaram o marxismo do oportunismo. O mesmo se passou, concomitantemente, no interior da II Internacional. Tornaram-se indissociáveis o triunfo da revolução na Rússia e o desmoronamento da II Internacional. Na medida em que se aprofundava a cisão na socialdemocracia internacional, mais claro ficava o conteúdo programático da divergência. A constituição do governo operário e camponês na Rússia deu concretude ao princípio da ditadura do proletariado.

A cada passo da luta do governo revolucionário contra as forças burguesas e pequeno-burguesas, que insistiam em manter o regime de classe, que passou pela encarnizada guerra civil, mais os adversários dos bolcheviques atacavam a ditadura do proletariado. Velhos marxistas, que passaram para o campo do oportunismo, a exemplo de Kautsky e Plekanov, se esmeraram a dar uma versão democratizante pequeno-burguesa à ditadura do proletariado. Lênin se viu obrigado a combatê-los, tendo em vista a defesa do fundamento marxista da ditadura do proletariado como parte essencial do socialismo científico.

Em outubro de 1918, o dirigente dos bolcheviques se debruçou na redação do livro *“A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”*. Fez uma detalhada exposição do desenvolvimento da revolução, para mostrar a justeza do princípio marxista da ditadura do proletariado. Conclui: *“O kautskismo não é acidental, é o produto social das contradições na II Internacional, uma combina-*

ção de fidelidade em palavras ao marxismo com a subordinação, nos fatos, ao oportunismo”. A renúncia à violência revolucionária do proletariado contra a burguesia conduzia os revisionistas ao pacifismo vulgar.

A Revolução Russa abrigou, em suas entranhas, a democracia proletária mais avançada, que se conhecia até então. O proletariado criou os soviets, que permitiram aos bolcheviques aplicarem milimetricamente a estratégia e a tática da tomada do poder. E, em seguida, estabelecer o Estado operário. Lênin explica: *“A democracia proletária, cuja uma das formas é o poder soviético, produziu um desenvolvimento e uma expansão da democracia, sem precedentes no mundo, precisamente para a imensa maioria da população, para os explorados e trabalhadores”*. (...) *“Os soviets são organizações diretas dos próprios trabalhadores e explorados, que os ajuda em todas as formas possíveis, a organizar e governar seu próprio Estado”*. Esse embate de Lênin, que ocorre entre outubro e novembro de 1918, irá se expressar na fundação da III Internacional.

Em seguida à exposição das Teses que constam de 22 pontos, Lênin apresenta uma resolução, que as sintetiza e estabelece o curso da ação prática.

“Sobre a base dessas teses correspondentes e do informe dos delegados de diversos países, o Congresso da Internacional Comunista declara que a tarefa principal dos partidos comunistas de todos os países, onde ainda não se implantou o poder soviético, é a seguinte:

- 1) Esclarecer diante das massas da classe operária o significado histórico e a necessidade histórica e política de uma nova democracia, proletária, que deve substituir a democracia burguesa e o sistema parlamentar;
- 2) Difundir a organização dos soviets entre os operários de todos os ramos da indústria, entre os soldados do exército e da frota, assim como também entre os operários e os pobres do campo;
- 3) Formar uma maioria comunista sólida dentro dos soviets”.

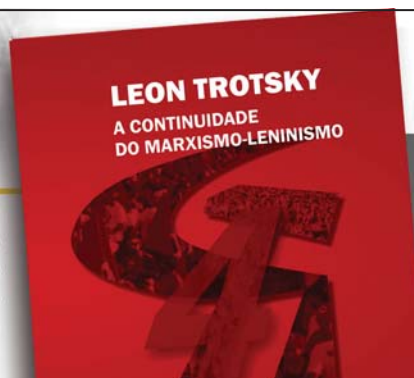
A decisão de Lênin de constituir a III Internacional sobre as bases da experiência da Revolução Russa e da teoria da ditadura do proletariado se deveu a que se dava continuidade ao internacionalismo marxista, cuja fundação organizativa remonta à I Internacional, dirigida por Marx e Engels.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**